

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E SETE DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS:**

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, pelas 17 horas e 30 minutos, nos termos do artigo 3º da Lei nº 1-A/2020 de 19 de março, e posteriores alterações, reuniu, em Sessão Ordinária, no Auditório da Junta de Freguesia de Loureiro, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sob a Presidência de **Bernardo Amaro Moreira Simões**, secretariado por **Manuel José Tavares Soares** - Primeiro Secretário e por **Márcia Oliveira Gomes** - Segunda Secretária, com a seguinte Ordem de Trabalho:

- 1. Primeiro Período de Intervenção do Público;** (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para [am.azemeis@cm-oaz.pt](mailto:am.azemeis@cm-oaz.pt) dirigido à Mesa da Assembleia.)
- 2. Informações Gerais;**
- 3. Período de Antes da Ordem do Dia;**
- 4. Ordem do Dia;**
- 5. Segundo Período de Intervenção do Público** (intervenção, mediante inscrição prévia ou preenchimento do formulário disponível no site do Município - Assembleia Municipal, a enviar por via eletrónica para [am.azemeis@cm-oaz.pt](mailto:am.azemeis@cm-oaz.pt) dirigido à Mesa da Assembleia.)

**Pontos da Ordem do Dia:**

**Ponto um:** - Aprovação da Ata nº 07 - Sessão da Assembleia Municipal de 07-12-2022 - Aprovação;

**Ponto dois:** - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação;

**Ponto três:** - Relatório Anual Avaliação da Atividade da CPCJ/OAZ - Relativo ao ano de 2022 (I/8285/2023) - Conhecimento;

**Ponto quatro:** - Relatório do Ambiente Acústico, 5.ª edição, anos de 2021 e 2022 (I/3293/2023) - Conhecimento;

**Ponto cinco:** - 5ª Modificação Orçamental 2023 - 1ª Revisão Orçamental 2023 (I/10804/2023) - Aprovação;

===== **Ponto seis:** - Alteração de taxas e da designação de taxas da Tabela de Taxas do Regulamento Municipal de Taxas, licenças e outras receitas Municipais - cemitérios (I/10881/2023) - Aprovação; =====

===== **Ponto sete:** - Transferência de Competências - Domínio Ação Social - Prorrogação do exercício da competência até 03 de abril de 2023 (I/3807/2023) - Aprovação; =====

===== **Ponto oito:** - Revogação da deliberação e cessação do Auto de cedência de utilização e de aceitação, com efeitos reportados a 17.10.2022. (I/11016/2023) - Aprovação; =====

===== **Ponto nove:** - Minuta de Contrato Interadministrativo de Apoio financeiro à construção de parque infantil localizado no loteamento do Brejo, mais especificamente no cruzamento da Rua das Alminhas com a Rua 25 de Abril - Freguesia S. Martinho da Gândara (I/79906/2022) - Autorização; =====

===== **Ponto dez:** - Minuta da 2ª. Adenda ao Contrato Interadministrativo de apoio financeiro, no âmbito da candidatura ao PDR2020 - Carregosa Viva, a celebrar com a Junta de Freguesia de Carregosa (I/10237/2023) - Autorização; =====

===== **Ponto onze:** - Minuta de Contrato Interadministrativo de Apoio financeiro a celebrar com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo - Realização de Obras Requalificação do Edifício-Sede da Junta de Freguesia (I/10897/2023) - Autorização; =====

===== **Ponto doze:** - Minuta de Contrato Interadministrativo de Apoio financeiro a celebrar com a União de Freguesias Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, para obras no âmbito da candidatura PDR2020-10216-091359 - beneficiação do parque natural de Falcos - Pinheiro da Bemposta (I/10931/2023) - Autorização; =====

===== **Ponto treze:** - Minuta de Protocolo de colaboração com Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (I/10924/2023) - Autorização; =====

===== **Ponto catorze:** - Aditamento ao Protocolo com Rotary Club de Oliveira de Azeméis do programa Ciclo de Conferências “À conversa com...” 2022/2023 (I/78609/2022) - Autorização; =====

===== **Ponto quinze:** - Revogação da norma reguladora transitória da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro (BMFC) referente a doações e legados - (I/7031/2023) - Aprovação; =====

===== **Ponto dezasseis:** - Normas do Circuito Concelhio de TrailRunning de Oliveira de Azeméis (I/7393/2023) - Aprovação; =====

===== **Ponto dezassete:** - Posturas de trânsito para diversas ruas de Oliveira de Azeméis e Santiago de Riba-Ul - União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail (I/9730/2023) - Aprovação; =====

===== **Ponto dezoito:** - Aquisição de serviços de confeção e fornecimento de refeições e fornecimento de fruta aos alunos do concelho de Oliveira de Azeméis (Proc. Nº 8/23 - PI/521/2023) - (I/104/18/2023) - Assunção compromissos plurianuais, repartição encargos em mais do que um ano económico - Autorização; =====

===== **Ponto dezanove:** - Moção - apresentada pelo PSD - Requalificação da Linha do Vouga - Um investimento para 100 anos (I/5147/2023) - Aprovação; =====

===== **Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:** =====

===== **PARTIDO SOCIALISTA (PS):** Bruno Armando Aragão Henriques, Susana Cristina Pinto Azevedo Campos, Luís Filipe Moreira da Silva de Bastos Oliveira, João Pedro Santos Costa, Rui Jorge Duarte Rios Santos Rocha, Marisa Lopes de Sousa, Bruno Miguel da Silva Costa, João Manuel Oliveira Castro, José António Domingues Marques Lourenço, Daniela Patrícia Oliveira da Silva, José Manuel Marques Ribeiro, José Ramos da Silva, João Marcelo Ameixieira Moreira, Óscar José Santos Teixeira, Vítor Manuel Cardoso Andrade, António Manuel Leite Marques da Silva, Mário da Silva Leite, Gaspar de Sá Almeida e Maria de Fátima de Oliveira Ferreira. =====

===== **PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA (PSD):** Helga Alexandra Freire Correia, Francisco José Gomes da Silva, António Ilídio Martins Godinho, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Diana Janete da Cunha Semblano, Carla Susana da Silva Reis, António João Cabral Paiva Ferreira dos Santos, Ana Rita Gomes Costa, Maritza Gonçalves Valente, José da Silva Queirós, Florbela Neves da Silva e José Rodrigues dos Santos. =====

===== **PARTIDO POPULAR (CDS-PP):** António Pinto Moreira. =====

===== **CHEGA (CH):** Rudolfo Lourenço Ventura Rodrigues. =====

===== **BLOCO DE ESQUERDA (B.E.):** Alcino da Silva Martins. =====

===== **INDEPENDENTE POR CESAR (IC)**: Augusto Moreira da Silva. =====

===== **JUNTOS PELA NOSSA UNIÃO (JPNU)**: Susana Clara Mortágua Gomes. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa verificou a identidade e legitimidade dos seguintes membros: Susana Cristina Pinto Azevedo Campos que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Maria Odete Martins Tavares Gomes Roma de Resende; João Marcelo Ameixieira Moreira que marcou presença nesta Assembleia para substituir a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa - Constança Correia de Melo; Mário da Silva Leite que marcou presença nesta Assembleia para substituir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Cucujães - Simão da Costa Godinho; Maria de Fátima de Oliveira Ferreira que marcou presença nesta Assembleia para substituir o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba-Ul, Ul, Macinhata da Seixa e Madail - Manuel Alberto Marques Dias Pereira; António Ilídio Martins Godinho que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido João Rebelo Martins; Carla Susana da Silva Reis que marcou presença nesta Assembleia para substituir a sua colega de partido Maria da Graça Marques Casimiro de Almeida; Maritza Gonçalves Valente que marcou presença nesta Assembleia para substituir o seu colega de partido António Filipe Costa Valente de Almeida Ferreira, em virtude dos mesmos terem solicitado a sua substituição. =====

===== ***Estiveram presentes por parte do Executivo Municipal:*** =====

===== ***Presidente da Câmara:*** Joaquim Jorge Ferreira; ***Vereadores:*** Rui Jorge da Silva Luzes Cabral, Fernando Ricardo Gomes de Oliveira Bastos, Rogério Miguel Marques Ribeiro, Ana Filipa Pinho de Oliveira, Carla Maria de Pinho Rodrigues, José Domingos Campos da Silva e Joana Sofia da Silva Ferreira. =====

===== **INFORMACÕES GERAIS** =====

===== ***Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito:*** =====

===== Boa tarde a todos. Sejam bem-vindos a esta maravilhosa terra de Loureiro, que nos acolhe. Boa tarde colegas da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, caríssimo público, imprensa e a todos os oliveirenses, que nos ouvem em casa. Uma saudação muito especial ao povo de Loureiro, aos seus autarcas, ao Senhor Presidente da Junta, a quem peço para nos dar umas palavrinhas de conforto e de acolhimento. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José Queirós - Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro.* =====

===== *Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Senhores Deputados da Assembleia, Senhores Presidentes de Junta, Senhores Membros do Executivo da Junta de Freguesia de Loureiro e Membros da Assembleia de Freguesia de Loureiro, Senhores Colaboradores municipais, comunicação social, loureirenses, oliveirenses. É com grande satisfação que recebemos hoje na nossa casa, na nossa terra, esta Assembleia Municipal - órgão deliberativo da autarquia e o mais representativo da democracia local. Loureiro é uma freguesia que vê aumentado o seu número de habitantes e de edifícios, como nos mostraram os números do último “censos” e continua a ter um potencial enorme para aumentar esse crescimento. É uma terra de gente empenhada, trabalhadora e briosa. Com um movimento associativo dinâmico, participativo e diversificado, de carácter cultural, desportivo e social, muito presente e de enorme relevância para toda a comunidade. A Junta de Freguesia acarinha e, dentro das suas capacidades, está sempre pronta para colaborar, no sentido de potenciar as suas atividades. Somos uma freguesia dotada de alguns equipamentos fundamentais, tais como: o Centro de Saúde; a Acção de Solidariedade Social, uma IPSS que tem um papel de grande relevo tanto no apoio à terceira idade como à infância; temos uma agência bancária e posto de atendimento CTT e somos sede de Agrupamento de Escolas de Loureiro, Pinheiro da Bemposta e São Martinho da Gândara. As escolas têm um papel de grande relevo social e têm que estar preparadas para os desafios do presente e do futuro. Sabemos que, do Agrupamento de Escolas de Loureiro, a Escola do Brejo já começou a ser intervencionada e segue-se agora a Escola de Alumieira e de Palmaz. Relativamente à Escola da Alumieira, o que conhecemos do projeto é o que vamos ouvindo em conversas isoladas. E parece-me que, mesmo depois das obras, não irá responder a todas as necessidades da população escolar porque não terá a dimensão necessária para acolher todas as turmas do pré-escolar e do 1º ciclo. Temos que pensar agora na Escola Básica de Loureiro que alberga turmas do 1º, 2º e 3º ciclos. Terá que ser dada resposta à população escolar que não irá diminuir. É fundamental que se façam intervenções profundas nos edifícios e que sejam criados espaços letivos e não letivos adequados às exigências do ensino atual. Temos que ter instalações modernas e atuais, porque os alunos de Loureiro merecem usufruir das mesmas condições que os restantes alunos do concelho. A preocupação com a educação e com a igualdade de oportunidades serão seguramente as mesmas, tanto para o Executivo da Junta de Freguesia, como para a Câmara Municipal e a nossa comunidade educativa. Levar adiante a requalificação da Escola Básica de Loureiro é imperioso. As Zonas Industriais estão hoje com grande desenvolvimento. E esse desenvolvimento só é possível graças ao empreendedorismo e dinamismo dos nossos empresários. Não nos podemos alhear da necessidade de colaborar, dotando essas Zonas Industriais com as infraestruturas fundamentais. A requalificação da*

*Estrada da Moura, que passa em frente à Novarroz, Moldit e Jomolpla é muito urgente. Os empresários, os funcionários e todos os clientes que os visitam merecem muito melhor. Eu pergunto ao Senhor Presidente, se está prevista alguma requalificação para esta rua? E, em caso afirmativo, se tem previsão de data? Tive também conhecimento que a Senhora Ministra da Coesão Territorial esteve em Loureiro. Acredito para tratar do assunto relativo ao acesso direto à Zona Industrial. Gostaria também e sobretudo os loureirenses, Senhor Presidente, o que pode dizer aos loureirenses sobre este assunto? Há traçado previsto? Falando ainda de infraestruturas básicas, gostaria de aproveitar a oportunidade para perguntar ao Senhor Presidente, e atendendo a que esta é a pergunta que me fazem constantemente, se relativamente ao saneamento básico para Loureiro há novidades? Se há projeto? E se houver, quais? Loureiro é uma freguesia em crescimento com grande potencial de desenvolvimento, mas também com grandes carências. Algumas delas foram aqui referidas. Mas temos também uma rede viária muito degradada que precisa urgentemente de ser intervencionada. Eu sei que está prevista essa intervenção. Loureiro é uma freguesia em crescimento. Loureiro tem presente e o futuro dependerá sempre das decisões do poder autárquico. É esta a nossa responsabilidade e é o que a população espera de nós. Obrigado. =====*

*===== Pelo **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia** foi apresentado o seguinte voto de pesar: “Voto de pesar pelo falecimento de Ilídio António Tavares Ferreira. Os Grupos Municipais representados nesta Assembleia Municipal propõem a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento de Ilídio António Tavares Ferreira, que partiu prematuramente, aos 69 de idade, este mês de fevereiro. Com uma vida ligada e dedicada à comunidade, Ilídio António Tavares Ferreira, desempenhou entre outros o cargo de presidente da junta de freguesia de UI, em substituição de Manuel Figueiredo Pereira. Cargo que desempenhou com altruísmo e espírito de missão. Natural de UI, Ilídio Ferreira era uma pessoa querida e estimada na freguesia onde, desempenhou funções autárquicas, tendo contribuído para a afirmação e desenvolvimento da freguesia. A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida em Sessão Ordinária no dia 27 de fevereiro, aprova um voto de pesar pelo falecimento de Ilídio António Tavares Ferreira. Num momento particularmente difícil, endereçamos à sua família, amigos e a toda a comunidade que reconhece esta perda, as mais sentidas condolências.” =====*

*===== Colocado à votação o voto de pesar pelo falecimento de Ilídio António Tavares Ferreira, foi o mesmo aprovado por unanimidade. =====*

*===== Fez-se um minuto de silêncio. =====*

*== **1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 23º DO REGIMENTO)** ==*

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição dos munícipes **Bruna Danim Correia, António Vitorino Coelho, Constantino Tavares, Manuel Ângelo Terra, Albino Martins e José Figueiredo e Silva.** =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Senhora **Bruna Danim Correia**, residente em Cucujães. =====

===== Boa tarde a todos. O que me traz cá hoje é uma situação que nem vou ler, porque é uma coisa breve. É uma situação que tem vindo a acontecer, em Cucujães, especialmente na minha rua, que é a Rua Faria de Baixo e Rua António Castro Ferreira Silva. Nós, ultimamente temos vindo a receber multas de estacionamento à porta de casa, e falo em nome de todos os moradores, que tem sido constante. Têm sido multas de semana a semana, o que é de facto insustentável, em termos económicos não é fácil. E falo em meu nome e em nome de todos os moradores, que tem sido insuportável. Eu no espaço de uma semana recebi duas multas de estacionamento, à porta de minha casa. Temos alguns casos, de alguns moradores, que nem sequer têm garagem para colocar o carro. Nem sequer sabem ler uma multa de estacionamento e resolvi falar em nome de toda a gente. Resolvi fazer um abaixo-assinado, tenho aqui as assinaturas dos moradores e resolvemos pôr esta questão aqui, porque tem de haver uma solução. Sabemos que já deu entrada na câmara esta situação. Pelo que eu sei, já há alguns três ou quatro anos e que está em estudo haver uma sinalização, ou proibição do trânsito. O que é que acontece aqui, é que temos fábricas ao lado que vão estacionar lá, na mudança de turnos. Portanto tem de haver, por parte das fábricas um estacionamento, para quem trabalha nas fábricas. Tem de começar por aí, ou então a sugestão que nós trazemos aqui também seria, um dístico para os moradores, como existe em Santa Maria da Feira, ou em São João da Madeira. Ou uma sinalização de proibição exceto moradores naquela rua, porque nós não temos qualquer sinal a proibir o estacionamento. E a única lei que nós estamos a infringir, será de facto haver um carro estacionado de um lado e do outro. E não há passagem sendo uma via dupla. É a única coisa que nós estamos a infringir, mas sem sabermos, porque estamos à porta de casa. Portanto é este o assunto, que eu trago aqui. ===

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **António Vitorino Santos Coelho**, residente em Oliveira de Azeméis. =====

===== Boa tarde a todos. Exmos. Senhores Presidentes, e demais Senhores e Senhoras. O meu nome é António Vitorino Santos Coelho. E estou a representar a concelhia do partido "Chega", de Oliveira de Azeméis. Senhor Presidente, no passado dia vinte e seis de setembro, na Assembleia Municipal, que se realizou na freguesia de Cucujães, interpelei V. Exa. sobre o abatimento da estrada, que liga Oliveira de Azeméis a Loureiro, mais concretamente no lugar de Ouriçosa. A sua resposta à minha interpelação foi, que esta obra fazia parte de um pacote de

*muros e suportes de terras, que o executivo estava a tentar contratar. Passados precisamente cinco meses da minha interpelação, sobre este assunto pergunto se o tal pacote já se encontra contratado e quando iniciarão as obras. Ou vamos aguardar que aconteça um acidente grave na zona, para só depois avançar com a obra? Senhor Presidente, para quando o levantamento de todos os pontos negros existentes nas nossas estradas e proceder à colocação de sinalização vertical em falta. E em alguns casos estudar a viabilidade, de outras formas de redução de velocidade, em pontos com elevado índice de sinistralidade rodoviária. Por exemplo, a Avenida Senhora da Ribeira na freguesia de Fajões. Rua da Ribeira na Nacional 327, junto ao cruzamento da Capela Nossa Senhora do Livramento, na freguesia de Macieira de Sarnes. Rua dos Descascadores de Arroz e Adães, ambas na freguesia de Ul. E também na Rua de S. Paio, Nacional 222-3, no cruzamento e nas proximidades do posto de combustível, na freguesia do Pinheiro da Bemposta. Estando nós na freguesia de Loureiro, pergunto ao Senhor Presidente da Autarquia, para quando uma ligação viária entre a Zona Industrial, desta freguesia e a estrada nacional 224. Não podia terminar, sem antes dar os tristes parabéns ao PS local, pela votação contra o voto de louvor ao 25 de novembro. Se dúvidas existissem, ficámos todos a saber que vergonhosamente o PS olha para o lado, no que toca à verdadeira liberdade, que apenas só foi conseguida a 25 de novembro de 1975. Obrigado. Disse. =====*

*===== Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

*===== Obrigado Senhor António Vitorino Santos Coelho. Eu queria só fazer um pequenino reparo de forma a não desvirtuarmos o conceito de intervenção do público, a intervenção do público, nestes casos, tem a ver com situações concretas, de problemas concretos que os cidadãos de Oliveira de Azeméis têm no dia-a-dia no município. Portanto, questões políticas propriamente profundas, não são abordadas. Não é a primeira vez esta chamada de atenção. E vale para outras situações que nos têm aparecido, para não desvirtuarmos o Regimento. Nós não vamos mandar calar ninguém, mas gostávamos que as pessoas também entendessem o que se pretende com esta abertura do público a falar até antes da ordem do dia. Quisemos dar esta oportunidade. Este período antigamente era no fim, mas quisemos que o público tivesse esta possibilidade antes até para se sentir mais confortável. Mas gostávamos que entendessem o que se pretende. E gostamos mesmo que as pessoas participem. Aproveito para felicitar esta assembleia, porque está realmente muito público e é bom. Nós queremos mesmo muito público, mas gostávamos que atendessem àquilo que se pretende nesta parte do público. Não é um momento político, este, mas acolhemos todas as intervenções. Senhor António Vitorino, muito obrigado pelas suas achegas. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Constantino Tavares**, residente em Oliveira de Azeméis. =====*



===== *Muito boa tarde a todos. Sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia, Senhor Amaro Simões. O que me traz aqui é um assunto já recorrente, já é uma segunda intervenção sobre o IC2. Na altura, quando eu fiz essa intervenção foi-me quase que garantido, que a situação com as Infraestruturas de Portugal estaria quase resolvida. E que ia ser contemplada a requalificação na totalidade do IC2, entre o Couto de Cucujães e o Pinheiro da Bemposta. E que, já haveria até o orçamento, para as infraestruturas poderem realizar essa obra. E até foi-nos explicado, qual seria a componente da obra, quais seriam as coisas a fazer-se. Depois um outro assunto, que também eu acho que é pertinente em Oliveira de Azeméis. As obras que se estão a fazer, muito bem. Elas são também importantes, mas o que me traz aqui é a solução, que este executivo e a Câmara Municipal, têm para o estacionamento e para a mobilidade em Oliveira de Azeméis. Ao realizarmos estas obras todas no centro da cidade, que futuro é que vamos ter. Porque o estacionamento também é mobilidade, porque se as pessoas puderem ter a capacidade de estacionar perto das infraestruturas, que vão utilizar. Naturalmente vão-se sentir muito mais cativadas, a recorrerem a esses espaços públicos. Eu acho que isto é uma solução, que se pede para o momento, mas também se pode pensar para o futuro. E é um assunto pertinente, em Oliveira de Azeméis, porque já temos alguma dificuldade, quanto ao estacionamento. E se não resolvermos agora, nesta fase em que se fala tanto em instrumentos, que para nós são um bocadinho desconhecidos. As bazucas os PRR'S, se isso não chega agora, quando é que vai chegar a Oliveira de Azeméis. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Manuel Ângelo Terra**, residente em Loureiro.* =====

===== *Caríssimo Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Amaro Simões. Na sua pessoa saúdo todos os membros desta assembleia. Senhor Presidente da Câmara, Engenheiro Joaquim Jorge. Na sua pessoa saúdo todos os membros do executivo camarário. Meus Senhores e Minhas Senhoras, sejam bem-vindos à Freguesia de Loureiro. Desde já saúdo a deslocalização desta assembleia e penso que esta deslocalização, deveria ser aproveitada por todos os membros, para uma visita à freguesia. Para poder perceber a sua realidade, avaliar as suas necessidades. Seria uma mais-valia, na discussão de assuntos relacionados. A minha intervenção vem no sentido de manifestar a minha indignação, acerca do estado da rede viária de Loureiro, bem como dos acessos a esta freguesia e à Zona Industrial de Ul-Loureiro, bem como alguns alargamentos que foram feitos e que hoje ainda não estão dotados de pavimentação digna. Estou certo, que nenhum ou muitos poucos dos senhores deputados e elementos do executivo escolheram a velhinha 224, para chegarem a este canto do sul do concelho. Muito bem plantado por sinal, optando pela outra nacional 224 denominada de variante, que ainda se encontra em boas condições e sem nenhuma zona condicionada, por qualquer sinal de perigo. Na Rua de Ouriçosa, próximo da sede do concelho, sentido Oliveira de Azeméis- Loureiro, encontra-se há mais de três anos uma grade,*

*que ocupa metade da via sinalizando um local de perigo e a indicação para o contornar. Três anos é muito tempo. Sejam quais forem as razões e há razões que eu desconheço e que nós desconhecemos, a meu ver é uma situação que se tornou vergonhosa, pelo tempo que se encontra à espera de resolução, demonstrando incapacidade de resolução de problemas, que representam perigo para os cidadãos que por ali transitam. E aqui recorro ao problema, junto ao Zé da Curva em Santiago de Riba-Ul, que foi preciso tombar um camião, para resolver o problema com mais celeridade e por aí abaixo, até à entrada de Estarreja. A velhinha 224 é o que é. E chegados a Loureiro é o que se vê, uma rede viária na sua maioria em mau estado, com fracas condições para se transitar e por estes acessos difíceis chegamos à Zona Industrial de Ul-Loureiro. Outrora designada por Área de Acolhimento Empresarial Ul-Loureiro, que teve ainda associado o nome de Incubadora de Empresas. Chegando a ser considerada um projeto de referência e de relevância nacional. Hoje, uma simples zona industrial meia moribunda, por falta de infraestruturas de base, diga-se saneamento básico e tratamento, de águas, por falta de uma ETAR. Fracos acessos, arrastando-se há demasiado tempo a resolução destes problemas. É obvio, que há quem beneficie com estes arrastamentos. O concelho vizinho de Estarreja tem neste momento a sua Zona Industrial repleta à custa desta passividade. Por isso pede-se ao executivo camarário e aos deputados desta assembleia, que se unam no sentido de tomar posições mais musculadas, junto do poder central, no sentido de desbloquear aquilo, que é básico para Loureiro e Oliveira de Azeméis. Para que Loureiro e Oliveira de Azeméis coloquem o seu potencial, ao serviço dos loureirenses, de Oliveira de Azeméis e do país. Temos de ter consciência, do potencial desta freguesia e daquilo que ela significa, para quem a habita e para quem nela trabalha. Peço que entendam este meu desabafo e que o considerem, como um contributo e não como uma crítica destrutiva. Boa tarde. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Albino Martins**, residente em Oliveira de Azeméis. =====*

*===== Muito boa tarde, caros amigos, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e restantes membros, Senhor Presidente da Câmara e Vereadores, membros desta Assembleia, Senhor Presidente da Junta de Loureiro e Senhores Presidentes de Juntas de Freguesia do concelho de Oliveira de Azeméis, oliveirenses. É para mim muito agradável estar aqui e vim com a curiosidade de ver uma assembleia na minha terra, do outro lado. Mas aproveito e não resisto ao bichinho, para fazer duas ou três perguntas ao Senhor Presidente. Não como críticas, não tenho crítica nenhuma a fazer e sei muito bem como são, quais são as dificuldades, que os executivos têm para resolver os problemas dos oliveirenses. Mas os oliveirenses exigem sempre mais e os loureirenses também. Eu apenas faço duas ou três perguntas, vou ser muito breve. Senhor Presidente, eu gostava de saber qual é o ponto de situação neste momento do PDM - Plano Diretor Municipal de Oliveira de Azeméis? A sua revisão, que está um pouco atrasada, admito.*

*Mas admito também, que a Câmara Municipal tem uma estratégia para implementar nesta revisão. E concretamente, porque falo de Loureiro, porque sou de Loureiro, porque estamos em Loureiro, gostaria de saber se existe uma estratégia para o crescimento urbanístico e não só. Mas o PDM versa esta vertente e, portanto, é disso que eu gostaria de ouvir falar. Se existe uma estratégia, para o planeamento urbanístico de Loureiro, pensando na inversão que se sentiu nos últimos anos. Como sabem Loureiro, no início do século XIX era e ainda é, uma das maiores freguesias do concelho de Oliveira de Azeméis. Era na altura creio que, a segunda freguesia mais populosa do concelho. Estou a falar no início do século XIX, veio perdendo população. E essa queda de população verificou-se sempre até ao último “censos”, em que se deu uma inversão. Essa inversão acontece e nós todos vemos porquê. Quem me antecedeu, o interveniente anterior usou algum pessimismo ao falar da Zona Industrial, mas eu sou um pouco mais otimista. Quando no início da década de 80 profetizava, desculpem-me o termo, uma outra era para Loureiro. O desenvolvimento que não existia, era uma terra absolutamente agrícola e mais nada. Quando profetizava, que Loureiro dentro de algumas décadas seria uma terra desenvolvida, com indústria, com outro nível. Afinal sinto agora com alguma satisfação, que se está a começar a concretizar a profecia. Não fiz nada de especial para profetizar isso, eu baseava-me naquilo que estava a começar a ser planeado. Uma zona industrial de grandes dimensões para Loureiro, isso ao verificar-se agora traz tudo atrás. E, portanto, a Área de Acolhimento Empresarial tem muito que crescer, muito por onde crescer e é preciso que hajam estruturas para suportar. Era só para perguntar, deste crescimento a partir da implantação da indústria, está-se a sentir já a inversão no crescimento populacional. Esse crescimento, adivinha-se que vai aumentar significativamente, já se sente, mas vai aumentar muito mais. E quando eu pergunto ao Senhor Presidente pelo PDM, pela revisão, pela estratégia do PDM quero pensar, que há que antever o que é que se pensa propriamente no centro da freguesia sobretudo. Uma área que já está a crescer populacionalmente de forma sustentada, mas vai crescer muito mais. E depois vem o problema do saneamento, que é outra pergunta que lhe faço. Já foi feita aqui, não vou insistir na mesma, mas vou perguntar apenas o seguinte. Eu sei que o Senhor Presidente vai responder com certeza, que há planos de saneamento para Loureiro, que tem zero, mas esse plano são muitos milhões. A sugestão que eu deixo, que não é nada de especial também é que, em vez de resolvermos o problema, que é impossível de resolver que se faça isto faseadamente. Talvez se comece a resolver o problema da Zona Industrial e do Núcleo Central de Loureiro, prevendo que é impossível nos próximos dez anos talvez, chegar a toda a freguesia e cobrir com os milhões que é preciso. Então, que se comece faseadamente pela ETAR. Com capacidade para desenvolver em várias fases e que resolva o problema da Zona Industrial, que é premente. E o problema da zona habitacional muito centrado no centro da freguesia. Peço desculpa pela demora. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José Figueiredo e Silva, residente em Loureiro. =====*

=====*Boa tarde a todos. Agradeço a presença e a oportunidade de falar. Em primeiro lugar, hoje, pelas 9.30 da manhã, a linha de água que passa junto à minha habitação tinha um mau cheiro proveniente de uma descarga poluente de origem animal bovino. A pergunta que se põe é a seguinte: A Câmara Municipal, através dos seus serviços competentes, como pretende prevenir, reduzir e controlar estas descargas acidentais poluentes nesta linha de água?*=====

=====*O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.*=====

=====*Muito boa tarde a todos e a todas. Começo por cumprimentar, em primeiro lugar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Secretários, caros colegas de executivo, senhores deputados municipais, presidentes de Junta, particularmente o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro que nos acolhe, o meu estimado amigo José Queirós. Quero cumprimentar o público presente, cumprimentar os órgãos de comunicação social, os funcionários da autarquia e, naturalmente, todos os oliveirenses que nos ouvem de suas casas. Uma saudação especial aos loureirenses. Conforme disse o Senhor Presidente da Junta de Freguesia. Tem razões para ter orgulho nesta terra de oportunidades, uma terra progressista, uma terra de grande dinâmica, que tem um movimento associativo ímpar e tem instituições de grande qualidade, de grande prestígio, que servem toda esta comunidade. Dando resposta às muitas questões que foram colocadas pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia. As respostas, eu vou dando-as nos momentos em que ambos conversámos sobre os problemas desta freguesia. Mas naturalmente que os problemas que referiu, são problemas inquestionáveis, são incontornáveis, são do nosso conhecimento comum, são do conhecimento da comunidade loureirense e são do conhecimento dos oliveirenses. Muitos deles são transversais a muitas freguesias, como são a rede viária e os problemas relacionados com a rede de água e saneamento. No caso concreto, respondendo a algumas questões que colocou, da Rua da Moura: A maior parte da Rua da Moura fica na freguesia de Ul. Nós estamos a fazer os contactos com os proprietários. O projeto está a ser desenvolvido por uma empresa oliveirense. Não sei se está a ser corrigido por uma empresa oliveirense, para que possamos lançar a obra a concurso o mais rapidamente que nos for possível. O acesso direto para a Área de Acolhimento Empresarial de Loureiro -Vão-me permitir responder às observações que foram feitas nesse sentido, nomeadamente pelo professor Albino Martins: Estão previstos dois traçados alternativos que foram sinalizados conjuntamente com as Infraestruturas de Portugal. São dois traçados em tudo coincidentes, mas têm perspetivas diferentes em relação às zonas de aceleração e desaceleração e é basicamente isso que está em causa. Aquilo que nós esperamos é com o cadastro que estamos a fazer, para a expansão da Área de Acolhimento Empresarial a sul, podermos lançar a concurso um projeto em simultâneo do acesso e também da própria expansão da Área de Acolhimento. Porque, como*

sabem, permitam-me que discorde da afirmação, que a zona industrial está moribunda, a Zona Industrial está totalmente tomada, não há praticamente nenhum espaço disponível. Portanto, nós precisamos urgentemente de alargar o nosso espaço industrial, procurando assim dar respostas às solicitações dos senhores empresários e dos investidores. Em relação ao saneamento básico: O saneamento básico é um problema tremendamente complexo e particularmente complexo, numa freguesia com as características de Loureiro. Ele nunca foi acautelado. O professor Albino Martins teve a oportunidade de perceber, conforme acabou por dizer na sua introdução, que conhece bem as dificuldades na resolução dos problemas dos munícipes. E teve a oportunidade de estar num executivo camarário, durante oito anos. Tivemos um Presidente de Câmara que era natural desta freguesia. E ambos não tiveram, não tenho dúvidas nenhuma que se o pudessem fazer faziam, mas não tiveram oportunidade de resolver este problema. Aquilo que nós estamos a procurar fazer é de algum tempo a esta parte é a avaliar a possibilidade de usar a rede de parte das águas residuais que são produzidas na freguesia serem entregues num pseudo tratamento, nomeadamente o pseudo tratamento da água das águas da região de Aveiro para procurarmos assim evitar, eventualmente, a construção de uma ETAR. Ou, então, de uma ETAR com as características que nós precisamos para resolver os problemas do saneamento na freguesia de Loureiro. Em relação à rede viária: não descurámos a essência do problema, mas também nunca deixámos de trabalhar para o resolver. A rede viária do concelho é extensa e está muito degradada. Apesar do grande esforço que tem sido feito nos últimos anos para a procurar requalificar. O que é um facto é que continuamos a ter várias estradas em muito más condições. Foi aqui elencada um conjunto delas, mas nós temos uma listagem muito superior à que foi aqui referida. Nós temos efetivamente centenas de estradas a precisar de requalificação e há vários motivos para a necessidade dessa requalificação. Há estradas em muito mau estado, neste momento no concelho, porque as freguesias estão a beneficiar de infraestruturas de saneamento básico e da rede de água. E aconteceu muito recentemente na freguesia de Ossela, onde fizemos um investimento enorme de requalificação de grande parte da rede viária da freguesia. Teve de ser depois totalmente esventrado para podermos meter a rede de saneamento. É evidente que não somos nós que controlamos os timings dos avisos comunitários. Surgiu o aviso cerca de um ano depois de nós termos asfaltado essas ruas. Obviamente que não vamos perder a oportunidade, mas infelizmente tivemos que esventrar ruas que tinham sido acabadas de asfaltar. Temos também outras ruas que nunca tiveram a oportunidade de receber um novo pavimento. Temos também ruas em mau estado que resultam das inundações. E algumas vezes, muitas vezes, a reposição dos ramais não é feita por via do gabinete municipal e não é feita da forma mais adequada. Também os ramais contribuem para o estado geral da perceção que nós temos sobre a nossa rede viária. Também, nesse sentido, temos de fazer um esforço enorme junto dos operadores. E vocês com certeza que se aperceberam muito recentemente de uma forma diferente de fazer, digamos, a recuperação desses ramais de maneira a conferir alguma qualidade ao espaço. Mas é um facto que este problema é um problema que persiste. É um problema que nós vamos continuar a

*trabalhar. É evidente que nós poderíamos, eventualmente, em vez de alocarmos 12 milhões de euros à rede de saneamento como está a acontecer neste momento, poderíamos ter alocado esse dinheiro à requalificação da rede viária, eventualmente pouparíamos às pessoas muitos transtornos, muito pó, muita lama, muitas estradas esburacadas, mas não estaríamos a fazer o que deve ser feito. E nós estamos aqui para fazer o que deve ser feito. E a única garantia que eu posso deixar aqui ao povo loureirense. E eu posso deixar também ao povo oliveirense, posso deixar a todos os presentes, é que a rede viária no final deste mandato estará seguramente em muito melhores condições do que o que está hoje. E esse é o trabalho que nós vamos continuar a fazer. Nós vamos continuar a fazer esse trabalho. E fazemos aquilo que fazemos sempre, que é pedir desculpa aos oliveirenses por ainda não termos conseguido fazê-lo. E nos oliveirenses estou naturalmente a incluir o negócio das artes por todos os transtornos que eventualmente lhes causaram. Em relação à intervenção Bruna Correia. Eu sei do que está a falar e percebo esse problema. É uma rua de dois sentidos que não comporta os dois sentidos como sabe. A lei não permite que se estacione, naquela via com dois sentidos e por isso é que a GNR, pelos vistos tem forma insistente autuado, multado os moradores. Nós estamos a estudar uma solução. Se vai começar agora nos próximos dias o alargamento desta via. Vamos alargar esta via, onde nos é possível fazê-lo, mas estamos a estudar uma solução, no sentido de procurar a solução para a proibição de estacionar. O que nós eventualmente teremos de fazer é transformar aquela rua numa rua de sentido único e permitir numa das faixas uma zona de estacionamento. Em relação à intervenção do Senhor António Vitorino Coelho, em relação ao lugar de Ouriçosa, a questão foi colocada na intervenção do Manuel Terra. Efetivamente este muro faz parte de um conjunto de muros (obras) que foram lançados a concurso. Felizmente, tivemos na semana passada a abertura das propostas, temos uma proposta vencedora. Agora vai decorrer o processo normal, que levará até à adjudicação que está prevista na lei. Não sei dizer quando vai começar. Esperamos que no mês de abril tenhamos essa intervenção feita, bem como alguns pontos que têm tido problemas. Nomeadamente, a Rua do Mosteiro, este ponto no lugar de Ouriçosa e outros pontos do concelho. Em relação aos outros perigos nas estradas e a sinalética: Nesta Assembleia há um protocolo com a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária para disponibilizar um conjunto de informação, que é fundamental para o Plano Municipal de Segurança Rodoviária, que nós pretendemos reunir. Nós temos conhecimento, como é evidente, dos grandes pontos de sinistralidade no concelho, mas não temos um Plano Municipal de Segurança Rodoviária que nos permita não só a identificação, mas a solução com medidas adequadas, para a eliminação desta sinistralidade aconteça ela nas estradas municipais ou nas estradas nacionais. Esse trabalho de identificação dos pontos perigosos de maior sinistralidade do nosso concelho está feito. Mas nós queremos transportar esse trabalho que naturalmente será complementado com o que o plano de segurança rodoviária, no sentido de vermos o nosso concelho seguro com zero mortes e com uma redução substancial do número de acidentes graves. Todos nós conhecemos a Avenida Nossa Senhora da Ribeira, que é uma autêntica autoestrada. Infelizmente existem acidentes nessa via com muita gravidade. Em*

*relação à sinalética, temos feito também um esforço no sentido de a melhorar. Aquilo que eu peço aos nossos Presidentes de Junta de Freguesia, que eles melhor do que nós conhecem os seus territórios, é para que nos façam chegar as necessidades de sinalética para corrigir e sinalética que precisem de substituir por estar em mau estado e com certeza nos tentaremos dar resposta. Em relação à ligação do acesso à Nacional 224, da Área de Acolhimento Empresarial de Ul-Loureiro, já referi aqui que, há duas possibilidades que estão a ser trabalhadas: resolver o acesso direto, que é isso que nós queremos, do acesso da Nacional 224 à Área de Acolhimento Empresarial de Ul-Loureiro prevendo já, também, a sua instalação futura. Portanto o acesso servirá a Zona Industrial existente, mas também a Zona Industrial no futuro. Em relação à intervenção do Senhor Constantino Tavares, a questão do IC2. Nestas coisas, quando nós damos a informação e nos substituímos aos responsáveis, naturalmente corremos os riscos de dar a informação que nos é disponibilizada. A informação que nos foi disponibilizada foi essa. A intervenção já foi feita e já houve uma intervenção que foi feita no IC2, mas essa intervenção é insuficiente para eliminar a perigosidade da via em alguns pontos do seu trajeto. O que nós continuamos a fazer é procurar com as Infraestruturas de Portugal fazer uma intervenção profunda, ao nível do corte da vegetação, ao nível da sinalética, ao nível da retificação de zonas do traçado que sejam mais perigosas. Nós, neste momento, estamos também a estudar a possibilidade que resulta também do investimento privado que vai ser feito na freguesia do Pinheiro da Bemposta, de criação de uma rotunda numa zona que é bastante perigosa. Vamos ver se essa intenção chega a bom porto. Em relação à questão do estacionamento com mobilidade para Oliveira de Azeméis em função das muitas obras que estão a acontecer, os equipamentos estão a ser requalificados. A questão do estacionamento, a questão da mobilidade é uma questão complexa, que não se resume apenas à construção ou à criação de estacionamento. A questão é muito complexa e tem pano para mangas. E estaríamos aqui seguramente o tempo de serviço, para discutir numa assembleia municipal temática, as questões da mobilidade e da acessibilidade. Neste momento, o que está a ser desenvolvido, para a cidade de Oliveira de Azeméis é um plano de mobilidade urbana sustentável, procurando dar assim resposta às muitas questões, às muitas dimensões, que estas questões nos trazem, sobretudo à criação de lugares de estacionamento. Isto é muito mais do que isso, trata-se de mudarmos o paradigma, da forma como nos movimentamos e nos deslocamos na cidade. E passa também por percebermos, se queremos uma cidade para os peões, os munícipes, ou se queremos uma cidade para os automóveis. E, portanto, são questões muito complexas, que não podem ser respondidas de uma forma simples e única, de uma forma digamos mecânica, são atualmente questões de grande complexidade. Em relação à intervenção do Manuel Terra, algumas das questões eu já fui respondendo. E dizer-lhe, que a intervenção do Zé da Curva não resultou do camião ter caído, resultou do PS ter chegado ao poder, ter chegado à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis e ter consciência da gravidade, da urgência em resolver. Mas interessa a reflexão, onde felizmente até agora, que seja do meu conhecimento, não voltou a acontecer nenhum acidente grave. Foi também a criação do passeio em toda a extensão,*

*desde a parte norte, desde a rotunda do Cercal até à cidade. Porque numa estrada com aquela importância, com aquelas relevâncias, uma estrada com tráfego tão intenso não tinha sequer passeio. Neste momento existem passeios em toda a sua extensão. Desde a parte norte até à cidade, estamos também com um projeto praticamente terminado, para replicarmos esta iniciativa para sul, criando também passeios e condições de segurança, não só para os seus, mas para os próprios automobilistas. Porque estes passeios também os protegem, e é um trabalho importante. Em relação às considerações, que fez sobre a Zona Industrial, sobre a Área de Acolhimento Empresarial de Ul-Loureiro tem acessos fracos. Foi feita uma intervenção profunda, foi mudada completamente a estrutura da cobertura, porque havia um tempo em que chovia, como chovia cá fora. Foi inaugurado com um gerador, que depois foi fechado e nunca mais foi aberto. E estamos neste momento com essa obra realizada. Estão a ser criadas as condições, para efetivamente começarmos a dinamizar essa dimensão na Área de Acolhimento Empresarial de Ul-Loureiro. Eu sou daqueles que têm a perfeita consciência da importância desta freguesia, que é absolutamente estratégica e já disse várias vezes ao Senhor Presidente, que esta freguesia é uma das freguesias com mais potencial. Pela sua localização, como é evidente, pela sua geografia, pelo facto de ser uma freguesia que tem uma grande dinâmica industrial muito forte, muito expressiva, com um enorme potencial de crescimento. Conforme foi aqui identificado pelo Senhor Presidente, de forma irrepreensível a realidade e a raça desta gente e das suas instituições. E, portanto, desta freguesia, não tenho rigorosamente nenhuma dúvida, que vai continuar na senda do crescimento, do progresso. E que vai continuar a afirmar-se, como uma grande freguesia do nosso concelho. O diálogo começa a acontecer, que é à medida que as localidades que são servidas pelo norte da autoestrada começam a ser pretensamente comportáveis para as pessoas. As pessoas tendem a deslocar-se um bocadinho mais para sul e começam a olhar também para a freguesia de Loureiro, como uma possibilidade, para aqui constituírem o seu projeto de vida, para aqui colocarem a sua habitação, mesmo que aqui não trabalhem. Portanto, esta freguesia está naturalmente a merecer a nossa atenção e por isso eu entroncava aqui este comentário, do Plano de Diretor Municipal. Uma questão muito interessante, que foi trazida aqui pelo professor Albino Martins e que não está de todo traçado. Efetivamente o PDM é um instrumento absolutamente fundamental estratégico, na matéria de planeamento do ordenamento do território. Como sabem, esta nova geração de planos diretores municipais assenta a ocupação e o uso do solo, em modelos que levem a que os municípios invistam na criação de infraestruturas. Ou seja, os espaços são urbanizáveis e existem estruturas públicas nesses espaços. Este é um grande desafio para todos os municípios. O processo, em Oliveira de Azeméis está em revisão e estão dezenas de PDM'S em revisão. A própria Comissão Coordenação de Desenvolvimento Regional do Norte, não tem capacidade neste momento, para o agendamento das reuniões do trabalho que são normais, que são intercalares. Não tem neste momento, capacidade sequer para acompanhar os processos de revisão, dos muitos PDM'S, que estão simultaneamente em revisão. E, portanto, o grande desafio é esse. É por um lado percebermos, que este território tem um potencial enorme de crescimento, que devemos*



*acautelar, não só sob o ponto de vista habitacional, mas também sob o ponto de vista do espaço de acolhimento empresarial. E ao mesmo tempo conseguirmos criar as condições, para dotar a freguesia das infraestruturas básicas, que precisa para que esse crescimento seja aceite, em matéria de revisão do PDM. Isso passa por nós incluímos no plano plurianual de investimentos, um conjunto de recursos financeiros, que permitam dotar essas regiões, que nós pretendemos que sejam regiões de expansão com essas infraestruturas básicas, que são atualmente visíveis nesta nova geração de planos de diretores municipais. Em relação à questão do saneamento, eu já respondi. Vou responder à questão colocada pelo Senhor José Figueiredo Silva. Julgo que este problema está identificado, não está resolvido, como é evidente. Vou procurar perceber exatamente o que é que se trata. E de que forma é que nós podemos evitar, que estas descargas sejam feitas. Isso não é permitido por lei, portanto está a falar de uma ilegalidade. Nós temos de arranjar forma de fiscalizar e de identificar o prevaricador, o autor da descarga e naturalmente puni-lo. É isso que nós vamos procurar fazer. Diga-me só uma coisa: como é que se chama a ribeira onde é feita a descarga? Ribeira das Enguias? São descargas provenientes de vacarias? Respondendo ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Loureiro, sobre as escolas: As escolas, como sabe a EB de Loureiro felizmente está no levantamento, que foi feito das escolas que vão ser sede de intervenção. Nós neste momento estamos com uma intervenção prevista para a Escola da Alumieira. Estamos a falar numa intervenção de 230 mil euros em números redondos, que não vai resolver o problema. Conforme disse e bem, das necessidades que nós temos nesta região do concelho. Mas essas necessidades vão ser resolvidas precisamente com um processo de ampliação da EB de Loureiro, que está previsto, que está conversado com a Senhora Diretora do Agrupamento. Aquilo que nós esperamos é que os avisos para a requalificação dessa escola aconteçam. Como sabe, nós temos duas escolas, que estão no planeamento, a Dr. Pereira Tavares e a de Loureiro. A de Carregosa não está nesse mapeamento e nós entendemos que deve estar, por isso é que reunimos com o Secretário de Estado. E estamos a fazer o trabalho que é necessário fazer, para que essa escola conste do mapeamento de escolas a intervencionar. Essa escola tem um conjunto de patologias, um conjunto de carências, que também justificam também uma intervenção de fundo. Aquilo que nós esperamos. A Escola de Loureiro está efetivamente muito má. E também nunca teve ao longo dos anos, nenhuma manutenção substancial, portanto são meros paliativos na resolução de alguns problemas que vão acontecendo. Neste momento, as escolas já não se resolve com essas intervenções, pois é preciso mesmo a requalificação profunda. Como aconteceu na escola Ferreira da Silva, como está a acontecer na escola em Fajões. E aquilo que nós esperamos, o que a Câmara Municipal está a trabalhar, no sentido de lançar um procedimento para os projetos de requalificação destas duas escolas mapeadas. É isso que nós estamos à espera, nós temos tentado acompanhar o processo, junto do Ministério da Educação. Mas o Ministério da Educação está a braços, com problemas relacionados com a greve dos professores, e não temos tido por parte da tutela disponibilidade para reunir, no sentido de*

percebermos se vamos ter ou não intervenções. Estou convencido que vamos ter sucesso nesta nossa missão. Muito obrigado. =====

===== **PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (Art.º 21º DO REGIMENTO)** =====

===== O Senhor **Presidente da Mesa da Assembleia Municipal** deu início ao período de “Antes da Ordem do Dia”. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de António João Santos, Maritza Valente, Manuel José Soares, Fernando Pais Ferreira, José Lourenço, Daniela Silva, António Godinho, João Costa e Helga Correia. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **António João Santos**, do PSD. =====

===== Boa tarde a todos. Cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia Municipal Senhor Amaro Simões. Cumprimento toda a mesa da Assembleia e Secretariado. Cumprimento o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, Engenheiro Joaquim Jorge. Cumprimento também toda a Vereação. Cumprimento todos meios desta Assembleia Municipal e Presidentes de Junta. Cumprimento todo o público aqui presente, também aqueles que nos seguem remotamente. Saúdo todos os meios de comunicação social aqui presentes. As obras do Cineteatro Caracas, agora renomeado Teatro Municipal de Oliveira de Azeméis, que foram consignadas em abril de 2020. O Senhor Presidente transmitiu à comunicação social, que tem a expectativa que o equipamento seja estreado no próximo Congresso da Indústria dos Moldes, a realizar nos dias 17 e 18 de março de 2023. Apesar da rutura, que V. Exa. advoga relativamente ao Cineteatro Caracas, reforçada pela alteração da designação deste mesmo espaço para Teatro Municipal de Oliveira de Azeméis. O Cineteatro Caracas foi um equipamento de enorme relevância para os oliveirenses. Palco de inúmeros espetáculos, iniciativas das nossas associações, escolas e grupos. Dando palco a uma panóplia de iniciativas, desde concertos musicais, festas de final de ano, saraus culturais, espetáculos de dança, iniciativas de beneficência, cultura e até debates. É este o lugar daquele espaço, independentemente do nome que lhe queiram chamar. É tempo de colocar o equipamento à disposição dos oliveirenses e não só do município. Mas para que isso possa acontecer. Para que os oliveirenses possam saber com o que contar é necessário, que o regulamento de utilização do equipamento esteja disponível, bem como a programação da ocupação do mesmo, que esteja devidamente definida. E se for o caso, até as respetivas taxas de utilização do mesmo. É importante que todas as organizações interessadas em promover eventos, naquele equipamento tenham as melhores condições, para o agendamento e preparação dos mesmos, com a máxima urgência. Seria imperdoável, que ainda existam mais demoras. É

*expectável, que se a programação estiver à altura, que este seja um equipamento que induzirá uma maior afluência de pessoas à nossa cidade, das nossas freguesias e desejavelmente até de outros concelhos. Uma afluência que terá um pico temporal, aquando da duração dos espetáculos e nos horários dos mesmos, uma vez que a utilização do transporte público e outras formas de mobilidade, não me parecem muito exequíveis. E uma vez que aquela zona da cidade, não tem grandes alternativas de estacionamento pergunto, se está previsto o prolongamento de horário de funcionamento do parque subterrâneo da Praça da Cidade. Para que o desejável bom funcionamento do teatro, não venha a piorar a situação de estacionamento desta cidade. Disse.==*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Maritza Valente**, do PSD. =====*

*===== Exmo. Presidente da Assembleia. Membros da Mesa. Senhor Presidente da Câmara. Membros do Executivo. Colegas Deputados. Senhores Presidentes das Juntas, especialmente ao Presidente desta Junta de Freguesia de Loureiro José Queirós, pelo acolhimento. Público presente. Comunicação Social e quem nos estiver a acompanhar, através da transmissão da Azeméis TV. Comunicação Social aqui presente. Sintam-se todos cumprimentados, na pessoa do Senhor Presidente Amaro Simões. Venho aqui em nome da bancada do PSD fazer uma intervenção, no âmbito do pedido de esclarecimentos sobre vários pontos. Em primeiro lugar sobre a centenária Escola do Cruzeiro, em Macinhata da Seixa. Para contextualizar, a referida escola foi encerrada e convertida num depósito de materiais escolares, onde o seu recreio está, há vários anos a esta parte convertido numa lixeira. Se o Senhor Presidente não sabe desta situação a Junta de Freguesia sabe, pois até está registado em ata há anos. Agora pergunto, será que um dos maiores ex-líbris de Macinhata da Seixa. Uma escola com 120 anos e respetiva casa, onde muitas e muitas gerações, por ali passaram e que até sofreu uma pequena intervenção em 2009 na sala de aula merece este abandono? O que está a pensar em fazer este executivo e como, para que esta linda escola volte a ter a sua dignidade. Em segundo lugar a Rua do Requeixo. Uma das principais vias de acesso à freguesia de Macinhata da Seixa. Onde depois de muitos meses, com uma grande derrocada da via foi realizado um alargamento da ponte e parte da estrada. E onde até hoje, essa intervenção não se encontra concluída. Posteriormente foi intervencionada, para colocação do saneamento. Pouco tempo depois, a caixa de saneamento perto da ponte abateu, estando um sinal de perigo há meses a esta parte. Pergunto Senhor Presidente, quando pretende concluir esta obra, pois se antes os macinhatenses estavam mal, pior ficaram. A seguir à ponte só passa um carro e mal de cada vez, pois uma berma tem um buraco onde a água da chuva se acumula, do outro tem uma tampa de saneamento a abater. Acha isto dignificante para os seus munícipes. Mas infelizmente, a rede rodoviária deste concelho já teve dias melhores, se não vejamos. Aqui mesmo na freguesia de Loureiro, a título de exemplo temos a Rua Ferreira de Castro e a Rua Alves Ferreira. Em Macinhata, a minha freguesia temos a Rua das Fontes, ou a*

*Rua da Quinta do Monte. Em Oliveira de Azeméis, no coração da cidade, a Rua Dr. António Luís Gomes, mais conhecida pela Rua dos Jeitos, ou a Rua Eça de Queirós. E porque não falar da Rua de Figueiredo. Uma das principais ligações de Madaíl aos Paços do Concelho, que está num estado vergonhoso. Estes só são uns exemplos, pois poderia enumerar muitos outros, mas certamente isto levaria muito tempo, porque não deve haver nenhuma freguesia que não precise de intervenções, como já aqui também o referiu. Poderá dizer, o Senhor Presidente que falta colocação de rede de água ou de saneamento, mas eu pergunto. Quanto tempo mais vão ter de aguardar os munícipes? Quanto tempo mais vão continuar em mau estado estas vias? Seria também importante esclarecer os oliveirenses, onde se encontra a máquina adquirida pela autarquia, para espalhar alcatrão. Está a ser utilizada? Em que freguesias? Para concluir Senhor Presidente. Quando chegamos ao concelho de Oliveira de Azeméis notamos logo a diferença, em relação aos concelhos vizinhos. Para pior diga-se. Saudamos a intervenção e o alargamento da rede de água e saneamento e os oliveirenses também. Acontece que, não podem os oliveirenses aguardar eternamente, pelo alcatroamento das estradas intervencionadas. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Manuel José Soares**, do PS. =====*

*===== Senhor Presidente da Assembleia. Cara Secretária. Senhor Presidente da Câmara. Senhores Vereadores. Senhores Deputados. Público. Comunicação Social. Senhores Funcionários da Autarquia. O Senhor Presidente da República agraciou recentemente, a título póstumo, o Senhor Arquiteto Gaspar Domingues com a ordem de mérito grau Comendador. O reconhecimento que faz justiça às preocupações sociais, que nortearam muito o trabalho desta figura oliveirense, que exerceu funções de vereador na Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Tendo sido agraciado com várias distinções, com uma medalha de mérito e dedicação da União de Freguesias, melhor da União de Misericórdias Portuguesas. E votos de louvor e gratidão dos órgãos autárquicos de Oliveira de Azeméis e centro distrital de Aveiro, do Instituto da Segurança Social. O Arquiteto Gaspar Domingues desenvolveu um trabalho meritório, na Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis, tendo sido também professor, responsável por projetos como o Hotel Dighton, o Cineteatro Caracas, a Estalagem de São Miguel e a Biblioteca Ferreira de Castro em Ossela. Teve ainda tempo, para de forma cívica projetar várias tipologias de construção, como equipamentos desportivos, quartéis dos bombeiros, infantários e lares para a terceira idade. O Arquiteto Gaspar Domingues traduziu em ações concretas, a sua postura de cidadão, sempre atento ao pulsar da sociedade e às suas carências sociais. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais Ferreira**, do PSD. =====*

===== Antes de mais, cumprimentar V. Exa., Senhor Presidente da Assembleia. Os Seus Secretários. O Senhor Presidente da Câmara. Vereação. Secretariado. Colegas Membros da Assembleia Municipal e Público aqui presente, que é com gosto redobrado que vejo que as pessoas nestas assembleias mais descentralizadas de alguma forma aderem. Porque de facto a política é a mais nobre das artes e dos ofícios, porque estamos a tratar exatamente do bem-estar da comunidade. Eu ouvi com atenção a intervenção do Manuel José e de facto lembrei-me, que a minha intervenção é no seguimento da intervenção dele, de uma oportunidade incrível. Nunca é demais assinalar o trabalho desenvolvido pelo arquiteto Gaspar Domingues. A minha intervenção centrar-se-á numa das obras emblemáticas aqui de Oliveira de Azeméis, cuja autoria foi do arquiteto Gaspar Domingues, que é a Estalagem de São Miguel. Toda a gente conhece e que, se situa num polo de atracção, quer para os municípios, quer para as pessoas fora do município. Um polo de atracção muito importante para Oliveira de Azeméis. Isto porque, a Estalagem de São Miguel já foi um ex-líbris da nossa cidade e há muito tempo está abandonada. Recordo que foi uma obra que se iniciou em 1972. E foi concluída, na altura com dinheiro e donativos de mais de cem cidadãos anónimos, que com o seu labor e trabalho conseguiram construir uma infraestrutura, que de facto foi marcante nessa primeira fase. Já há muito tempo e todos nós sabemos, que a estalagem se encontra votada ao mais completo abandono e degradação. É uma pena nós irmos a Oliveira de Azeméis e vermos um equipamento daqueles sem solução. Neste momento tem um conjunto de vidros partidos, infiltrações, já foi vandalizada exatamente pelo não uso. Creio que, neste momento até serve de depósito de algumas coisas das associações. Ou seja, a estalagem neste momento, não tem nenhum tipo de utilização. Já ainda no domínio deste executivo PS, de facto houve várias tentativas de resolver o problema. Através de duas hastas públicas, que na altura foram consideradas desertas e face a esse abandono o que é que o Município fez. O Município colocou à venda a Estalagem São Miguel, pelo preço da avaliação que são 1.650.000 euros numa das imobiliárias. Nós entendemos que de facto colocar, sem mais e nos moldes que eu vou aqui descrever, a Estalagem de São Miguel para venda por um preço de 1.600.000 euros é de legalidade duvidosa. Mas o que de mais importante, que nós deveremos fazer, é trazer novamente este tema à discussão. E encontrar uma solução, que poderá passar pela alienação, evidentemente que noutros moldes, já vimos que não resulta. Ou pela concessão a outra, em que a reconstrua e a explore, com fim útil à comunidade. Mediante uma contrapartida por um período determinado de tempo, que permita ao concessionário o retorno do investimento. A inércia, Senhor Presidente é a pior conselheira. Neste momento, a venda da Estalagem e eu quero salientar bem isto, continua entregue a imobiliárias, que promovem a alienação. Nessa promoção, o que é que nós vemos. Vemos a descrição e a situação do imóvel. Os detalhes contendo a localização, áreas, topologias. As acessibilidades e uma alegada admissibilidade de reconstrução e ampliação, da área de implantação e da volumetria do edifício. Desde que, refere de facto este anúncio de venda. Desde que, se enquadrem harmoniosamente na arquitetura do imóvel e na sua envolvente, cumprindo os condicionalismos existentes a nível legal e territorial,

*devendo cumprir o PDM de Oliveira de Azeméis. Refere expressamente, que a cerca do edifício não será aumentada. Ou seja, neste momento o que temos é a Estalagem de São Miguel, que repousa numa imobiliária, ou em várias imobiliárias. Eu só consultei esta, presumo que as condições de venda sejam as mesmas. E alguém, que chegue lá com 1.650.000 euros pode comprar a Estalagem de São Miguel. Quando nós discutimos aqui diversos condicionalismos, que a hasta pública impunha. Nomeadamente quanto ao destino a dar, nomeadamente quanto às necessidades e carências e de reconverter aquilo num espaço hoteleiro. Penso que esta iniciativa de colocar à venda, nestes moldes, sem deliberação do executivo camarário, neste sentido, na minha opinião é de legalidade duvidosa. Há que trazer, Senhor Presidente este tema novamente ao debate público. Há que efetuar uma procura ativa de investidores locais, nacionais ou internacionais, com ou sem meios próprios da autarquia e recorrendo também, se necessário a especialistas. Sugerimos a apresentação deste ou de outro projeto, a fundos de investimento imobiliário, a que podem estar interessados em requalificar e rentabilizar o espaço. Pugnamos pelo contacto prévio, por exemplo para escolas de hotelaria, ou outras instituições ligadas ao sector do turismo. Da mesma forma há que elaborar um estudo e viabilidade pela autarquia, que permita determinar em primeiro lugar qual o investimento que é necessário fazer, caso fosse a autarquia a requalificar. Mas também para percebermos o que é que estamos disponíveis para fazer, em relação ao privado que queira investir. Quanto tempo estamos disponíveis para concessionar. Que tipo de contrapartidas queremos ver com esta concessão. E que estamos dispostos a licenciar, em termos de alteração do edificado. Existe assim, um vasto trabalho a desenvolver, que não foi feito nem realizado e que urge realizar. É de todo o interesse municipal, que o edifício se reconverta num moderno equipamento, para servir o nosso concelho, constituindo também uma mais-valia a quem nos visita. A reabilitação da Estalagem de São Miguel é decisiva para a valorização efetiva do Parque de La Salette, oferecendo um serviço complementar de estadia e/ou lazer, que é necessário para quem o visita que o parque atualmente não dispõe. Claramente, se a alienação não for possível, obviamente que temos de procurar outra solução. A nós o que nos interessa verdadeiramente é que a estalagem tenha uma solução. A manutenção da situação da estalagem, conforme existe atualmente é lesiva, para quem a visita, e quem visita o parque. Para quem a visita e visita o parque. Para Oliveira de Azeméis e para o património oliveirense. Eu sei Senhor Presidente, que esta situação não é uma situação fácil de resolver. Agora o que nós devemos fazer, no sentido de escrutinar, a atividade do município neste particular é de facto que, esta situação seja vista com outros olhos. Não acho que a solução seja repousar. Dizer, bem nós tentamos duas hastas públicas. Não encontramos solução. Metemos isto numa imobiliária. Vamos ver se aparece alguém para comprar, sem qualquer condicionalismo prévio pelo menos que eu tenha visto. E pelo menos vi isto numa imobiliária. É necessário trazer esta solução à discussão pública. Nós estamos disponíveis para fazer isto e até, se calhar para fazer uma assembleia municipal temática. Aí já o Senhor Presidente poderá opinar sobre essa questão e até decidir, portanto é um alerta*

*que eu deixo aqui. Tenho consciência de que não é fácil, mas manter a situação como está é que é um silêncio completamente ensurdecedor. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **José António Lourenço**, do PS. =====*

*===== Cumprimento o anfitrião Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Loureiro, Senhor Presidente da Mesa, restantes membros, executivo municipal, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, público, comunicação social, e, o que mais importa, oliveirenses. O Município de Oliveira de Azeméis tem atualmente no seu território, uma grande frente de obra. Investimentos de impacto, que absorvem uma parte significativa do nosso esforço financeiro. Fruto de uma gestão rigorosa dos seus recursos, este Executivo permitiu libertar fundos que, associados aos fundos europeus, permitem fazer face a necessidades primárias há muito reclamadas, bem como para a realização do maior investimento neste concelho, que se pretende afirmar entre os melhores para Viver, Investir e Trabalhar. Senhor Presidente, bem sabemos que os condicionalismos sentidos nos últimos tempos, quer pela pandemia e a consequente falta de mão-de-obra, quer pela escalada de preços motivada pela guerra na Ucrânia, tornaram a execução destas obras um desafio maior. Não sendo um exclusivo de Oliveira de Azeméis, e encontrando-se muitos outros municípios em igual situação, importa-nos o que é nosso. Não obstante isso, e porque sempre soubemos assumir as nossas responsabilidades, o esforço para cumprir com os compromissos assumidos com os oliveirenses é, para nós, uma preocupação central. Será, pois, importante que nesta Assembleia possamos ir acompanhando formalmente o seu progresso, conhecendo as suas dificuldades, se as haja, e os desafios que se têm colocado. Porque a todos importa o trabalho que está a ser desenvolvido, pelo impacto que esperamos que possa ter no nosso concelho e pela enorme dimensão do investimento, Senhor Presidente, agradecemos-lhe, que possa fazer um ponto de situação do andamento desta grande frente de obra, nomeadamente: - sobre o atual e futuro Mercado Municipal, bem como da construção da nova Estação Intermodal de Transportes, um investimento global na ordem dos 4M€; - sobre as obras de requalificação que vão transformar a Casa Sequeira Monterroso no Fórum Municipal de Oliveira de Azeméis, no valor de 3,6M€; - A expansão do Saneamento Básico, sobretudo as candidaturas em curso, como Fajões ou Madail, por exemplo, depois de assegurada a cobertura de cerca de 55% do município com essa infraestrutura, onde se investiram 4,3M€; - A empreitada de construção do Parque Urbano da Cidade orçada em 4,6M€; - As obras de remodelação do antigo Cineteatro Caracas, que se encontram em fase de conclusão e que dará lugar ao novo Teatro Municipal de Oliveira de Azeméis, um investimento na ordem dos 5M€; - O processo da reabilitação e transformação, do edifício da antiga garagem Justino, em Oficina das Artes, que se encontra em curso e onde se prevê gastar cerca de 1,5M€; - O Centro Interpretativo do Vidro, uma obra que será integralmente suportada com fundos do orçamento municipal, em*

*mais de 2M€; - E, ainda que não se insira neste tipo de obras, mas pelo impacto que terá na mobilidade da cidade, nas suas dinâmicas, na urbanização de uma área importante, o processo de construção do Mercado e da rede viária e infraestruturas que irá exigir. Sr. Presidente, investir e tomar as decisões que sejam, em consciência, as melhores para todos os oliveirenses é o que realmente importa. Reconhecemos estes investimentos grandes e fundamentais, que com o investimento privado que também se sente, são decisivos para o nosso dinamismo. Temos ainda muito caminho pela frente. Mas acreditamos que continua a ser o caminho certo. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

*===== Muito obrigado senhor Presidente. Começando com a intervenção do Senhor Deputado António João Santos, sobre o Cineteatro Caracas, o Teatro Municipal de Oliveira de Azeméis. Deixe-me dizer o seguinte, é um facto que esta obra demorou algum tempo. Mas o que é um facto, é que esta obra, como muitas atravessaram dois anos de pandemia e todas as questões, que lhe estão associadas. Já não me lembro, quantas prorrogações de prazo teve esta obra. É uma obra, naturalmente também de muita complexidade. É uma obra difícil, sob o ponto de vista técnico e, portanto, é evidente que percebemos a morosidade da obra. Mas nós tínhamos fragilidades absolutamente impressionantes e veja bem, aquilo que se estava a prometer, em termos de projeto não alterou as dimensões mais importantes, daquele equipamento que é a dimensão cénica. Ou seja, não havia nada previsto, em termos de áudio, em termos de vídeo, em termos de iluminação. Veja bem que este equipamento, esta intervenção estava a ser trabalhado. Foi preciso andar muito rápido, para se conseguir avançar com esta obra, para estar em condições de ser inaugurada. Neste momento estamos a ultimar os licenciamentos e naturalmente algumas coisas que ainda estão para concluir nesta obra. O regulamento sobre a ocupação do equipamento já existe. Estas são as normas gerais de funcionamento que gradualmente serão aprovadas, com uma ou outra correção, que permitirá percebermos de que forma é que o equipamento vai ser gerido. O maior desafio deste equipamento é precisamente a programação cultural do nosso concelho. Embora, naturalmente a programação cultural do nosso concelho seria extremamente redutor achar, que se resumiria a uma programação mais afinada, ou mais melhorada no Cineteatro Caracas. A formação cultural no nosso concelho é muito baixa. Tem várias dimensões e estamos a procurar calcular. E a procurar também ter uma abordagem integrada, para essa programação cultural, de forma a que ela produza um impacto que nós queremos que produza. E naturalmente respondendo ao que a cultura é hoje, em termos de diferenciação, de afirmação de um território. Nós estamos a trabalhar nesse sentido. A sugestão que referiu, para o alargamento do horário de funcionamento, do parque subterrâneo da Praça da Cidade faz todo o sentido. Ele hoje encerra às 20:00 horas e faz todo o sentido, que nós trabalhemos o alargamento desse horário. Agradeço a sugestão, que naturalmente vamos procurar calcular. Em relação à intervenção da Senhora Deputada Maritza Valente, foi uma*



*intervenção que abordou várias questões, passando pelo cenário trágico da realidade da freguesia de Macinhata da Seixa, como se esse cenário fosse construído nos últimos anos. A centenária Escola do Cruzeiro foi convertida num depósito de material, não foi convertida num depósito de material por este executivo. Já era um depósito de material, quando nós chegámos a estas funções. E quando chegámos a estas funções sabemos bem, em que circunstâncias é que estava o parque escolar. Não teve, por exemplo a preocupação de referir, a profunda remodelação, que foi feita em Macinhata da Seixa. Onde inclusive tínhamos o edifício, que servia de refeitório que metia água, chovia lá dentro e as crianças estavam naquelas terríveis condições. Referiu e bem, a questão da Rua do Requeixo, mas não referiu o investimento avultado no alargamento da ponte do Requeixo. Onde não cruzavam duas viaturas, que se alargou toda a via e toda a extensão. Neste momento está-se a resolver o problema da rede de águas pluviais, para se fazer a intervenção dotando toda aquela via, da ponte para a frente com passeios e condições de segurança que hoje não existem. Portanto esta é uma intervenção profunda que nós vamos fazer e naturalmente, que se Macinhata estava mal, agora não concordo consigo, está melhor. Porque a intervenção, que aconteceu em Macinhata foi para dotar a freguesia de Macinhata da Seixa da rede de saneamento, que não existia. Isso sim é que é uma freguesia que está tão mal. Tomara a freguesia de Loureiro poder dizer que estava mal com o problema da rede de saneamento resolvido. Portanto, um investimento fortíssimo que se fez, como não se fazia há muitos anos em Macinhata da Seixa, para criar essas condições. Acharmos que é absolutamente determinante para uma freguesia tão bonita, com um potencial tão interessante como é a freguesia de Macinhata da Seixa. A máquina de espalhar o alcatrão, se quiser visitar a Zona Industrial do Nordeste neste momento, estamos a fazer uma profunda intervenção. A rede viária é um problema e já foi aqui analisada. É um problema que nos preocupa. Conforme eu tive oportunidade de lhe dizer, nós poderíamos eventualmente não investir um cêntimo, no saneamento de Macinhata da Seixa. E com esse dinheiro fazíamos uma coisa, que se fazia no passado com grande sucesso. Fazíamos uma grande operação de cosmética, púnhamos vestidinhos todos prontinhos e eventualmente as pessoas até ficariam satisfeitas com isso. Isso não é fazer o que deve ser feito. Nós não queremos continuar a ter um concelho adiado, nem as freguesias adiadas com os mesmos velhos problemas do passado e preparar aquilo que nós queremos. Aquilo que nós precisamos de fazer é, precisamente construir o futuro e não podemos continuar a viver no passado. E essa é uma visão de quem quer continuar a viver no passado. E, portanto, a Freguesia de Macinhata da Seixa, felizmente beneficiou de uma infraestrutura que é absolutamente determinante, para a qualidade de vida dos macinhatenses. É muito importante, para que a freguesia tenha capacidade, para continuar a atrair e a fixar pessoas. E aquilo que eu espero é que muito rapidamente, a freguesia de Macinhata da Seixa seja dotada de uma infraestrutura, que também se esqueceu de referir. Um polo de divulgação e cultura, num terreno que custou 200 mil euros. Custou quatro ou cinco vezes o valor do mercado. E que não havia qualquer tipo de solução, a não ser uma visão utópica do equipamento, que custava milhões de euros e que ia receber grandes eventos internacionais e infelizmente vai ser transformado num centro cívico. Num pequeno centro cívico*

*de lazer, que vai servir a comunidade macinhatense. E espero também que seja muito útil e muito importante, para a associação da vossa freguesia, que é o Grupo Musical Macinhatense. Este é o caminho que, naturalmente vamos continuar a fazer, no sentido de que as nossas freguesias se orgulhem no trabalho que é feito. E que naturalmente tenham as condições, para que os habitantes vivam melhor. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Manuel José, não tenho nada a dizer. Não vou arriscar rigorosamente nada, sobre a importância que o Senhor Arquiteto Gaspar Domingues tem para todos nós, em todas as dimensões. Ele foi meu professor, respeito-o muito por isso e foi uma pessoa, por quem eu tive uma enorme consideração. E a comunidade oliveirense tem razões de sobra para lhe estar grata, pelo trabalho que desenvolveu enquanto arquiteto, enquanto profissional, enquanto docente, enquanto autarca. Mas também, enquanto a sua enorme preocupação com as pessoas, com os seres humanos, com o serviço de valor inestimável, que prestou ao nosso movimento associativo à Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis, ele foi provedor durante muitos anos. Em relação à intervenção do Senhor Deputado Fernando Pais sobre a Estalagem de São Miguel. Eu tenho de agradecer a confiança, que depositam na capacidade, na minha capacidade e na capacidade do meu executivo, para resolver todos os problemas do concelho. Obviamente percebe-se que em cinco anos, com dois anos de pandemia, que se esperava, que os problemas da rede de água e de saneamento estivessem resolvidos. Que os problemas da rede viária estivessem resolvidos. Os problemas do parque escolar estivessem resolvidos. O antigo Centro de Saúde, os postos da GNR. O edifício das Antigas Finanças e até da Estalagem de São Miguel. Como sabe, nós achamos que esse é um problema sério. Esse é o único grande edifício público, que fica por requalificar em cinco anos com dois anos de pandemia. É o único, não há mais nenhum grande edifício público, que fique por requalificar. O que eu lhe queria dizer com isto é o seguinte, eu não vou discutir da legalidade duvidosa do procedimento. Como sabe respeito a sua formação e o senhor seguramente respeita a formação dos seus colegas, que a Câmara Municipal nos presta uma informação de natureza jurídica, que nos permite o avançar dos processos. Mas há uma coisa que tenho de lhe dizer. As imobiliárias que estão neste momento a comercializar a Estalagem de São Miguel, assinaram um contrato com a Câmara. Cada uma delas assinou um contrato com a Câmara tem as mesmas condições base, ou seja, não vendem aquilo para fazer uma escola profissional, um lar sénior, vendem aquilo para construir uma unidade hoteleira. Fazer um EPE, quer para determinar o valor do investimento, que é necessário para o investimento é um exercício muito complicado. Porque a requalificação do equipamento custará aquilo, que o investidor quiser investir, para o requalificar. Pode custar 2 pode custar 20. É o que o investidor quiser fazer. É evidente que como sabe, cada cadeia hoteleira, cada grupo hoteleiro, cada investidor tem as facilities como diz, que são necessárias para a sua criação. Os projetos de desenho são precisamente para segmentar o seu mercado alvo. Nós, ao fazermos um processo desses estaríamos a reduzir imenso, o potencial de alocar aquele equipamento a potenciais interessados. Este ano, já é o terceiro investidor que levo ao local. É o terceiro investidor, e estou a falar de investidores com uma forte ligação ao mercado hoteleiro. Investidores que estão envolvidos em*

*grandes projetos. Seguramente, pelo menos três investidores, que eu considero com condições, para alavancar um fortíssimo investimento na requalificação daquele equipamento. Coisa bem diferente são outros interessados que aparecem de várias áreas, da área da residencial sénior, têm havido várias solicitações, mas não é essa a dimensão que nós precisamos para o equipamento. Neste momento não é um depósito das associações, foi no passado. Logo que chegámos retirámos todo aquele material que estava acomodado, guardado nos quartos. Aquilo era tremendamente perigoso e deixámos os quartos todos limpos daquele material que lá estava. Neste momento, o equipamento não é um depósito de associações, foi no passado. Quando nós chegámos, retirámos todo aquele material que estava acumulado nos quartos. Aquilo era tremendamente perigoso, que ali estava. Neste momento, não existe nenhum material de nenhuma associação a ser guardado na estalagem. Tem toda a razão, a Estalagem não pode ser utilizada para depósitos dos equipamentos, que não são utilizados, sejam eles privados, sejam eles públicos, tendem a ser vandalizados. É mesmo assim não há volta a dar. Por isso é que é importante encontrar rapidamente uma solução. Um dia se esgotarmos esta possibilidade da venda é evidente, que teremos de avançar para uma outra solução, conforme já aqui disse. Portanto, neste momento não está certo equacionar o período de concessão, pelo qual nós estamos disponíveis para essa figura da concessão, porque a modalidade que está em cima da mesa é a venda. Não faz sentido equacionar outras, quando nós estamos a considerar uma. Se efetivamente, para além de nós acharmos que é um período razoável, para que as assistentes imobiliárias pudessem trazer-nos alguns investidores for ultrapassado. Isso já foi feito no passado, de trazermos este assunto para decidirmos sobre o equipamento, que é de todos nós. Que é um equipamento, que é muito importante para promover o nosso concelho, para promover o ex-líbris da nossa cidade que é o Parque de La Salette. E nenhum de nós quer que ele permaneça assim. Nenhum de nós quer que ele se mantenha assim. Nós tínhamos a Casa dos Vimes, que é um autêntico depósito e foi resolvido, neste momento cumpre uma missão. Tínhamos também o edifício da Casa das Heras, que estava abandonado há muitos anos, neste momento acolhe o Centro Municipal de Proteção Civil. Tínhamos também o Centro Interpretativo do Vidro também abandonado há alguns anos. E como se recordam perdemos uma candidatura por 1.700.000€ e o executivo teve que devolver 500.000€, que tinham sido recebidos no passado, de apoio de fundos comunitários por esse equipamento. Neste momento, esse edifício está a ser intervencionado. Ficaria aquele apontamento, que é o apontamento mais importante do parque, por resolver. Aquilo que nós esperamos, é que venhamos a ter a capacidade de encontrar uma solução, para este equipamento. Nós estamos neste momento, com a equação que é a venda. Se essa equação não resultar, não funcionar temos que resolver a equação, passando para uma outra solução. E veremos se se terá que resumir exclusivamente à figura da concessão. Quando fala na procura ativa de investidores locais, nacionais e internacionais, essa procura ativa foi feita e continua a ser feita. Eu julgo, que não há nenhum grupo hoteleiro que não tenha sido contactado, no sentido de manifestarmos o nosso interesse em apresentarmos o equipamento e encontrar soluções, de maneira a torná-lo rentável. Todos nós sabemos, que para ele ser explorável, para ele ser financeiramente comportável terá de*

*ter pelo menos cinquenta quartos. É essa a informação que nos dizem os indicadores. E aquilo que nós achamos é que é possível, fazendo algum trabalho de casa também. É possível ter estes cinquenta quartos, sem elevarmos a cêrcea frontal. Porque a cêrcea frontal retiraria a vista, que o miradouro nos oferece e prejudicaria, na minha opinião gravemente os outros, em detrimento de alguns, que seriam eventualmente os proprietários da estalagem, digamos o investidor da Estalagem. Isso nós não queremos fazê-lo e, portanto, existe essa dificuldade. A solução é tão difícil de encontrar, que o próprio PC, em campanha eleitoral prometeu apresentar aos oliveirenses, uma solução para a Estalagem, nunca o fez. Nunca chegou a fazer. E, portanto, não é uma solução fácil e vai exigir alguma disponibilidade, por parte do mercado para fazer esse investimento. E neste momento, eu julgo que esta disponibilidade começa a aparecer, começa a acontecer. O turismo recuperou rapidamente e nós começamos a sentir, que o mercado começa a ficar ativo. Não naquele equipamento, mas nos equipamentos que estão no mercado disponíveis para investimento. Esperamos que venhamos a ter sucesso nesta possibilidade. Em relação à intervenção do Senhor Deputado José Lourenço, apresentou uma quantidade substancial de obras, do ponto de situação das obras. Efetivamente nós passámos por um período de pandemia extremamente exigente, que condicionou fortemente a atividade económica, que condicionou fortemente, neste caso em concreto as empresas de construção, que tiveram muitos dos seus colaboradores confinados e muitos dos seus empreiteiros a falhar, com os prazos que haviam acordado para entrar em obras. Não só das obras do concelho de Oliveira de Azeméis, oxalá fosse assim, mas ao fim ao cabo, naquilo que são as taxas de execução do país, dos fundos comunitários e até nos projetos. Em relação às obras mais expressivas, que estão a acontecer neste momento, sobretudo no espaço cidade. O Fórum Municipal continua a decorrer. Aquilo que nós pretendemos, com aquele equipamento, é por um lado concentrar os serviços camarários criando condições de excelência para os trabalhadores, mas também as condições de dignidade. As condições que os oliveirenses merecem, quando acedem a serviços públicos. As obras estão neste momento a decorrer. Aquilo que nós esperamos é que elas o mais rapidamente que for possível, nós não controlamos estas coisas, porque efetivamente é muito difícil gerir uma autarquia, com os serviços tão dispersos por vários edifícios. Onde, nem sequer as pessoas têm possibilidade de se relacionar, nem sequer um pequeno bufete, um pequeno bar, um pequeno refeitório. Digamos promover uma reunião com dirigentes é muitas vezes um exercício moroso e difícil de articular. E, portanto, já nem falo do problema que isto constitui para os municípios, da falta de sinergias, da falta de empatias que se criam. Falo, sobretudo da qualidade de serviço público, que é exigido hoje numa administração moderna e que nós estamos muito longe ainda de assegurar. Este edifício será um passo importante para o podermos fazer. O Mercado Municipal também está em obras, vamos criar lá um pequeno parque de estacionamento. A grande missão daquele equipamento, é que não seja apenas um equipamento comercial. O Mercado fecha, mas que seja também um equipamento cultural relevante e também um equipamento, que nos permita dinamizar uma parte importante, da nossa zona histórica da cidade. E dinamizar a sua envolvente, a Praça José da Costa e trazer para ali também, uma nova centralidade para a nossa*

*cidade. É muito importante que o Mercado Municipal com a sua parte de restauração, também induza pessoas. Aquilo que nós esperamos é que este equipamento seja refuncionalizado e deixe de ser o velho Mercado Municipal, da forma como nós o conhecemos e passe a ser um mercado moderno, como existem em outras cidades. Como por baixo, um local de ancoragem de autocarros, não um Centro Coordenador de Transportes, como erradamente tem sido dito. Onde todos os autocarros vão pernoitar, por onde passam todos os autocarros que entram na cidade. Não, os autocarros continuarão a ir lá à Estação de Camionagem. Ali o que nós vamos mudar é a possibilidade de alguns transportes, nomeadamente o TUAZ, mas alguns transportes públicos possam deixar de acolher pessoas. Como vamos procurar fazê-lo, em outros locais da cidade. Em relação ao saneamento básico, nós continuamos a fazer é que é necessário fazer. Estamos que a investir julgo que à volta de 10.000.00€. Começou hoje em Fajões. É uma boa notícia para os fajonenses. De 2017 ao final do último terço teremos cerca 15, 06€ milhões investidos, que nos permitirá termos taxas de cobertura de 45% a 65% respetivamente, para água e para o saneamento. Onde teremos mais ou menos 12,7€ milhões em saneamento e cerca de 8 ou 9€ milhões de euros investidos na rede de água. Neste momento o que está a acontecer, um pouco mais de 10 milhões de euros, em números redondos. A componente maior é para o saneamento e a componente mais pequena de cerca de 2 milhões de euros será para a rede de água. Em relação ao Parque Urbano, a obra vai iniciar-se agora em abril, finalmente conseguimos ter um empreiteiro interessado na sua execução. Aquilo que nós esperamos é que esta resposta, que nós consideramos, que é uma resposta absolutamente determinante para os oliveirenses. Para regularizarmos o desenvolvimento em torno da cidade. Só para vos dar nota, que no Centro Interpretativo do Vidro, no Fórum Municipal, no Mercado Municipal e no Teatro Municipal de Oliveira de Azeméis, estamos a falar de investimentos na ordem dos 20 milhões de euros. Estamos a falar nestes quatro ou cinco investimentos, mas se juntarmos a estes, os investimentos que estão a acontecer neste momento, na rede de água e saneamento. Os investimentos no Parque Inclusivo, que está a ser construído em Fonte Joana, no albergue de peregrinos em Cucujães. Se juntarmos todos estes investimentos, que estão a acontecer na Escola de Fajões, nas escolas do Brejo, Palmaz, Alumieira, de Lações, etc. Estamos a falar de mais 15 milhões de euros. Nestas duas componentes estaremos a falar em perto de 35 milhões de euros de investimento, que estão a acontecer neste momento, em Oliveira de Azeméis. E juntam-se a estes investimentos que estão a acontecer, aqueles que nós queremos que aconteçam. Que são também expressivos e são muito importantes. Um deles, não temos dúvida nenhuma sobre isso é a questão da Praça Maior. Para nós é absolutamente determinante termos um local, que por um lado cria uma nova centralidade na nossa cidade e mais concretamente na zona histórica. E permita que estes eventos importantes, relevantes, estas marcas culturais que nós temos, a Noite Branca, o Mercado à Moda Antiga, também possam crescer e possam também ser mais dinamizados, com este tipo de resposta que pretendemos construir. Mas também gostaríamos muito, que acontecesse uma praia fluvial, ou como lhe quiserem chamar. O Parque Fluvial em Ossela reúne todas as condições, para que isso aconteça. Gostaríamos muito, que a Garagem Justino fosse também uma componente*

*cultural relevante, uma marca cultural no nosso concelho. Naturalmente nós queremos uma cidade um concelho, onde a cultura acontece, mas também uma cidade um concelho, onde a cultura se ensina. E, portanto, é para nós muito importante também que esta dimensão pudesse ser trazida. Em relação ao centro Interpretativo do Vidro, eu já referi. Está a ser intervencionado, vai permitir que aquela parte hereditária, indelével da nossa arte da tradição vidreira fique ali registada. E vai naturalmente ajudar-nos a construir essa zona, que nós pretendemos, em torno dessa importante referência industrial, que foi a arte vidreira. E naturalmente ter aqui, um total roteiro visitável proposto por um conjunto de opções, que nos permitam robustecer a candidatura a património material da humanidade. Terá também uma obra do Mercadona. É uma obra privada que está a acontecer, a desenvolver-se. Não tenho muito a dizer. É uma grande superfície que custará cerca de 1.5 milhões de euros mais IVA, que vai ser construído. Faz parte do nosso Plano de Diretor Municipal e permitirá que aquela superfície, se instale naquela zona da cidade. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Daniela Silva**, do PS. =====*

*===== Boa tarde. Sintam-se todos cumprimentados, na pessoa do senhor presidente da Assembleia Municipal, Amaro Simões. Como estivemos a falar, os eventos culturais são um marco importante no nosso concelho. E nos últimos tempos, foram descentralizados e realizados nas mais diversas freguesias. Há contingências, que muitas vezes, geram resultados que nos mostram caminhos novos. A necessidade de encontrar espaços alternativos, enquanto o Teatro Municipal está em requalificação, traz-nos, futuramente um desafio muito interessante. Os últimos meses foram preenchidos por uma multiplicidade de eventos das mais diversas índoles. Desde os concertos em São Roque e em Cesar, até aos espetáculos de teatro em Carregosa. Ou mesmo o programa holograma, promovido pela Casa da Música, que ofereceu espetáculos variados com foco nos mais diversos públicos. Todos eles de certa forma, um aconchego nestes dias frios de inverno. Somam-se também os eventos culturais promovidos pelas associações. E estas, através de todos os envolvidos, são elementos essenciais para o desenvolvimento cultural do concelho. Só para referir dois exemplos: recordo as noites de comédia promovidas pela Urate ou a temporada cultural “As noites quentes de inverno”, uma tradição do NAC. A adesão da população foi visível e revela dois fatores: Primeiramente, que a descentralização pode ser um fator importante, para uma contínua aproximação da população residente fora do centro do concelho e do centro do concelho. Por outro lado, é visível a valorização das pessoas no que toca à oferta cultural. A programação cultural deve responder às necessidades e aos gostos culturais do público, sem deixar de inovar e de desafiar para novas formas, estilos ou técnicas. Em segundo lugar, revela que existindo um cartaz robusto, ancorado num polo aglutinador que depois se ramifica por todo o território, podendo gerar um verdadeiro envolvimento das pessoas, podendo enraizar hábitos e gerar muitas dinâmicas. É isto a imaterialidade. Por isso mesmo, sendo grande a expectativa de*

*todos para sobre o Teatro Municipal de Oliveira de Azeméis, estes longos meses de requalificação despertam-nos para os bons desafios dos próximos anos: gerar uma centralidade cultural que este tipo de equipamentos pode potenciar e, ao mesmo, aproveitá-la para a ramificação e dispersão pelo território, pelas freguesias, pelos seus centros e pelos seus espaços. Creio que a descentralização dos eventos, a par com o novo teatro deverá continuar a fazer o seu caminho, porque ambos se podem complementar. Há espetáculos que só serão possíveis nesta nova infraestrutura, pela sua dimensão, pelas condições para os artistas e para o público, pelas condições e capacidades técnicas. Mas há outros que ganham em continuar a realizar-se nas freguesias, mostrando que a experiência dos últimos meses foi uma grande aprendizagem. Não se trata da realização pontual ou casuística, essa sempre foi ocorrendo. Trata-se mesmo de delinearmos a nova programação, que se fará a partir do nosso Teatro Municipal, considerando esta realidade. Desta forma e muito sucintamente questiono o executivo sobre o seguinte: Em que estado se encontra neste momento as obras do Teatro Municipal e quais as respostas que o mesmo terá? Qual é a previsão de conclusão da requalificação e de início da atividade regular? Questiono também em que estado se encontra o centro interpretativo Ferreira de Castro que, pela sua especificidade, poderá ter, nesta visão, um papel muito relevante. Em relação à descentralização dos espetáculos, que decorreu também devido às obras do teatro municipal, se é opção da Câmara Municipal continuar a aposta nesta política de descentralização dos espetáculos? Para finalizar se estão previstos nos próximos eventos culturais e nos próximos espetáculos meios de acessibilidade para os mesmos? Como por exemplo a importância de um plano de acessibilidade para o mercado à moda antiga? Obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **António Ilídio Godinho**, do PSD. =====*

*===== Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, considerem-se todos cumprimentados. Hoje venho expor dois assuntos, que penso ser de maior interesse de todos os munícipes deste concelho. Há algum tempo atrás foi falado e eu próprio falei nisso nas assembleias, sobre a perigosidade que apresentavam as estruturas dos Caulinos, em Bustelo. Como era sabido, tinha um declive junto à Via do Nordeste, que no mínimo metia algum receio a quem por ali passava. Bem, há oito dias fui convidado para uma visita às instalações. Fui eu, o Senhor Presidente da Assembleia e o Senhor Presidente da Junta de São Roque. Fomos recebidos com toda a cortesia, por parte do proprietário e explicado o trabalho de consolidação de terrenos, que anda a ser feito por todo o perímetro, nomeadamente a referida zona junto à estrada. Pelo que se viu e pela explicação, que nos foi dada chego à conclusão, que o trabalho, que anda a ser feito, dá-nos toda a sensação de um trabalho exemplar e que garante a segurança de todos. Que continua com a mesma postura e por certo, não se falará mais no perigo, que aquelas instalações faziam querer apresentar. Estivemos lá, efetivamente a empresa que agora adquiriu o terreno,*

*não sei se é do conhecimento do Senhor Presidente, por imposição do nosso amigo, que o Senhor sabe. E como agora o terreno é da própria empresa estão a fazer uma obra, que tem de ser aqui dito. Não é só, quando vimos aqui criticar que está a cair, não sei o quê. Acho que tinha todo o direito de agora se dizer, que efetivamente a empresa está a fazer um excelente trabalho. Mas há um outro assunto que também me cá traz, que é o elevador do parque de estacionamento da Praça da Cidade. Não sei se é do conhecimento do Senhor Presidente, mas o elevador esteve avariado mais de mês e meio. Foi arranjado e cinco dias depois voltou a avariar. E esteve mais duas semanas para voltar a trabalhar. Bem, sexta-feira finalmente voltou a trabalhar. Até quando, não sei. Senhor Presidente, sou um utente residente daquele parque. Pago todos os meses a quantia devida e tendo uma pessoa ao meu encargo, com mobilidade reduzida tinha de a deixar cá em cima, esteja o tempo que estiver, ir buscar o carro e depois meter a pessoa dentro do veículo. Se fosse um prédio de dez andares e tivesse essas demoras, na reposição do funcionamento do elevador, por certo alguns dos utentes já estariam no hospital, ou tinham dispensado do ginásio. Sendo assim, deixo este alerta ao Senhor Presidente, para ver qual é a empresa que presta o serviço de manutenção, àquele elevador e certamente tentar mudar de empresa. Ou os responsáveis da Câmara que não comunicam atempadamente as suas avarias. Peço desculpa, mas penso que mais uma vez, se está a prestar um serviço aos utentes e aos munícipes deste concelho. Tenho dito. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao deputado **João Costa**, do PS. =====*

*=====Muito boa tarde a todos. Antes de mais, sintam-se todos cumprimentados na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Amaro Simões. O tema que trago hoje é um tema da ordem do dia no país, que é a habitação. A habitação é hoje o principal obstáculo à emancipação jovem em Portugal. De acordo com o Eurostat, durante o ano de 2021, os jovens portugueses deixaram em média a casa dos pais aos 33.6 anos, situando-se assim no topo da União Europeia. Estes dados são a consequência dos baixos rendimentos dos jovens em geral. E acima de tudo do elevado custo de habitação. Uma área que desde o 25 de Abril, foi sendo deixada em exclusividade à responsabilidade do sector privado, que pela sua visão de mercado tornaram hoje impossível, um jovem comprar uma habitação própria nas principais cidades do país. Este foi o resultado de décadas, sem políticas públicas de intervenção e de regulação no sector. E é precisamente por exemplos destes, que jovens como eu se tornam defensores da intervenção do estado na economia. Depois deste enquadramento nacional, permitam-me que faça também uma análise da nossa situação local, que apesar de tudo sofre menor pressão de mercado. No entanto, hoje é também uma das áreas que o concelho deve refletir, de modo a poder incentivar a fixação de pessoas no nosso concelho. E um bom exemplo dessas dinâmicas são as freguesias de Loureiro e Carregosa, que nos últimos Censos mostraram um crescimento populacional, acima de tudo*



devido ao acréscimo de oferta de habitação nestas localidades. Eu diria, que no domínio da habitação devemos trabalhar, num conjunto de áreas essenciais. Em primeiro lugar na reabilitação da habitação existente. Pois é evidente que existem hoje inúmeras habitações, sem condições mínimas de habitabilidade, ou sem conforto térmico para quem lá habita. O exemplo que o município dá ao reabilitar o seu edificado degradado e ao colocar os seus edifícios ao serviço da população. É essencial e permite hoje dizer que no perímetro urbano da cidade de Oliveira de Azeméis, à exceção da nossa estalagem, não existe um edifício público sem ser requalificado, ou que se encontre em processo de obra. O Município tem também neste momento, um programa de apoio às melhorias habitacionais e sobre o qual gostaria de questionar. Qual tem sido a adesão? Qual o tipo de intervenções que são feitas ao abrigo deste programa? Em segundo lugar na habitação pública, cujo caminho de reabilitação do nosso edificado foi iniciado. Com importante requalificação de dois blocos do Bairro de Lações, mas é necessariamente uma resposta que temos e devemos de reforçar. Tal como defende e indica a nossa estratégia local de habitação. Sobre esta, gostaria de questionar também, quais os passos que têm sido dados no sentido de a concretizar, visto que há cerca de um ano atrás tivemos oportunidade de a aprovar em sede de Assembleia Municipal. Em terceiro lugar, na habitação privada, onde a autarquia enquanto regulador desta atividade, deve também promover o aumento da oferta. E por isso medidas como a redução do IMI, para a taxa mínima e o agravamento do IMI para as casas devolutas, são bons exemplos de políticas públicas, que pressionam o uso da habitação. As ferramentas de ordenamento do território, como a ARUS e o PDM, que terá de ser revisto brevemente, como já foi referido nesta Assembleia, são importantes ferramentas a utilizar na promoção do reforço do uso da habitação. Para além disso existe também um ponto essencial que é o licenciamento, sobre o qual gostaria de questionar sobre o que tem sido feito e o que ainda poderemos fazer, para que estes processos possam se tornar mais céleres e eficientes no Município de Oliveira de Azeméis. Em quarto lugar, no arrendamento a custos controlados, para jovens e menos jovens, emigrantes, pessoas que queiram viver em Oliveira de Azeméis, que na impossibilidade de adquirirem a sua habitação própria, possam trabalhar e viver em Oliveira de Azeméis e assim também contribuir para a nossa dinâmica. Acredito, que este seja um dos maiores desafios, que temos pela frente e sobre o qual necessariamente deveremos responder. Em quinto lugar e por último, na disponibilização de habitação dedicada ao alojamento estudantil, direcionados à comunidade académica, que temos e à que procuramos conquistar. Com o crescimento da Escola Superior de Saúde e também da Escola Superior de Aveiro Norte, neste ponto em particular é importante destacar aquilo que tem sido um envolvimento do Município, nos projetos de residências universitárias no concelho. Apesar de estas serem as áreas mais estruturais tenho também de mencionar um apoio, como é o caso do Programa de Emergência Social, cujo uma das formas de apoio é o pagamento de rendas ou de prestações de habitação. Acreditamos que com a atual crise inflacionária e com o respetivo aumento da taxa de juro, inúmeras famílias, infelizmente vão necessitar deste tipo de apoios e o Município deve estar lá,

*não deve deixar ninguém de fora. No país, como no concelho, todas estas abordagens sobre a habitação importam considerar. Em Oliveira de Azeméis é hoje uma realidade o aumento dos níveis de construção no concelho. E estou certo que poderemos, dessa forma ajudar a combater a escalada de preços intervindo neste domínio, que referi ao longo da minha intervenção, dando um sinal de facto que o concelho de Oliveira de Azeméis é o sítio certo para viver, investir e trabalhar. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

*===== Muito obrigada, Senhor Presidente. Cumprimentar naturalmente o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e aos Seus Secretários. Senhor Presidente da Câmara Municipal e restante equipa de Vereação, caros deputados, comunicação social, minhas senhoras e meus senhores. Um cumprimento especial ao Senhor Presidente da Junta de Loureiro, José Queirós, que tão bem nos recebe na sua freguesia. Senhor Presidente, duas breves questões. Uma delas falou-se aqui já hoje, o Senhor Deputado José Lourenço, falou aqui da frente de obra. Eu acho que era importante percebermos, daquilo que têm sido os investimentos deste município, perceber aqueles que são, ou se existem ou não existem, a nível do Plano de Recuperação e de Resiliência. Porque existe neste momento este instrumento, que é um instrumento importante para a coesão social e territorial e pode ser desconhecimento nosso, mas não vemos nenhuma candidatura no âmbito do Plano de Recuperação e de Resiliência. Era perceber, se têm havido candidaturas ou não e para que áreas. Depois uma outra questão, que diz respeito a um assunto já aqui abordado por um cidadão, que diz respeito ao IC2 e o Senhor Presidente diz, que as obras da requalificação do IC2 já foram efetuadas em 2022. Por aquilo que consigo perceber, aquilo que tem sido feito no IC2 e nomeadamente na zona de Travanca diz respeito a uma derrocada de terras, que foi a obra para colocar a estrada novamente em condições de circulação. Eventualmente houve substituição de rails provocado por acidentes. Há situações de ajustamentos, na questão da pintura da via, mas a obra que as Infraestruturas de Portugal anunciaram, como sendo o lançamento da empreitada denominada “IC2 – Reabilitação entre os Km 262+700 e 271+100”, cujo lançamento está previsto para 2022. Ou é por ignorância minha, ou esse lançamento ainda não teve a luz do dia. Era essa questão que lhe queria deixar, desde já que o Grupo Parlamentar do PSD, na Assembleia da República, como não conseguiu ver o lançamento desta obra em nenhum sítio, colocou uma questão à tutela no sentido de perceber, quando é que essa obra realmente vai para o terreno. Mas também era importante perceber, o que é que tem sido feito relativamente ao Município, perceber se sabem o ponto de situação e que tipo de obra realmente vai ser feita. Se vai contemplar tudo aquilo que são as pretensões, que já foram colocadas em várias assembleias municipais, ou não. Muito obrigada. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para dar resposta às intervenções anteriores.* =====

===== *Muito obrigada, Senhor Presidente. É difícil ter uma capacidade de síntese, com tanta quantidade de questões. Relativamente à intervenção da Senhora Deputada Daniela Silva, a questão da centralidade cultural, para nós é absolutamente determinante. Daí a importância do Teatro Municipal de Azeméis. O ponto de situação já foi aqui referido, a obra está neste momento a recolher um conjunto de licenciamentos que precisa, para funcionar como equipamento cultural. Nos dias 17 e 18 vai acontecer aqui um evento, que é um congresso da Indústria de Moldes. Estarão lá muitas personalidades importantes, desse importante sector de atividade, mas não é para estrear o Teatro Municipal de Azeméis. Nós acedemos fazer este evento, porque é excelente para nós, em termos de testar tecnicamente todo o equipamento e, portanto, vai ser uma oportunidade que nós temos, para colocar em funcionamento toda a estrutura que neste momento existe. Porque a complexidade do evento, não é semelhante à do equipamento cultural, mas permite-nos testar um conjunto de coisas, que para nós são muito importantes testar. Vai-se começar exatamente por aí, não quero dizer que será uma cobaia, mas digamos que é um evento que nos vai permitir trabalhar um conjunto de dimensões importantes, que por muito que sejam testadas é na realidade das coisas que muitas vezes somos surpreendidos. E dizer-lhe que esta centralidade cultural, esta vida cultural, este bairro cultural, este mundo cultural, que o Teatro Municipal de Azeméis. Se quisermos juntar a Academia de Música de Oliveira de Azeméis, será ao fim ao cabo, o recuperarmos uma tentativa de nós recuperarmos o tempo perdido. E percebermos de uma vez por todas, a importância que a cultura tem, conforme já disse, na afirmação, no crescimento, na diferenciação dos nossos territórios. Nós queremos uma casa da cultura, que tenha esta qualidade nas instalações. Que seja uma referência regional, em termos de qualidade das instalações, mas queremos também que haja uma divulgação da programação e queremos, que seja também uma preferência regional em termos culturais, num quadro de complementaridade. Nós queremos que os nossos equipamentos tenham um conjunto de respostas, que se estructurem em torno de uma resposta que nós pretendemos que seja mais abrangente. É assim que nós trabalhamos neste território ativo, é trabalhando em rede e com uma rede de equipamentos. É muito importante, que nós tivéssemos em janeiro, uma apresentação no auditório da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, sobre a pressão zero da Carta Metropolitana da Cultura. Que é precisamente uma perspetiva muito interessante, muito diferente daquilo que é habitual, de pensar a cultura, a uma escala metropolitana e não uma cultura apenas à escala dos territórios. Do Teatro Municipal é este o ponto de situação. Do Centro Interpretativo Ferreira de Castro, o Senhor Presidente de Ossela, melhor do que eu saberá responder a esta questão, mas a obra está a andar. Estão nas fundações, suponho eu. Aquilo que nós pretendemos, depois de ter sido requalificada integralmente a Biblioteca de Ossela termos este Centro Interpretativo Ferreira de Castro construído. Temos a possibilidade também de intervir na Escola de Santo António, que foi a escola que o Ferreira de Castro frequentou e temos a*

*oportunidade de intervir também na globalidade da Quinta da Casa Museu. E criarmos em torno do Ferreira de Castro, uma afirmação desta importantíssima marca cultural e por isso é muito importante no plano estratégico, o Centro Interpretativo Ferreira de Castro. Finalmente vai ver a luz do dia, e temos aqui a possibilidade de afirmar também esta realidade importantíssima, que nós temos no nosso território. Sobre estas questões, nós também vamos procurar transformar as Minas do Pintor, um trabalho que tem sido feito pelo Senhor Presidente da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo. Vamos ter conhecimento muito importante da recriação ambiental, para depois transformarmos, aquela zona numa resposta de lazer, numa resposta cultural. Vamos tentar ter ali um anfiteatro natural ao ar livre, com pano de fundo que são aquelas chaminés lindíssimas que lá estão. Teremos a possibilidade de realizar, um conjunto de eventos culturais e ao mesmo tempo, termos ali condições para termos um equipamento de interpretação ambiental, de interpretação de uma indústria. Também vamos avançar, os Senhores Vereadores estão a trabalhar comigo nisso, com o ensino artístico especializado da dança. Mais uma dimensão cultural, que se associa a outras dimensões artísticas, que nós temos no nosso concelho. A musical é a mais importante, mas temos aqui também no domínio da dança, um caminho para percorrer. Em relação à descentralização de espetáculos é curioso, que o facto das obras no Cineteatro Caracas nos terem obrigado a descentralizar a cultura, permitiu-nos descobrir uma coisa tão simples, que todos nós temos a obrigação de saber. É que, quando nós proporcionamos às pessoas espetáculos, as pessoas aderem em massa e felizmente, em várias freguesias casa cheia em vários espetáculos. Quer dizer que temos de ter esta visão da programação cultural. Nós não podemos limitar-nos a ter uma casa cultura com boas respostas. Não podemos limitar-nos ter uma Garagem Justino, para o ensino das artes plásticas e para termos também uma dimensão expositiva, temos de olhar para as freguesias. Democratizar a cultura tendo orçamento, tendo programação, que leve também os eventos culturais até às nossas freguesias, porque obviamente quando isso acontece as pessoas consomem e é isso que nos interessa. Se estão previstos nos próximos espetáculos, meios de acessibilidade para os doentes, nós temos planos de segurança para todos os eventos, ou outras condições da acessibilidade também estão asseguradas. E, portanto, essa dimensão está calculada nos planos de segurança. Em relação à intervenção do Senhor Deputado António Godinho. Os Caulinos em Bustelo é uma preocupação, um problema complicado. Não é a Câmara Municipal que licencia a atividade, é a Direção Nacional de Geologia. Nós fizemos muitos contactos exigindo vistorias e um acompanhamento à extração que estava a ser feita. O que nos preocupava, até na sequência daquele acidente, que vitimou pessoas, reforçamos ainda essa preocupação. O que é um facto é que houve a desestabilização de taludes, que não estava a ser feita da maneira correta. Inclusive na semana passada, as instalações receberam mais uma vistoria de acompanhamento, aos trabalhos que estão a ser feitos. E ficamos todos satisfeitos, se esta consolidação está a cumprir as regras e condições de segurança que nós precisamos. Em relação ao estacionamento, peço desculpa não fazia ideia do estacionamento na Praça da Cidade, que ele tinha estado indisponível tanto tempo depois de ter sido reparado, intervencionado. Peço desculpa por isso, peço desculpa a todos os utilizadores que*

foram afetados por isso. Espero naturalmente, que essas questões não se repitam. A Câmara Municipal, como acontece nos privados, as questões que tiveram a ver com indisponibilidade de peças. É a informação, que eu tenho para lhe dar, mas naturalmente o que importa é que as peças cumpram os transtornos que nós causamos. Em relação à intervenção do Senhor Deputado João Costa, sobre a questão da habitação, à fixação de pessoas colocou aqui várias questões. Não sei se consegui registar tudo. A habitação é absolutamente fundamental, para promover a coesão social, e também permitir a dignidade, condições de vida dignas para as pessoas. É absolutamente fundamental que nós resolvamos este problema pessoal, que é de forma transversal às pessoas que têm carência económica. Só que também, aos jovens e à classe média, pois começam a ter dificuldades em Oliveira de Azeméis. Hoje um apartamento para arrendar 500, 600, 650 euros. Quando passamos para cidades mais importantes, cidades que são capitais de distrito, cidades de referência, esses valores duplicam em alguns casos. Este é um desafio terrível, muitos dos oliveirenses ganham menos de 1000,000 euros e têm muita dificuldade em conseguir assegurar as habitações. Este é um problema muito complexo e por isso é que o governo consciente da complexidade e da importância deste problema, lançou um conjunto de medidas, que agora vão ser intensificadas. E vão ser regulamentadas e que atuam no foco transversal, num conjunto de dimensões. Este problema não se resolve apenas, com a questão da habitação de fundos descontrolados, ou de rendas acessíveis. Temos também que trabalhar, para reabilitarmos o edificado. Temos que procurar ter os espaços que estão devolutos sejam disponibilizados no mercado de arrendamento, no mercado de comercialização. Temos de promover muito a construção de novas casas. Entre 2000 e 2020, a construção de novas casas caiu 85%. Este problema resolve-se muito aumentando a oferta, porque naturalmente aumentando a oferta, a disponibilidade tenderá a pressionar os preços. Todos nós sabemos, que este não é um problema de Oliveira de Azeméis, mas um problema de muitos concelhos deste país. Não há habitação disponível, seja para comprar, muito menos para arrendar. Os privados estão a fazer um trabalho absolutamente extraordinário na promoção da construção, em Oliveira de Azeméis e noutras regiões do país, mas o desempenho é completamente diferente, quando estamos a falar de investimentos. Nós estamos a gastar com a nossa estratégia local de habitação, um investimento de cerca de 7 milhões entre a componente pública e a componente privada. Prevê a construção de 47 fogos novos, da inteira responsabilidade de Câmara Municipal e a reabilitação de 40 fogos, que temos no Bairro de Lações e blocos habitacionais, à semelhança do B4 e do B5, ou do B5 e do B6. Foi a primeira grande obra, que nós promovemos, quando assumimos funções. A reabilitação desses dois equipamentos, simbolizando bem a importância, que as pessoas têm para nós e os problemas habitacionais têm para a dignidade humana. Estamos a falar de um investimento de 7 milhões de euros, o investimento da Câmara Municipal rondará os 5,6 milhões de euros e o restante será investimento de privados. Isto não resolver o problema da habitação no nosso concelho, nós temos de ter efetivamente um conjunto de medidas, que passam também pelo Programa de Apoio ao Arrendamento. Não tem rigorosamente nada a ver com o Programa de Emergência Social. O Programa da Emergência Social é uma coisa,

*o Programa de Arrendamento é outra. Temos de cada vez prestar mais apoio aos inúmeros problemas de apoio ao arrendamento, que por regra tem subido todos os anos e a tendência é que vá continuar a crescer nos próximos anos, dadas as dificuldades que as pessoas estão a ser confrontadas. O problema da habitação, não existe uma forma simples e única, para o resolver e é naturalmente um problema de grande complexidade. Portugal está no topo dos países na definição de soluções para o resolver. O alojamento local representa uma pequena parcelinha, uma pequena fatia do nosso hábito habitacional. Há aqui várias questões que se colocam, várias dimensões que se colocam. E todas elas certamente meritórias, mas este é um problema que vai exigir uma intervenção musculada, que passará seguramente não tenho dúvidas nenhuma sobre isso, pelo papel que os municípios vão desempenhar neste domínio. Seja da habitação social, seja da construção para um arrendamento acessível. A nossa estratégia local de habitação está neste momento a desenvolver um projeto, foi adjudicado um projeto de execução. A empresa está a desenvolver o projeto de execução, para que depois nós lancemos a obra a concurso e possamos disponibilizar estes fogos que acabei de referir. Em relação ao licenciamento, como melhorar a celeridade, isto é complexo, não é nada fácil. Uma das formas, a questão dos recursos humanos e a desmaterialização de processos é absolutamente fundamental. Neste momento, o processo de licenciamento da Câmara Municipal exige a etapa seguinte se resolva, quando a anterior estiver resolvida. Ou seja, os técnicos vão passando os processos de uns para os outros. Quando nós tivermos a desmaterialização dos processos, vamos ter realizado os projetos de execução. Dizer-vos, que é absolutamente determinante, nós temos visitado várias terras. E terras essas, que têm muito menos recursos humanos afetos aos diferentes processos de licenciamento, porque estão completamente informatizadas, completamente desmaterializadas. Nós estamos, neste momento em condições de fazer a adjudicação da desmaterialização dos processos de obras particulares, porque isto é absolutamente determinante para a celeridade. E também, para que seja possível que os projetistas de outras regiões do país possam, através de um processo digital fazer o seu processo de licenciamento na Câmara Municipal, sem terem de se deslocar às instalações, sem terem de entregar em papel. Isto tem várias questões envolvidas, o papel vai ter de coabitar durante algum tempo. Existem os processos que se arrastam em papel e existem os processos, que para a frente vamos impedir que sejam entregues de outra forma, que não digital. Estas são questões complexas. Outra coisa que é muito importante, que é a fiscalidade. A fiscalidade é outro instrumento importante, para promover a reabilitação, para promover a recuperação de edifícios degradados. As ARU é uma coisa importante. Uma das coisas mais importantes é a redução da taxa de IVA de 6% que é fundamental, para quem quer investir. Felizmente temos duas residências universitárias aprovadas ao abrigo do PRR. Uma delas é da Escola Superior Aveiro Norte e outra da Escola Superior de Saúde da Cruz Vermelha Portuguesa. Duas respostas que não são suficientes, mas é o início do caminho. Para além disso temos felizmente, envolvido alguns privados na construção de residências universitárias. Esses privados estão a transformar edifícios para acolher estudantes. Para nós, a aposta no ensino superior é absolutamente estratégica, para o nosso futuro. Ao mesmo tempo que*

*estamos a tentar com que pessoas reconvertam edifícios para T0, T1, apartamentos com tipologias adequadas para os mais jovens. Em relação à intervenção da Senhora Deputada Helga Correia, tudo o que são as luzes, que nos permitam aceder ao PRR nós estamos lá, seja com bairros digitais, seja como for. A nossa perspetiva naturalmente, que se fizer sentido, para aquilo que é a nossa para aquilo que é a nossa visão para o território. Obviamente que nós vamos aos fundos comunitários consumi-los e retirando a possibilidade de quem deles precisam, para poder fazer esses investimentos. Tudo o que surgir de avisos, nós naturalmente que vamos lá. Em relação ao IC2, a intervenção não foi efetuada, foram efetuadas algumas obras, nomeadamente pinturas, rails, etc. Não tem nada a ver com a grande intervenção, que estava prevista no plano de investimentos das Infraestruturas de Portugal. Aquilo que nós temos feito é, oficiamos constantemente, as Infraestruturas de Portugal, para perceber que a nossa maior preocupação é a eliminação dos riscos de sinistralidade que acontecem no troço. Nós queremos sobretudo, que sejam criadas condições de segurança, para que os acidentes que ainda acontecem hoje, neste troço do nosso concelho desapareçam. Vamos continuar a fazer esse trabalho de procurar que as Infra- Estruturas de Portugal façam um investimento de requalificação do IC2. No passado foram feitas algumas correções, que felizmente tiveram bons resultados. Permitiram que em determinadas zonas, os acidentes reduzissem substancialmente. Mas todos nós sabemos que os acidentes continuam a acontecer e normalmente nestes troços, os acidentes são normalmente graves. E, portanto, convém que esse investimento seja feito e vamos continuar a trabalhar para que ele seja feito. Gostaríamos muito que aquilo que é o compromisso das Infraestruturas de Portugal, para a requalificação desta via acontecesse. Vamos continuar a trabalhar para ter essa requalificação dos quilómetros 262 e 271 efetivamente aconteça. Julgo, dentro do possível ter respondido às questões que me foram colocadas. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal voltou a conceder o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

*=====Muito obrigada, Senhor Presidente. Senhor Presidente, agradecer desde já os esclarecimentos prestados no âmbito desta questão, da requalificação do IC2. Apenas lamentar aquilo que muitas das vezes se passa nesta assembleia. O Partido Social Democrata alerta para algumas questões e por vezes somos acusados de fazer ruído. Somos acusados pela bancada do Partido Socialista, de querer fazer política de “bota abaixo”. Mas dizer que infelizmente, nesta matéria o Grupo Municipal do PSD e o Grupo Parlamentar do PSD, quando apresentou o projeto de resolução à Assembleia da República a recomendar ao governo, para que fizesse aquilo que o governo tinha dito que ia fazer. Numa resposta a uma pergunta do PSD, dizer e lamentar que se tenha feito alguma política de “bota abaixo, relativamente àquilo que é a posição do Grupo Parlamentar do PSD e do Grupo Municipal do PSD. Só apenas deixar essa nota e dizer Senhor Presidente, que depositamos em si confiança e depositamos em si a responsabilidade de alertar*

*mais uma vez as Infraestruturas, que esta é uma obra premente no concelho de Oliveira de Azeméis. Sabemos que o IC2 precisa de uma requalificação. Em vários troços do IC2 têm sido feitas essas requalificações, nomeadamente em Pombal, em Coimbra. Mas preocupa-nos Oliveira de Azeméis e queria deixar essa nota aqui. Muito obrigada. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar mais esclarecimentos. =====*

*===== Só queria dizer uma coisa que interessa aos Grupos Parlamentares: façam pressão para que esta intervenção aconteça. Se ela acontecer fico muito grato. Porque obviamente interfere com os nossos deputados como um importante ativo do nosso concelho e naturalmente no nosso distrito. Sendo este um problema que interessa a todos, todo o trabalho que vocês tiverem de fazer para nos ajudar a resolvê-lo será certamente importante. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal anunciou o tempo utilizado pelos Grupos Municipais: o PS utilizou 17 minutos e 33 segundos; o PSD utilizou 24 minutos e 31 segundos; os restantes Grupos Municipais, não usaram da palavra. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou à votação a admissão do agendamento por 2/3 do ponto, “Designação de membro da Assembleia de cada partido para o Júri do Prémio Cidadania (artigo 6º, nº 1, do Regulamento Prémio Municipal de Cidadania);”, na Ordem de trabalhos, tendo sido deliberado por unanimidade o seu agendamento. =====*

*===== Deste modo, ficou a constar da Ordem de Trabalhos: =====*

*===== **Ponto vinte:** - Designação de membro da Assembleia de cada partido para o Júri do Prémio Cidadania (artigo 6º, nº 1, do Regulamento Prémio Municipal de Cidadania). =====*

*===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 22º DO REGIMENTO)** =====*

*===== Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, deu início ao Período da Ordem do Dia. =====*

*===== **Ponto um:** - Aprovação da Ata nº 07 - Sessão da Assembleia Municipal de 07-12-2022 - Aprovação; =====*

*===== Presente para aprovação a ata n.º 07 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 07 de dezembro de 2022. =====*



===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== Colocada à votação a ata n.º 07 - Sessão Ordinária da Assembleia Municipal realizada em 07 de dezembro de 2022, foi aprovada, por unanimidade, não tendo participado na análise e votação deste ponto os Membros da Assembleia que não estiveram presentes na Sessão a que ela respeita, por força do n.º 3, art.º 34º do Código do Procedimento Administrativo. =====

===== **Ponto dois: Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade e situação financeira do Município - Apreciação.** =====

===== Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as atividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos. =====

===== É o cumprimento da situação, da apresentação do Diretor Financeiro, onde se analisa a execução, até 16 de Fevereiro. Da evolução da receita, da despesa é uma informação que é obrigatório prestar. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento. =====

===== **Ponto três: - Relatório Anual Avaliação da Atividade da CPCJ/OAZ - Relativo ao ano de 2022 (I/8285/2023) - Conhecimento;** =====

===== Presente o Relatório Anual de avaliação da atividade da CPCJ/OAZ - Relativo ao ano de 2022, submete-se o mesmo para apreciação e conhecimento da Assembleia Municipal. ==

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se pedidos de inscrição de Diana Semblano e Bruno Costa. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à deputada **Diana Semblano**, do PSD. =====

=====  
 ===== Boa noite a todos e a todas. Sintam-se todos cumprimentados, na pessoa do Presidente da Assembleia Municipal. Todos reconhecemos o papel da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Oliveira de Azeméis, na nossa comunidade. Promovendo os direitos das crianças e dos jovens, prevenindo situações de perigo. O relatório anual da avaliação da atividade da CPCJ de Oliveira de Azeméis, relativo ano de 2022, vem revelar à semelhança do ano passado, um aumento acentuado do número de processos totalizando 334. Mais 31 processos em relação ao ano de 2021. O que significa, que cada comissário da restrita gere 37 processos em 8 horas semanais. Os comissários da restrita desenvolvem o seu trabalho com resiliência, profissionalismo, discrição, dedicação e empenho. Na minha intervenção de 25 de fevereiro de 2022, ressaltei a necessidade de ser afeto um técnico de serviço social, que trabalhe no âmbito da mediação familiar, na promoção de uma parentalidade positiva. Enquanto membro da comissão alargada, indicada por esta Assembleia Municipal tive conhecimento, do relatório de definição implementação dos tempos de afetação, dos comissários em modalidade restrita apresentado pela Comissão Nacional dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens. Que nos diz que Oliveira de Azeméis devido ao número de processos, os comissários da restrita deveriam estar afetos 28 horas semanais, mas tal não se verifica. Apenas a Presidente da CPCJ, representante da Educação encontra-se afeta a tempo inteiro. Dada a importância da CPCJ de Oliveira de Azeméis na nossa comunidade, questiono o Senhor Presidente da Câmara Municipal. Qual é a possibilidade da técnica representante do Município de Oliveira de Azeméis, passar a estar afeta 28 horas semanais, em vez das 8 horas. E assim dar cumprimento ao estipulado no referido relatório da Comissão Nacional. Muito obrigada. =====

=====  
 ===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Costa**, do PS. =====

=====  
 ===== Boa tarde. Permita-me Senhor Presidente, Senhor Amaro Simões. Hoje nesta Assembleia descentralizada cumprimentar todos os presentes e em especial os loureirenses, que nos escutam lá em casa, na pessoa do Senhor Presidente Senhor José Queirós. Cumprimentar a Assembleia. É inegável o papel das CPCJ'S na política de proteção das crianças e jovens. Um modelo de vertente comunitária, que pretende implicar toda a sociedade numa tarefa central no nosso desenvolvimento social. À Assembleia Municipal, cabe não só indicar representantes para a Comissão Alargada, como também acompanhar a Comissão e os seus trabalhos. É o que agora fazemos com a apreciação pública deste relatório. Os números crus revelam que a problemática das situações de risco aumentou nos últimos anos. Não são nesta sede apresentadas razões, mas é uma reflexão que nos deve merecer toda a atenção. À primeira vista não será de estranhar, que a pandemia tenha exposto ou acelerado algumas situações de emergência social, que o atual contexto de inflação agravou. Em todo o caso, mais do que a perceção que possamos ter, importa perceber com maior acuidade as razões concretas, para que possamos desenhar as melhores

*soluções e criar as melhores respostas. No decorrer de 2022, o total de processos trabalhados pela CPCJ revelou um aumento face a 2019. O ano pré-pandémico, cujo relatório desse ano revelou a existência de 309 processos. Em 2022 foram dados como encerrados 185 processos, na sua esmagadora maioria, com apoio junto dos pais e resolução residual através de acolhimento residencial. O que revela o hercúleo trabalho da Comissão Restrita, no acompanhamento das famílias. Revela que a CPCJ, para além do seu carácter de sensibilização, preocupa-se na sua principal missão, em prestar apoio no contexto de vida das crianças e jovens pretendendo mantê-lo estável e seguro, em detrimento da institucionalização. Sabemos que esta é a melhor opção, mas sabemos também o que significa em termos de esforço para as equipas de apoio. O peso enorme da referenciação, cabe às autoridades e aos estabelecimentos de ensino. Segurança e Educação dois pilares, que se pretendem sólidos numa estrutura social e que merecem a nossa atenção para zelar pelas condições, que permitam que este trabalho imprescindível o seja desenvolvido com dignidade. A enorme percentagem de processos está relacionada com a violência doméstica, o que significa que enquanto sociedade continuamos a falhar. Talvez estes números geracionais venham a infletir. Talvez seja necessária outra geração, para que esta realização de respeito pelo outro se faça. Mas até lá temos de encontrar estratégias, que diminuam estes números e estas realidades. Sabemos que a descentralização de competências na área da ação social, sendo uma das mais complexas poderá também ser uma das mais impactantes. Nesta dimensão muito concreta, as novas competências poderão potenciar sinergias de colaboração, com as estruturas da CPCJ, que ganharão pela proximidade da descentralização. Será também uma matéria que nos importará acompanhar. Continuemos a trabalhar como geração, seja como políticos, mas principalmente no seio da nossa comunidade, para que não falhemos à próxima. Só assim ela não nos falhará. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

*===== A primeira coisa que eu gostaria de registar, em relação ao relatório anual da CPCJ, são assuntos que nos preocupam. Essa é a primeira preocupação. E depois também a quantidade de trabalho que a CPCJ tem que fazer. Mas gostaria também, de mencionar a qualidade do trabalho, que é feito e agradecer a todas as pessoas que diariamente procuram contrariar estes números. E agradecer naturalmente, a toda a equipa da CPCJ. A Ação Social da Câmara Municipal tem aqui um trabalho importante e relevante de articulação com a CPCJ. Em relação à possibilidade de a técnica poder estar a afeta é uma questão, que eu colocarei à Divisão Municipal de Ação Social, que caberá à sua responsável perceber, se tem condições para que isso aconteça. =====*

*===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento. =====*

===== **Ponto quatro: - Relatório do Ambiente Acústico, 5.ª edição, anos de 2021 e 2022 (I/3293/2023) - Conhecimento;** =====

===== Pela Câmara Municipal foram presentes os documentos referidos em epígrafe, os quais ficarão arquivados em pasta anexa ao livro de atas. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Nós temos o Regulamento Municipal de Ruído, de dois em dois anos tem de se apresentar um relatório sobre o ambiente acústico municipal, onde se perceba que medidas foram adotadas, para produzirmos um ruído menor =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento. =====

===== **Ponto cinco: - 5ª Modificação Orçamental 2023 - 1ª Revisão Orçamental 2023 (I/10804/2023) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “De acordo com o estipulado no Artigo 81.º da Lei 24-D/2022, de 30 de dezembro, sob a epígrafe “Integração do Saldo de Execução Orçamental”, após aprovação do mapa «Demonstração do desempenho orçamental», pode ser incorporado, por recurso a uma revisão orçamental, antes da aprovação dos documentos de prestação de contas, o saldo da gerência da execução orçamental. O saldo da gerência pode ser utilizado para ocorrer ao aumento global da despesa orçada no ano seguinte, resultando daí uma revisão orçamental (pontos 8.3.1.3 e 8.3.1.4 do POCAL). Pelo exposto, propõe-se a apreciação do Órgão Executivo da revisão orçamental em anexo e a apresentação à Assembleia Municipal para a sua aprovação.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Eu acho que é fácil de perceber. Nós, através desta modificação orçamental conseguimos incorporar o saldo de gerência de 2022, que é de cerca de 35 milhões de euros. E podemos começar a utilizá-lo internamente. Para isso tivemos que aprovar, em primeiro lugar o mapa de execução do desempenho orçamental. E através dessa aprovação conseguimos integrar

*este saldo de execução orçamental no nosso orçamento. E é isso que nós estamos aqui a fazer. Viemos fazer esta aprovação. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição de Fernando Pais Ferreira. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais Ferreira do PSD.** =====*

*===== Isto é meramente pacífico Senhor Presidente. Do ponto de vista técnico obviamente que esta incorporação é absolutamente normal, desejável e enquadrável a todos os níveis. Não podia deixar de passar esta oportunidade, para levantar aqui uma série de questões. Até porque ao nível das freguesias, nós já vimos que este município, este concelho de Oliveira de Azeméis é um concelho muito carenciado em diversas áreas. E de facto 35 milhões é este o valor do saldo de gerência da Câmara Municipal, no final do ano de 2022. Obviamente vamos votar favoravelmente a modificação orçamental, que permite a incorporação deste saldo no orçamento de 2023. Esperamos, que de uma vez por todas, o executivo seja capaz de aumentar, capitalizar este excedente. As necessidades do concelho são enormes. Já várias intervenções, que me precederam foram nesse sentido. A nossa rede viária continua uma lástima. As nossas zonas industriais, quase que pararam no tempo. As grandes obras, repetidamente anunciadas pelo Senhor Presidente apresentam algumas derrapagens financeiras, outras temporais. Portanto, nós não temos uma boa visão do concelho. Temos aqui um bom saldo de caixa para investir, mas de facto é necessário, que este executivo efetivamente realize o investimento, através do saldo de caixa que é importante, para este concelho não estar estagnado nem perder competitividade. Lembramos que, em 2019 o saldo de gerência foi de 14 milhões, em 2020 20 milhões e em 2021 foi de 29 milhões. Em todos estes anos, o executivo não foi capaz por várias razões, que o Senhor Presidente já disse, de investir e aproveitar estes excedentes. Pelo contrário, esta incapacidade de investir tem-se acentuado por falta, ao que nós entendemos, de uma falta de estratégia para o concelho. Esperemos, que o ano de 2023 seja o ano da inversão desta incapacidade, no meu entendimento, porque os oliveirenses merecem. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal,** para dar resposta à intervenção anterior. =====*

*===== Eu poderia responder, se quiser estou aqui um quarto de hora a dedicar-me às obras que nós fizemos. O Senhor diz que as obras não acontecem, que não existem obras. Deixe-me só dizer-lhe o seguinte. Eu compreendo a sua dificuldade, porque efetivamente estas palavras do saldo de gerência, são palavras de um vocabulário que não serve. Sabe disso, são novas, portanto*

*nós até aqui conhecíamos bem as palavras deficit, dívida, ausência de investimento. Hoje o Senhor vai ali e diz, há dificuldade em conseguir concretizar todo o investimento. Estamos a falar de 35 milhões de euros de investimento em curso. Se estivesse atento ao que eu disse percebia, que eu falei 35 milhões de euros. Nós no passado falávamos de dívida sem problemas, hoje falamos de saldo de gerência, com investimentos em paralelo. Nós tirámos dívidas do passado e inclusive os Senhores vangloriaram-se do plano de saneamento financeiro que nós tínhamos. Como as coisas mudaram, hoje a preocupação é de termos capacidade, para investir nos recursos financeiros que temos. Essa capacidade vai acontecer, porque temos um conjunto de obras, que vão ser avançadas. Esse problema é um problema, que seguramente não se coloca. Estamos a falar apenas de uma modificação orçamental, não estamos aqui a falar de um relatório de contas. Nessa altura poderemos falar, sobre as zonas industriais que estão paradas no tempo, sobre as derrapagens financeiras. Mas efetivamente não vamos perder tempo, porque não é esse o ponto. =*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número cinco à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto seis: - Alteração de taxas e da designação de taxas da Tabela de Taxas do Regulamento Municipal de Taxas, licenças e outras Receitas Municipais - cemitérios (I/10881/2023) - Aprovação;** =====*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A Lei 53-E/2006, de 29 de dezembro e posteriores alterações aprova o regime geral das autarquias locais, regulando as relações jurídico-tributárias geradoras da obrigação de pagamento de taxas às autarquias locais; - Que de acordo com o art.º 4, da Lei 53-E/2006, de 29 de dezembro e posteriores alterações: “1 - o valor das taxas das autarquias locais é fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade e não deve ultrapassar o custo da atividade pública local ou o benefício auferido pelo particular. 2 - O valor das taxas, respeitando a necessária proporcionalidade, pode ser fixado com base em critérios de desincentivo à prática de certos atos ou operações.”; - Que a criação de taxas obedece a diversos normativos legais, devendo respeitar nomeadamente o art.º 8, e 9º, nº 2, da Lei 53-E/2006, de 29 de dezembro e posteriores alterações; - Que o Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e outras receitas Municipais do Município de Oliveira de Azeméis deve obedecer aos critérios sobre esta matéria constantes do Regime Financeiro das Autarquias Locais e Entidades Intermunicipais, Lei 73/2013, de 3 de setembro e posteriores alterações; - Ser da competência da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal aprovar as taxas do município e fixar o respetivo valor, conforme a alínea b), n.º 1 do art.º 25 do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações; - O Regulamento e Tabela de Taxas, Licenças e outras receitas Municipais do Município de Oliveira de Azeméis, em vigor desde 01/01/2010; - Que o art.º 65.º, do Regulamento do Cemitério Municipal de Oliveira*

*de Azeméis na sua atual redação, refere que as taxas devidas pela prestação de serviços relativos ao cemitério, pela concessão de terrenos e jazigos/mausoléus, sepulturas ou ossários ou outras de âmbito administrativo constam do Regulamento Municipal de Taxas, licenças e outras receitas Municipais. Considerando que na **Secção I - cemitérios**, na atual tabela de Tabela de Taxas, Licenças e outras receitas Municipais do Município de Oliveira de Azeméis se encontra muito desatualizada e desajustada face à atual realidade, as taxas com a designação de Inumação; Exumação, por cada ossada incluído limpeza e Trasladação - dentro do cemitério e cemitério diferente (conforme ponto 2 do Relatório de Fundamentação Económico Financeira), mostrando-se assim oportuno eliminação das mencionadas taxas, sendo substituídas por novas de acordo com o ponto 2 do relatório supra mencionado. Pelo que se mostra adequado, pertinente, urgente de execução e dispensa de audiência (c.f alíneas, a) e c), do nº 1, do artº 124º, do CPA), para se proceder à revisão e adaptação da tabela de taxas do Regulamento Municipal de Taxas, licenças e outras receitas Municipais - **Secção I - cemitérios**, originando extinção e criação de taxas e respetiva atualização dos respetivos valores das taxas já constantes. O estudo de fundamentação económico financeira, em anexo, nos termos estatuídos no regime retrocitado, onde é referido as designação e valores das taxas a constar e a integrar na tabela de taxas do Regulamento Municipal de Taxas, licenças e outras receitas Municipais - **Secção I - Cemitérios**. Propõe-se, nos termos dos fundamentos e normas retrocitadas: 1. A aprovação da alteração da Tabela de Taxas do Regulamento Municipal de Taxas, licenças e outras receitas Municipais - **Secção I - cemitérios**-conforme documento em anexo 1; 2. Alteração da designação das taxas referidas no anexo 2; 3. Remeter à Assembleia Municipal para aprovação, nos termos e para os efeitos das disposições legais invocadas; 4. Que esta alteração entre em vigor após 15 dias da respetiva publicação no DRE, no boletim municipal digital do sítio institucional do Município de Oliveira de Azeméis.” =*

*=====O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Estamos a alterar algumas taxas, que têm a ver com a inumação, exumação e a transladação. Estamos a fazer uma atualização dos valores, porque o Regulamento de Taxas é de 2010 e os valores estão completamente desajustados. Fizemos um estudo de viabilidade financeira interno, que apontou para estes custos, com a disponibilização deste serviço, que é prestado e conseguir fazer a atualização desses valores. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número seis à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====*

===== **Ponto sete: - Transferência de Competências - Domínio da Ação Social - Prorrogação do exercício da competência até 03 de abril de 2023 (I/3807/2023) - Aprovação;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - A Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que estabeleceu o quadro de transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais, concretizando os princípios da subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local; - Que nos termos do n.º 1, do seu artigo 4.º, essa transferência efetiva -se através de diplomas legais de âmbito setorial relativos às diversas áreas a descentralizar da Administração direta e indireta do Estado; - Que por força da Lei-Quadro citada e dos respetivos diplomas setoriais publicados entre 2018 e 2020, ocorreu a transferência de competências universal nos diferentes domínios, a partir de 01 de janeiro de 2021, nos termos e condições específicas referidas nos diplomas respetivos, com a exceção dos domínios da Educação, Saúde e Ação Social; - Que em reunião da Câmara Municipal e sessão da Assembleia Municipal, respetivamente de 18 de novembro e 06 dezembro de 2021, deliberaram não aceitar a transferência de competências nos domínios da Educação, Saúde e Ação Social até finais de março de 2022, situação comunicada à DGAL, nos termos legais; - Que em reunião de Câmara Municipal e sessão da Assembleia Municipal, respetivamente de 10 fevereiro e 28 de fevereiro de 2022, **deliberou a prorrogação do prazo de concretização da transferência de competências no domínio da Ação Social, até 01 de janeiro de 2023, nos termos e ao abrigo do art.º 24, n.º 5 do DL n.º 55/2020, de 12 agosto, na redação à data conferida pelo DL n.º 23/2022, de 14 fevereiro, situação comunicada à DGAL, nos termos legais;** - **Que foi publicado o DL n.º 87-B/2022, de 29 de dezembro, que procede à 2ª alteração ao DL n.º 55/2020, onde por força da nova redação conferida ao n.º 5, do art.º 24º, estatui que:**

“Artigo 24.º [...]

1 - [...]

2 - [...]

3 - [...]

4 - [...]

5 - **O prazo previsto no número anterior pode ser prorrogado até 3 de abril de 2023, pelos municípios que entendam não reunir as condições necessárias para o exercício das competências previstas no presente decreto-lei no prazo previsto no número anterior, após prévia deliberação dos seus órgãos deliberativos e mediante comunicação à DGAL da intenção de prorrogar tal prazo.** 6 - **A comunicação a que se refere o número anterior é efetuada até final de fevereiro de 2023, devendo a DGAL informar o ISS, I. P., no prazo de 5 dias após a sua receção.»** - Que no âmbito do FFD, são atribuídos às autarquias locais e às entidades intermunicipais os recursos financeiros previstos no artigo 80.º-B, do RFAL; - Que o financiamento das novas competências das autarquias locais e das entidades intermunicipais decorrente do processo de transferência de competências considera o acréscimo de despesa e de receita em que estas incorrem pelo exercício



dessas competências; - Que, de acordo com os valores do mapa a que se refere o n.º 2 do artigo 66.º - FFD - Fundo de Financiamento da Descentralização - anexo II à LOE 2023 - Lei nº 24-D/2022, de 30 dezembro, apenas prevê para a nossa autarquia no domínio da Ação Social um montante total de 277.907€ (igual ao anteriormente considerado em diploma), divergindo do aumento de valores previstos e veiculados (na sequência de negociação entre o Governo e a ANMP) num acordo setorial de compromisso, aprovado na reunião do Conselho Geral da ANMP a 19 de dezembro de 2022, relativo à descentralização no domínio da ação social, que no total indicava um montante de 504.884,73€ para o Município de Oliveira de Azeméis; - A imprescindibilidade de alteração/aumento da verba para o município de Oliveira de Azeméis no domínio de Ação Social - que justificaram as sucessivas prorrogações da transferência de competências por parte deste município - e que se considerava finalmente resolvido pelo acordo negociado entre o Governo e a ANMP, que contempla um aumento de valor bastante considerável para o MOA, repondo assim as condições financeiras exigidas para o bom funcionamento da resposta SAAS, não aparecendo confirmado no diploma posteriormente publicado, conforme já referido, o qual mantém o valor anteriormente destinado ao MOA; - Que se aguarda resposta ao pedido de esclarecimentos sobre a situação apresentado às entidades competentes, datado de 03.01.2023, que, pese embora se considere ser mero lapso, nos impede de agilizar o processo como devia, pois não dispomos ainda de qualquer informação que nos dê garantia efetiva do montante que cabe ao Município, pelo que se **justifica, desde já, tomar uma posição e pronúncia de não aceitação e de deliberar a prorrogação do domínio da ação social até ao dia 03 de abril de 2023. Pelo que proponho:** Que no exercício das competências que lhe são conferidas pela alínea ccc), do nº 1, do art.º 33º, do anexo I, da Lei nº 75/2013, e posteriores alterações e ao abrigo do disposto na Lei nº 50/2018, de 16 agosto e nº 5, do art.º 24º, do DL nº 55/2020, na sua atual redação conferida pelo DL nº 87-B/2022, de 29 dezembro, **A apreciação e tomada de deliberação/posição pelo órgão executivo e deliberativo no sentido de que se entende não estarem reunidas as condições, conforme fundamentos retrocitados, para o exercício desta competência no domínio setorial - Ação Social, pelo que se aprove a prorrogação, até 03 de abril de 2023, do exercício desta competência.** - No caso da deliberação ser no sentido da prorrogação, posterior envio à Direção-Geral das Autarquias Locais, após prévia deliberação do órgão deliberativo nesse sentido. - A submissão da proposta ao órgão deliberativo para os fins consignados.”

=====**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.**=====

=====**É precisamente aproveitar esta prorrogação do exercício desta competência até 03 de Abril de 2023. Entretanto, os valores que nos estavam a ser disponibilizados foram atualizados. E, neste momento, não existem condições para apresentarmos propostas objetivas às nossas IPSS**

*para que estas componentes que tinham sido desenvolvidas, desempenhadas, se mantenham preferencialmente com mais qualidade, com mais eficiência do que até agora. É aproveitar esta prorrogação do prazo para em 03 de abril assumirmos esta competência. Hoje sim, com as condições financeiras que são necessárias, com a mesma responsabilidade com que elas eram desempenhadas e desenvolvidas até agora. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se os pedidos de Helga Correia e Fernando Pais Ferreira. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

*===== Muito obrigada Senhor Presidente. Neste ponto 7 - Transferência de competências no domínio da ação social. O Município propõe a prorrogação da transferência de competências, previstas na lei-quadro, que prevê a transferência de competências da ação social para os Municípios, Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto. Dizer que, o grupo municipal do PSD concorda com a pronúncia de não aceitação e de deliberação a prorrogação do exercício da competência até o dia 3 de abril de 2023, tendo em conta o anexo II, à Lei nº 24-D/2022, de 30 de dezembro, referente ao Orçamento de Estado para 2023, prevê uma verba no domínio da ação social divergente dos valores entretanto negociados entre o governo e a associação nacional de municípios portugueses. Senhor Presidente, as instituições que atuam no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social e Rendimento Social de Inserção, tanto quanto sabemos continuam sem saber como vai decorrer o processo. Os técnicos desconhecem como vai decorrer o processo e o quando é vai acontecer. Continuam sem poder dar uma palavra às famílias, por que também não sabem como se vai processar. Senhor Presidente, Falamos de famílias em situação de vulnerabilidade que necessitam de apoio, mas também necessitam de uma resposta que as tranquilize. Deste modo, solicito que nos esclareça em que fase está o plano de ação e como vai ser colocado em prática, tendo em conta que a descentralização vai ter mesmo de avançar no dia três de abril e até esta data as instituições, que vão operacionalizar no terreno desconhecem esse plano de ação. Tendo em conta que, o envelope financeiro de 504.884,73€ está garantido no acordo setorial de compromisso, aprovado na reunião do conselho geral da ANMP, de 19 de dezembro, como é referido na documentação enviada pelos serviços da assembleia municipal. Em que fase está o plano de ação e como vai ser operacionalizado no terreno com as instituições? E para quando essas propostas objetivas que o Senhor Presidente acabou de elencar, agora no início da apresentação deste ponto. Quando é que elas vão estar realmente disponíveis, para que depois as instituições façam o seu trabalho no terreno, tão bem como aquele que tem sido feito até agora. Muito obrigada=====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado Fernando Pais Ferreira, do PSD.* =====

===== *A minha colega, deputada Helga já disse quase tudo, o que havia de dizer a isto. Não poderia deixar de mencionar aqui algumas situações, que eu acho importante até na sequência da intervenção do deputado João Costa. De facto, elencou na intervenção que fez há pouco tempo no PAOD, princípios fundamentais no domínio sobretudo da Ação Social. E nesta Ação Social vemos, exatamente como a minha colega disse, o acordo que vai passar de 277 mil euros para 504 mil euros. Parece que isso já está perfeitamente definido, portanto o que nós vamos receber pela transferência de tarefas, não é de competências são 500 mil euros. São meio milhão de euros. Este meio milhão de euros tem a ver no domínio da ação social, porque é um dos domínios mais importantes, que existe do ponto de vista social. A par da saúde e da educação, que vai permitir ao município realizar tarefas e não competências, porque as competências continuam a ser da Segurança Social. A Segurança Social é que vai identificar grande parte das carências na ação social e o município é dotado de determinados técnicos, que executam as tarefas que lhes são conferidas, por via desse processo decisório da Segurança Social. É evidente que nós temos assistido a uma mudança na política de descentralização. Em 2018, o diploma que foi aprovado, eu estive a ler e de facto tem princípios basilares do processo de descentralização, exatamente tal qual os estudantes de direito. Estão aqui alguns profissionais do foro estudamos em sede de direito administrativo. De facto, houve uma sensibilização do estado, para de facto aumentar as verbas e neste caso, estas as verbas são importantes. No entanto confrontados com os princípios legais, que configuravam a descentralização temos verificado que os princípios e garantias no processo de transferência de competências não têm sido salvaguardados, por falta de recursos adequados humanos e financeiros. E assim sendo, a exiguidade dos valores a transferir para o município, poderá ter implicações sérias nas contas do município. O que poderá culminar na forte probabilidade de o município não conseguir satisfazer todas as tarefas. E isso poderá levar a população a reconhecer, que a descentralização não foi eficaz. Primeira questão, o Município efetuou algum estudo sobre os impactos económico-financeiros da transferência de competências? De tarefas diria eu. Se sim, quais e em que medida. O Município tem conhecimento concreto das verbas, que vão ser transferidas e dos valores financeiros do exercício das novas competências? Serão os cerca de meio milhão de euros suficientes para tudo? Não colocará a descentralização de competências em causa, a sustentabilidade financeira do Município? E isto, porque basta consultar o site da Câmara de Oliveira de Azeméis, para verificar que é já da competência deste Município uma série de atividades relevantíssimas, do ponto de vista da Ação Social. Eu consultei o site antes desta intervenção e tem atribuições ao nível da deficiência, da habitação, da família, da infância e da juventude, da inserção social, da rede social, da saúde e da população sénior. Eu espero que o município tenha conseguido este valor, que é imensurável. Nós no dia 3 de abril vamos receber as novas atribuições e eu espero que, de facto faça jus ao*

*processo de descentralização. Porque, Portugal é dos países da europa mais centralizadores e isto tem que deixar de existir. A Câmara Municipal, as Autarquias Locais são as entidades que mais proximidade têm das tarefas a executar, e que têm todas as condições para as executar bem. Muito obrigado. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Vice-presidente da Câmara Municipal - Rui Luzes Cabral**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

*===== Muito boa noite a todas e a todos. Nós estamos em condições e o Senhor Deputado sabe, de apresentar nos próximos dias um mapa às IPSS. E como sabe, este processo da descentralização da Ação Social, é um processo que começou há bastante tempo e foi prorrogado várias vezes, porque exigia um conjunto de números, de valores, que não eram suficientes que não acomodavam as IPPS, e que as instituições que estavam a trabalhar com a Câmara se sentiam confortáveis a partir daí. Por isso é que isto foi tantas vezes prorrogado. E nós, com o valor que temos em cima da mesa e aquilo que temos conhecimento das negociações, que aconteceram até agora. Daquilo que é o feedback, que essas instituições nos foram passando, que era o valor necessário para executar essas competências/ tarefas, estamos em crer que o valor acolhe as expectativas dessas IPSS. E, portanto, julgo que a partir do dia 3 de abril podemos assim, iniciar esse processo, nesse caminho. Sabendo que, no futuro poderão vir a ser, tanto a nível comportamental para com as autarquias, tanto como um reforço das autarquias cada uma delas, em termos de ser necessário em cada território, de acordo com as especificidades desse mesmo território. Num caso ou noutro, numa ou noutra instituição que está no terreno, poder ele próprio reforçar essas verbas, caso assim o entenda. E, portanto, é um caminho que depois será feito, tal e qual, como a educação que nós estamos há mais tempo, se pode ir afinando essas questões e nós aqui depois darmos nota de tudo aquilo, que está a acontecer no terreno. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número sete à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto oito:** - **Revogação da deliberação e cessação do Auto de cedência de utilização e de aceitação, com efeitos reportados a 17.10.2022. (I/11016/2023) - Aprovação;** ==*

*===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Tendo em conta que - O “Auto de cedência de utilização e de aceitação” de 04.03.2022, da parcela de terreno com a área de 7018 m2, sita na Rua Dr. João Manuel Godinho de Sousa, em Oliveira de Azeméis, inscrita na matriz predial urbana sob o artigo 7207, da União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Riba Ul, Ul, Macinhata da Seixa, Madaíl, propriedade do Estado, a favor do*

*Município, na sequência da aprovação pela Câmara Municipal de 16.12.2021 e sessão ordinária da Assembleia Municipal de 25.02.2022, o qual entrou em vigor em 01.04.2022; - Que na sequência da aprovação da aquisição do referido prédio pela Câmara Municipal em 24.03.2022 (I/18701/2023), e do pagamento do respetivo preço, fomos notificados em 17.10.2022, da adjudicação definitiva (tendo sido efetuado registo provisório), e em 24.01.2023, enviado o título de alienação n.º 1/2023 (definitivo), a favor do Município (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); - Já não se mantêm os pressupostos que presidiram à celebração do referido Auto de Cedência; Proponho A revogação da deliberação da Câmara Municipal de 16.12.2021 e da Assembleia Municipal de 5.02.2022, e cessação do Auto de cedência de utilização e de aceitação, com efeitos reportados a 17.10.2022. Remeter a Assembleia Municipal para os devidos efeitos.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito rapidamente só para contextualizar, isto é um terreno entre a Escola Soares de Basto e a Fonte Joana. É um terreno onde está a ser construído um parque inclusivo. Nós durante vários anos tivemos a linha de processo negocial que foi da GDF, que passou de um valor absolutamente exorbitante, para um valor de 6 mil euros€/ano. Cerca de 500.000/mês, se não me engano. Mas mesmo assim, estamos a falar de um terreno com 7108m2. Nós, a partir do momento em que formalizamos este acordo, começamos também a avançar com o processo para sua aquisição. Portanto é disto que estamos a falar, ainda que neste terreno de 45 mil euros e estamos a prorrogar a deliberação. Nós assinamos o auto de cedência para a utilização do terreno, o terreno agora é propriedade da câmara e, portanto, esse auto não faz sentido.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número oito à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto nove:** - *Minuta de Contrato Interadministrativo de Apoio financeiro à construção de parque infantil localizado no loteamento do Brejo, mais especificamente no cruzamento da Rua das Alminhas com a Rua 25 de Abril - Freguesia S. Martinho da Gândara (I/79906/2022) - Autorização;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º1 e alínea a) e i) do n.º*

2 do artigo 7.º e na alínea a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O pedido da Junta de Freguesia de S. Martinho da Gândara de 2 de agosto do ano corrente (E/36482/2022), a solicitar apoio financeiro para a construção de Parque Infantil localizado no loteamento do Brejo, mais especificamente no cruzamento da Rua das Alminhas com a Rua 25 de Abril; - O relevante interesse público municipal na construção do parque que permitirá satisfazer as necessidades da população (crianças, seniores e pessoas com mobilidade reduzida), designadamente, educativas e de lazer, uma vez que não existe qualquer infraestrutura pública na Freguesia, sendo de extrema necessidade a sua construção; - Que o pedido foi efetuado em 2 de agosto do ano corrente, encontrando-se ainda em discussão o Regulamento Municipal de apoio às Freguesias e Uniões de Freguesias do Concelho de Oliveira de Azeméis, pelo que se considera face ao relevante interesse público, justificada a atribuição do apoio; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual; - A designação do Eng.º Alberto Godinho como Gestor do Contrato; Ao abrigo dos artigos 2 e 4, n.º 1, e alíneas a), e), e m) do n.º 2 do art.º 23º ; alínea j), do n.º 1, do art.º 25º e alínea o) do n.º 1 do art.º 33º do Anexo I, da citada Lei n.º 75/2013, e posteriores alterações, conjugado com os Art.ºs 1º-A, n.º 1, alínea c) do n.º 4, do art.º 5º, 5º-B, 278º, 290º-A, e 338º do CCP, e ainda nos termos do n.º 3, do art.º 2º, 3º a 9º, e 200º do CPA. Proponho: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de Apoio financeiro à construção de parque infantil localizado no loteamento do Brejo, mais especificamente no cruzamento da Rua das Alminhas com a Rua 25 de Abril - Junta de Freguesia S. Martinho da Gândara (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com o compromisso de fundo disponível n.º 2012 de 2022, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas”

=====**O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.**=====

=====**Eu acho que a proposta é suficientemente rentável, no apoio de 15 mil euros para a construção de um parque infantil, no loteamento do Brejo, da freguesia de São Martinho da Gândara.**=====

=====**Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.**=====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número nove à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dez: - Minuta da 2ª. Adenda ao Contrato Interadministrativo de apoio financeiro, no âmbito da candidatura ao PDR2020 - Carregosa Viva, a celebrar com a Junta de Freguesia de Carregosa (I/10237/2023) - Autorização;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que em 22/07/2021, foi celebrado Contrato Interadministrativo de apoio financeiro para a execução do investimento aprovado no âmbito da candidatura ao PDR220- Carregosa VIVA, registado com o n.º 84/2021 e em 29/04/2022, Adenda ao mesmo, registada com o n.º 56/2022; - O teor do ofício de 22/12/2022 (E/38726/2022), pelo qual a Junta de Freguesia de Carregosa solicita a alteração do valor do apoio, nos termos e fundamentos nele constantes; - Que na sequência do mesmo e em função dos documentos apresentados, há intenção de reforço do valor atribuído em mais 9.361,29€ (nove mil, trezentos e sessenta e um euros e vinte e nove cêntimos), pelo que se pretende alterar a redação da alínea a) do n.º 1 da cláusula segunda do referido Contrato Interadministrativo; Proponho: - A aprovação da minuta 2ª. Adenda ao Contrato Interadministrativo de Apoio financeiro no âmbito da candidatura ao PDR2020 - Carregosa Viva (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com o compromisso de fundo disponível n.º 517 de 2023, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Muito rapidamente isto é o parque Viver Carregosa, uma candidatura da ADRITEM de 166 mil euros. A Câmara participou esta obra em 59 mil euros, entretanto a obra teve uma execução de apenas 149 mil euros. Mas teve trabalhos a mais 17 mil euros, portanto estamos aqui a fazer a compensação do esforço adicional, que a Junta de Freguesia teve de suportar no valor de 9.361, 29. Ou seja, com este valor a Câmara Municipal soma, sobre este valor aos 59 mil euros uma participação cerca de 1.500 euros. Talvez naturalmente os outros apoios, dos parceiros e até da própria compra do terreno.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dez à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto onze:** - *Minuta de Contrato Interadministrativo de Apoio financeiro a celebrar com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo - Realização de Obras Requalificação do Edifício-Sede da Junta de Freguesia (I/10897/2023) - Autorização;* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º1 e alínea a) e i) do n.º 2 do artigo 7.º e na alínea a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O teor do ofício da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo (E/793/2023), em que solicita apoio financeiro para a realização de obras de requalificação do edifício-sede da Junta de Freguesia, sito em Nogueira do Cravo, e documentos apresentados (orçamentos); - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - Que as freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações resultando daí ganhos de eficiência e de economia; - Que a celebração do presente Contrato contribui para a consolidação da democracia participada e de proximidade e beneficia as populações, bem como reforça os princípios de solidariedade financeira vertical e horizontal entre diferentes níveis da Administração; - A necessidade de tornar mais célere, eficiente e eficaz a operacionalidade e provisão de bens públicos municipais, em resultado do acréscimo de novas competências decorrente do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e não obstante o reforço de meios financeiros não permitir acompanhar estas novas responsabilidades, justifica que o município estabelece formas de apoio financeiro para o pleno exercício das competências das freguesias; Que compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; - Que se trata de contratação excluída, ao abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo DL n.º18/2008 de 29 de janeiro alterado e republicado DL n.º 111-B/2017 de 31 de Agosto; - A designação do Eng.º António Sobral Fernandes, como Gestor do Contrato; Assim, Ao abrigo das citadas disposições, e ao abrigo dos artigos 2 e 4, nº 1, e alíneas a), e), e m) do nº 2 do art.º 23º ; alínea j), do nº 1, do art.º 25º e alínea o) do nº 1 do art.º 33º do anexo I, da citada Lei nº 75/2013, e posteriores alterações, conjugado com os Artºs 1º-A, nº 1, alínea c) do nº 4, do art.º 5º, 5º-B, 278º, 290º-A, e 338º do CCP, e ainda nos termos do nº 3, do art.º 2º, 3º a 9º, e 200º do CPA. Proponho: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo - Realização de Obras Requalificação do Edifício - Sede da Junta de Freguesia (documento esse que fica arquivado em*



*pasta anexa ao livro de atas), com o compromisso de fundo disponível nº 527 de 2023, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.”=*

*=====O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====*

*===== Este edifício, em virtude de umas chuvas intensas revelou um conjunto enorme de fragilidades, que o tornaram praticamente inabitável. Chove copiosamente no seu interior, a sala onde se realiza a Assembleia de Freguesia, tem o teto de cortiça completamente danificado. Os vidros estão danificados. Há infiltrações fortíssimas de água na cortiça e nas caldeiras do edifício, que se calhar são as originais. O edifício tem também a necessidade de requalificar a caixilharia, porque não tem eficiência energética nenhuma, ou muito reduzida. Há um conjunto de intervenções que são importantes e o estado do edifício impede, que importantes serviços públicos sejam assegurados, nomeadamente os próprios serviços da Junta de Freguesia. A realização da Assembleia de Freguesia, julgo que é também lá no salão, que se fazem eventualmente as recolhas de sangue. A própria Noz, a Associação A Noz está sediada no edifício que tem os tetos a cair, resultado das humidades nos pladures, portanto há aqui a necessidade de fazer uma intervenção profunda. E foi feito o levantamento do que era necessário fazer. O orçamento de 130 mil euros, o apoio da câmara municipal são 111.952,65, para a resolução deste conjunto de patologias, que privam os noqueirenses do serviço público que é prestado. Neste momento, quando chove a eletricidade é afetada e os próprios funcionários da autarquia são impedidos de trabalhar. Estamos a falar de um apoio para a requalificação deste edifício, para que se possa criar condições. =====*

*===== Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de Fernando Pais Ferreira. =*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Fernando Pais Ferreira**, do PSD. =====*

*===== Naturalmente para dizer, que vamos votar a favor. E deixar aqui um alerta ao Senhor Presidente. Eu vi na documentação, que me enviou e aquilo que está justificado para a intervenção ser de 100% fora o Iva, é o carácter excepcional e alguma debilidade financeira da própria Junta de Freguesia. Eu se perguntar, a cada um dos presidentes de Junta de Freguesia se têm dificuldades e, se as obras que eles realizam são excecionais e são de urgência. Todos me vão dizer que sim. O que eu chamo à atenção é que está aberto um precedente. É evidente, que estas atribuições são do Município, que por delegação as passa para a Freguesia. Neste caso até é a própria Junta de Freguesia que está em causa. Eu faço aqui um apelo, que de facto isto também*

*seja considerado. Situações destas que sejam consideradas também, abandonando aquela tese dos 50%, não fazendo também isto como uma habitualidade, porque o Município não pode fazer obras de requalificação nas sedes das juntas e contribuir a 100%. Queria também que o Senhor Presidente, em outras situações e respeitando todas as necessidades da Junta de Freguesia o fizesse. Há uma outra questão, que está num e-mail seu. O Senhor Presidente diz que, uma vez que esta situação se reveste de carácter excecional, em relação ao apoio que habitualmente é prestado, que é de 50% do valor da obra. Solicito que analise o devido enquadramento legal. Nós não temos nenhum parecer legal presumo, que a existir também seria importante. Eu só quero deixar uma situação, quanto à excecionalidade. Eu não ponho em causa que a Junta de Freguesia de Nogueira do Cravo esteja a necessitar de verbas, como qualquer outra Junta de Freguesia sofre do mesmo mal. Mas neste caso particular eu até acho que estamos a falar de Nogueira e Pindelo. E creio que muitas destas situações de excecionalidade até poderia ser, por exemplo fazer a deslocação de Nogueira do Cravo para Pindelo, uma vez que estamos a falar de uma união de freguesias. Não quer isto pôr em causa a validade, nem a oportunidade. Acho muito bem. Vamos votar a favor, mas queria deixar este alerta que devem ser ponderadas situações de urgência nas outras juntas de freguesia. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta à intervenção anterior. =====*

*===== As situações são diferentes, as situações têm particularidades que nos levam a tomar determinadas decisões. É do conhecimento público, que a dívida da União de Freguesias de Nogueira do Cravo e Pindelo é a maior dívida do concelho. E não é sequer comparável com qualquer situação financeira, de nenhuma outra freguesia do concelho. Felizmente. E, portanto, aquilo que é a nossa obrigação é, sempre que formos confrontados com situações da mesma natureza e com o mesmo tipo de circunstâncias, nós naturalmente estarmos disponíveis para termos um esforço semelhante. Agora eu não defendo, que nós vamos ter este tipo de regras extrapoladas, para tudo aquilo que as juntas de freguesia têm de fazer. Porque há obras que têm importâncias diferentes, têm relevâncias diferentes e merecem ser apoiadas, têm impactos completamente diferentes na comunidade. A deslocação de Nogueira do Cravo para Pindelo é uma solução, mas não põe a cobertura edifício, que continua a necessitar de intervenção. Se houver necessidade de deslocar esses serviços, eu não vejo problema rigorosamente nenhum, mas caberá ao seu presidente, ao seu executivo tomarem essa decisão. A nós o que nos preocupa, são os serviços que ali são assegurados à população, que estão neste momento a ser assegurados em condições absolutamente dramáticas. Se continuasse a chover, como choveu naquela altura uma boa parte interior do edifício já teria ruído. Não tenho qualquer dúvida. O que eu tenho na minha cabeça são, dezenas de baldes a aparar a água, que cai de todos os lados. Quer nos corredores, quer no interior do edifício, quer no salão nobre, etc. Julgo que não podemos perder tempo com*

*isto, temos de avançar rapidamente. Eu gostaria que as obras acontecessem já no verão, para que o edifício não fosse sujeito a mais um inverno. O edifício não tem condições para aguentar outro inverno.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número onze à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== ***Ponto doze: - Minuta de Contrato Interadministrativo de Apoio financeiro a celebrar com a União de Freguesias Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz, para obras no âmbito da candidatura PDR2020-10216-091359 - beneficiação do parque natural de Falcos - Pinheiro da Bemposta (I/10931/2023) - Autorização;*** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que constituem atribuições das autarquias locais a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, designadamente nos domínios referidos no n.º 1 e alínea a) e i) do n.º 2 do artigo 7.º e na alínea a) e m) do n.º 2 do artigo 23.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na redação atual; - Que as Autarquias locais prosseguem as suas atribuições através do exercício pelos respetivos órgãos das competências legalmente previstas; - Que as Juntas de Freguesia dispõem de atribuições e competências próprias de gestão nos casos e nos termos previstos na lei; - O teor do ofício da União de Freguesias Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz (E/796/2023), em que solicita apoio financeiro para a realização de obras no âmbito da candidatura PDR2020-10216-091359 - BENEFICIAÇÃO DO PARQUE NATURAL DE FALCOS - PINHEIRO DA BEMPOSTA; - A competência atribuída à Câmara Municipal no que respeita às suas relações com outros órgãos autárquicos; - Que as freguesias, dada a sua maior proximidade aos problemas locais, são agentes com capacidade acrescida para identificar as necessidades das populações resultando daí ganhos de eficiência e de economia; - Que a celebração do presente Contrato contribui para a consolidação da democracia participada e beneficia as populações, bem como reforça os princípios de solidariedade financeira vertical e horizontal entre diferentes níveis da Administração; - A necessidade de tornar mais célere, eficiente e eficaz a operacionalidade e provisão de bens públicos municipais, em resultado do acréscimo de novas competências decorrente do novo Regime Jurídico das Autarquias Locais, e não obstante o reforço de meios financeiros não permitir acompanhar estas novas responsabilidades, justifica que o município estabelece formas de apoio financeiro para o pleno exercício das competências das freguesias; - Compete à Assembleia Municipal “Deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações; - O cumprimento das regras quanto ao cabimento e compromisso orçamental da despesa, no respeito pelo estabelecido na Lei 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de Junho e posteriores alterações; - Que se trata de contratação excluída, ao*

abrigo do artigo 5.º números 1 e 4 (alínea c) e do artigo 5.º B número 1 do referido do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto -Lei n.º18/2008 de 29 de janeiro, na redação atual - A designação do Engº António Sobral Fernandes como Gestor do Contrato; Proponho: - A aprovação da minuta do Contrato Interadministrativo de apoio financeiro a celebrar com a União de Freguesias Pinheiro da Bemposta, Travanca e Palmaz para a realização de obras no âmbito da candidatura ao PDR2020-10216-091359 - BENEFICIAÇÃO DO PARQUE NATURAL DE FALCOS - PINHEIRO DA BEMPOSTA (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas), com o compromisso de fundo disponível nº 532 de 2023, conforme estabelece a Lei n.º 8/2012, de 21 de Fevereiro e Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e respetivas alterações; - Que se remeta à Assembleia Municipal nos termos e fins atrás citadas.”=====

=====O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== A União de Freguesias do Pinheiro da Bemposta, Palmaz e Travanca viu aprovada uma candidatura à ADRITEM, cerca de 91 mil euros. Há uma parte que é financiada pela candidatura que é uma parte menor. Uma parte maior que é financiada pela Câmara Municipal, que são cerca de 51 mil euros. Estamos aqui a aprovar esse apoio, o que reduz também de certa forma a nossa compreensão para com as dificuldades orçamentais, que a Junta de Freguesia tem e impossibilidade que tem. Manifestar aqui a disponibilidade que a Câmara Municipal tem, para estar presente de forma expressiva na sua concretização. É isso que estamos aqui a fazer. A resposta é importante para a freguesia do Pinheiro da Bemposta, onde se localiza o Parque de Falcos. E à semelhança de outras candidaturas à ADRITEM, a Câmara Municipal suporta integralmente as verbas não-financiadas pelas candidaturas. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número doze à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====

===== **Ponto treze: - Minuta de Protocolo de colaboração com Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (I/10924/2023) - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: A Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (doravante designada por ANSR), reveste a natureza de serviço central da Administração direta do Estado, cuja missão reside no planeamento e coordenação a nível nacional de apoio à política do Governo em matéria de segurança rodoviária; No âmbito das suas atribuições, a ANSR procede ao estudo e análise das

*causas e fatores intervenientes nos acidentes rodoviários, em articulação com entidades fiscalizadoras, e propõe a adoção de medidas que visam o ordenamento e disciplina do trânsito e, bem assim, medidas corretivas a apresentar às entidades responsáveis pela gestão das infraestruturas rodoviárias; O Município de Oliveira de Azeméis (doravante designado por Município), é uma pessoa coletiva de direito público, de carácter territorial, com competências de sinalização das vias públicas e ordenamento do trânsito, com vista, entre outras, à promoção da segurança rodoviária e à eliminação de fenómenos promotores de sinistralidade; A informação de sinistralidade rodoviária na posse da ANSR assume-se como fundamental para a análise a efetuar no que diz respeito à eliminação de fatores promotores de sinistralidade e que a informação detida pelo Município, relativa aos aspetos infraestruturais, assume relevância para estudo e análise das causas e fatores intervenientes nos acidentes de rodoviários, in casu, dentro das vias sob gestão municipal; A articulação e a cooperação entre os dois organismos, num contexto de eficiência na utilização de informação que cada um possui, e de recursos técnicos e humanos especialistas em áreas fundamentais, constituirão um contributo relevante na disponibilização das condições necessárias à concretização das atribuições de cada um no que respeita à segurança rodoviária; Ao abrigo da alínea r) do n.º 1 do art.º 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, enquanto órgão executivo do Município, dispõe de competências para colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal, em parceria com entidades da administração central; O despacho do Sr.º Presidente da Câmara Municipal que designa como Gestor/a do Protocolo, a Dr.ª Ana Ferreira Pinho,(art.º 290-A do CCP); Proponho: - Nos termos e com os fundamentos expostos, a aprovação da minuta de protocolo de colaboração - a celebrar com Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas). - Que se remeta à Assembleia Municipal.”* =====

=====O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Já falei sobre isso há pouco. Nós temos que estabelecer este protocolo, para que a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária, nos permita ter dados da sinistralidade no concelho, para que nós possamos fazer o nosso Plano Municipal de Segurança Rodoviária.=====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====  
 ===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número treze à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====

===== **Ponto catorze:** - ***Aditamento ao Protocolo com Rotary Club de Oliveira de Azeméis do programa Ciclo de Conferências “À conversa com...” 2022/2023 (I/78609/2022) - Autorização;*** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: a) em reunião de câmara de câmara de 15.09.2022 e em sessão de assembleia municipal de 26.09.2022 foi aprovado o protocolo a celebrar entre o Município de Oliveira de Azeméis e o Rotary Club de Oliveira de Azeméis, que visa a cedência da sala polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro para a realização do programa Ciclo de Conferências “À conversa com...” 2022/2023; b) entretanto foi solicitada pelo Rotaract Club de Oliveira de Azeméis a mesma sala para tardes de sábado, com periodicidade bimestral, para a realização da iniciativa “Odisseias”; c) o Rotaract Club de Oliveira de Azeméis não tem personalidade jurídica, o que o impede de assinar qualquer protocolo; d) o Rotaract Club de Oliveira de Azeméis é um programa do Rotary Internacional e, por consequência, diretamente ligado ao Rotary Club de Azeméis; Propõe-se que se aprove um aditamento ao protocolo já celebrado no sentido de alterar as cláusulas primeira e segunda nos seguintes termos: **Cláusula Primeira - Objeto** (...) 2. Pelo presente Protocolo, o Rotaract Club de Oliveira de Azeméis compromete-se a organizar a iniciativa “Odisseias”, que será um ciclo de cinema e debate sobre temas da atualidade, com uma frequência bimestral, nos sábados à tarde, assim como a: - escolha dos temas e filmes das conferências; - divulgação da sessão através de cartazes afixados por Oliveira de Azeméis e das redes sociais (pré, durante e pós); - verificação do espaço e da funcionalidade dos materiais antes das sessões; - garantia com o cuidado e a conservação do espaço e dos equipamentos cedidos. (...) 4. Cabe ao Município de Oliveira de Azeméis colaborar na organização da iniciativa “Odisseias” através da: - cedência da sala polivalente da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro ao Rotaract Club de Oliveira de Azeméis bimestralmente aos sábados, em datas a agendar entre as partes, de acordo com a disponibilidade do espaço; - cedência, nessas datas, dos meios audiovisuais e multimédia (e.g., tela, projetor, colunas) da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro. **Cláusula Segunda - Comunicações** 1. Para efeitos do presente protocolo, todas as comunicações entre as partes deverão ser efetuadas por escrito, nomeadamente através de correio eletrónico, para os seguintes endereços: Rotary Club de Oliveira de Azeméis - João Rebelo Martins - [rebelomartins@portugalmail.pt](mailto:rebelomartins@portugalmail.pt); Rotaract Club de Oliveira de Azeméis - Sara Andrade - [rotaractoz1970@hotmail.com](mailto:rotaractoz1970@hotmail.com); Biblioteca Municipal Ferreira de Castro - Ana Borralho - [ana.borralho@cm-oaz.pt](mailto:ana.borralho@cm-oaz.pt).”.*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Existe um protocolo com o Rotary Club de Oliveira de Azeméis, para a cedência de um espaço, que é o auditório da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, para a realização de um sítio de conferências. “À conversa com ...” tem trazido ao nosso concelho figuras gratas, das mais variadas áreas de atividade e com a possibilidade de disfrutar, da sabedoria e da experiência de cada um desses convidados. Há também interesse, em estender essa iniciativa para uma outra iniciativa que se chama “Odisséias”. Julgo que vai precisar da autorização do espaço para sexta-feira e estamos aqui a fazer um aditamento. De alguma forma, contribui para Oliveira de Azeméis e que possam ser utilizados também neste espaço, nesse período. Onde se pretende promover um ciclo de cinema e debates sobre temas importantes e atuais.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número catorze à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== ***Ponto quinze: - Revogação da norma reguladora transitória da Biblioteca Municipal Ferreira de Castro (BMFC) referente a doações e legados - (I/7031/2023) - Aprovação;*** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - Decorre dos artigos 73.º e 78.º da Constituição da República Portuguesa, que todos têm direito à educação, cultura, fruição e criação cultural, assim como à defesa e valorização do património cultural; - Incumbe ao Estado, em colaboração com os agentes culturais, a democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso a todos os cidadãos à fruição e criação cultural, nos termos do disposto artigos 73.º e 78.º da Constituição da República Portuguesa; - A Biblioteca Municipal Ferreira de Castro assume como missão a promoção da educação, da cultura, da informação e do lazer em torno do livro e da leitura, de modo tendencialmente gratuito e universal, de acordo com os princípios consignados pelo Manifesto da UNESCO sobre Bibliotecas Públicas; - Todo o apoio que seja concedido à biblioteca, por particulares ou entidades coletivas, que permita promover boas práticas de gestão cultural, como é o caso de doações e legados de documentação, que possam enriquecer a coleção da BMFC e contribuir para as necessidades e interesses dos/as seus/suas utilizadores/as, é encarado na perspetiva da prossecução do serviço público; - Compete à Câmara Municipal, no âmbito da organização e funcionamento dos seus serviços e gestão corrente, aceitar doações e legados a benefício de inventário, e que as disposições referentes a esta matéria encontram-se estatuídas nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a qual aprova o Regime das Autarquias Locais; - As normas reguladoras transitórias da BMFC foram já convertidas em regulamentos, com a exceção da matéria referente a doações e legados (anexo I); - Sem prejuízo*

*das disposições estatuídas no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro (Regime Jurídico das Autarquias Locais), a Biblioteca Municipal Ferreira de Castro, no âmbito da implementação de um sistema de gestão que visa uniformizar os procedimentos e dotar de qualidade os serviços prestados à comunidade, encontra-se a aplicar instrução de trabalho que contempla, de forma clara, os procedimentos inerentes a esta matéria (anexo 2); Propõe-se: A revogação da norma reguladora transitória referente a doações e legados (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas); A remessa do mesmo para ratificação pela Assembleia Municipal.”* ===

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Eu vou tentar explicar. Nós temos um regulamento, que regula o funcionamento deste equipamento, com exceção dos mercados. Nós queremos uma instrução de trabalho que simplifique este processo de relações e de legados, permitindo que as pessoas, sobretudo vivos seja importante para a Biblioteca Municipal Ferreira de Castro ter uma gestão de trabalhos simples e permita a agilização desse processo.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número quinze à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dezasseis: - Normas do Circuito Concelhio de TrailRunning de Oliveira de Azeméis (I/7393/2023) - Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que:*  
*- Constituem atribuições do município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetivas populações, em articulação com as freguesias, nomeadamente no domínio dos tempos livres e desporto (art. 23.º n.º 1 e n.º 2 alínea f) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações);*  
*- Compete à câmara municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município, incluindo aquelas que contribuam para a promoção da saúde e prevenção de doenças (art. 33.º n.º 1 alínea u) e alínea k) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e posteriores alterações);*  
*- O Município de Oliveira de Azeméis, tem como objetivo primordial promover o aumento da prática regular da atividade física e desportiva da respetiva população. - Neste âmbito, as suas intervenções devem ser definidas com base numa articulação entre as entidades e as associações responsáveis pela dinamização e desenvolvimento do desporto. - O Circuito de TrailRunning de Oliveira de Azeméis, assume particular importância, não só para o desenvolvimento sustentado da prática da modalidade*



*desportiva extremamente popular, mas também, para o fomento do gosto pela prática da atividade física e do desporto em geral, através da conjugação de uma série de provas distribuídas de forma equilibrada no tempo e no espaço municipal. Assim, propõe-se a sua aprovação e que se remeta à Assembleia Municipal para os devidos efeitos: 1. Das “Normas de Participação do Circuito Concelhio de TrailRunning de Oliveira de Azeméis” (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas).”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Sobre a aprovação das Normas de Participação do Circuito Concelhio de TrailRunning de Oliveira de Azeméis, que visa promover a atividade física e o desporto, através de um conjunto de quatro provas concelhias. Os atletas têm de participar em três das quatro provas, para poderem aceder aos prémios, que são disponibilizados.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezasseis à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto dezassete: - Posturas de trânsito para diversas ruas de Oliveira de Azeméis e Santiago de Ribá-UI - União de Freguesias de Oliveira de Azeméis, Santiago de Ribá-UI, UI, Macinhata da Seixa e Madail (I/9730/2023) - Aprovação;** =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: - Que, nos termos da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, compete à Câmara Municipal, no âmbito do planeamento e desenvolvimento, “criar, construir e gerir (...) equipamentos, serviços, redes de circulação (...)” (art.º 33.º, n.º 1, alínea ee); - Que bem assim, também lhe compete “Administrar o domínio público municipal “, (art. 33.º, n.º1, alínea qq); - O pedido com o E/25172/2022 para a rua Dr. Domingos Nunes Delgado em Oliveira de Azeméis e aprovado pela UFOAZ a 03/11/2022; - O pedido e despacho por e-mail a 1/02 e 21/03 de 2022 respetivamente, para organizar o trânsito na bifurcação existente na rua Amândio Pereira Lucas - O. Az. - O pedido e despacho por e-mail a 1/02 e 14/02 de 2022 respetivamente, para ordenar o trânsito na Rua Prof.º João da Costa Santos - O. Az. - Com vista ao melhoramento do trânsito na zona de Lações de Cima. (Rua de Lações e arredores); - O parecer favorável da UFOAZ ao estudo de alteração à postura de trânsito para esta área e que se transcreve: “Encarrega-me o senhor presidente da UF prof Manuel Alberto informar que dá parecer favorável. No entanto, a implementação da postura deverá ocorrer após as melhorias previstas a nível da requalificação dos passeios na Avenida*

Francisco Tavares, que liga a zona das bombas de combustível até à Escola de Lações, assim como a requalificação da rua da Pedreira, pois o estado atual do seu piso, atualmente, não tem condições de trânsito automóvel; E para evitar conflitos na rua do Cimo da Aldeia em Santiago de Riba-Ul, com a ressalva de manter os dois sentidos na rua Germano da Silva; O melhoramento também para a área envolvente e Rua do Cruzeiro para uma maior fluidez de trânsito; com a escolha /aprovação do estudo n.º 2 pela UFOAZ; Pelo meu despacho dado por e-mail a 30/01/2023. Proponho: **OLIVEIRA DE AZEMÉIS**: 1. Sentido único na rua Dr. Domingos Nunes Delgado de Sul - Norte, entre as ruas Dr. Manuel Amador Valente e a Rua Dona Diva Abreu Freire; 2. Sentido único Sul - Norte, no troço nascente após bifurcação, da rua Amândio Pereira Lucas; 3. Aprovação de sinal B1 na Travessa João da Costa Santos, no entroncamento com a Rua Prof.º João da Costa Santos e 2 sinais B1 - Cedência de passagem, nos dois extremos da Rua Cesário Conde de Pinho; **ZONA DE LAÇÕES**: 4. Sentido único de Sul - Norte na Avenida Francisco Tavares, a seguir ao entroncamento com a Rua Conselheiro de Sul - Norte na Rua de Lações, a partir da Avenida Francisco Tavares até o entroncamento com a Rua da Comenda; 5. Sentido único de Norte - Nascente na Rua Conselheiro Eduardo Serpa Pimentel, a partir do entroncamento com a Rua Alípio Brandão, até ao entroncamento com a Av. Francisco Tavares; 6. Sentido único de Norte - Sul na Rua Alípio Brandão, a partir do entroncamento com a Travessa Alípio Brandão, até ao entroncamento com a Rua Conselheiro Eduardo Serpa Pimentel; 7. Sentido único de Norte - Sul na Travessa Alípio Brandão, a partir do entroncamento com a Rua de Lações, até ao entroncamento com a Rua Alípio Brandão; 8. Sentido único de Norte - Sul na Rua Presa do Arco, a partir do entroncamento com a Rua da Comenda, até ao entroncamento com a Travessa Alípio Brandão; 9. Sentido único de Nascente - Poente na Rua da Comenda, a partir do entroncamento (Nascente) com a Rua de Lações, até ao entroncamento com a Rua Presa do Arco e sentido Norte - Sul, a partir do entroncamento (Norte) com a Rua de Lações até ao entroncamento com a Rua Presa do Arco; 10. Sentido único de Nascente - Poente - Sul na Rua da Pedreira; **ZONA DA RUA DO CRUZEIRO**: 11. Sentido único na rua do Cruzeiro de Sul - Norte, desde o cruzamento com a Travessa do Cruzeiro até à rua Dr. Leopoldo Soares dos Reis e sentido único Norte - Sul, desde o entroncamento com a Rua Dr. Ernesto Soares dos Reis, até ao entroncamento com a rua Dr. Leopoldo Soares dos Reis; 12. Sentido único de Noroeste - Sudeste na rua Rodolfo F. A. Albuquerque; 13. Sentido único de Poente - Norte na rua Dr. José Lopes e Oliveira; 14. Sentido único de Sul - Norte na Travessa do Cruzeiro. **EM SANTIAGO DE RIBA-UL**: 15. Sentido único Sul - Norte na rua Cimo da Aldeia, desde o entroncamento com a rua Germano da Silva até ao cruzamento com a rua da Comenda de Cristo; 16. Sentido único de Nascente - Poente na rua João da Silva Correia. 17. A Sinalização vertical e horizontal necessária para a implementação de esta nova postura de trânsito. Na implementação da sinalização deve ser respeitado o Decreto Regulamentar n.º 22-A/98 de 1 de outubro, com as alterações introduzidas pelo Decreto Regulamentar n.º 41/2002 de 20 de agosto e pelo Decreto

Regulamentar n.º 2/2011 de 3 de março. Submeta-se à Assembleia Municipal para os devidos efeitos.” =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== Um conjunto de locais que estão identificados. Basicamente, é um conjunto de posturas de trânsito, que foram aprovadas na freguesia de Oliveira de Azeméis, que visam regular problemas de trânsito que existem. =====

===== Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezassete à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====

===== **Ponto dezoito: - Aquisição de serviços de confeção e fornecimento de refeições e fornecimento de fruta aos alunos do concelho de Oliveira de Azeméis (Proc. Nº 8/23 - PI/521/2023) - (I/10418/2023) - Assunção compromissos plurianuais, repartição encargos em mais do que um ano económico - Autorização;** =====

===== Pela Câmara Municipal foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando: 1. Que se torna necessário proceder à contratação de serviços para confeção e fornecimento de refeições escolares, e fornecimento de fruta escolar, para os anos letivos 2023/2024 e 2024/2025, nos termos da solicitação apresentada no pedido de aquisição - RQI n.º 404 (I/6418/2023). 2. Que o referido pedido de aquisição visa assegurar não só as necessidades dos jardins-de-infância e escolas do 1º ciclo, mas também as necessidades para as escolas do 2º, 3º ciclos e secundárias, dada a delegação de competências do Estado que transfere esta obrigação para o domínio da Câmara Municipal, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 56/2020, de 12 de agosto (procede à última alteração do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro), conforme já está a decorrer no presente ano letivo. 3. Que, à semelhança do contrato vigente (Proc. 35/22), pretende-se englobar num único procedimento a contratação das refeições para todas as escolas (JI, EB1, 2º, 3º ciclos e secundária), cuja confeção ocorrerá em unidades de produção, sitas nas sedes dos agrupamentos, em que as refeições a transportar para as escolas de cada agrupamento terão origem nas referidas unidades de produção de cada agrupamento. 4. Que, decorrente de um eventual retrocesso na pandemia Covid 19, irá manter-se, no presente procedimento, e no que respeita às refeições para o pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, o modelo de fornecimento de refeições em regime normal e regime de take-away, tendo em conta o previsto nas Orientações da DGEstE e da DGS para o ano letivo 2020/2021 - “(...) 10. Definir procedimentos para utilização

dos refeitórios, designadamente com as seguintes normas de funcionamento: a. (...) b. Prever a possibilidade de recurso a refeição na modalidade de take-away; (...)” 5. As orientações definidas pela Direção-Geral da Educação (DGE) para os refeitórios escolares, designadamente as *Orientações sobre Ementas e Refeitórios Escolares*, de julho de 2018, ISBN 978-972-742-415-3 Propõe-se a abertura de procedimento para contratação das seguintes necessidades: - **Lote 1 - Serviços de confeção e distribuição/entrega de refeições**, nos refeitórios escolares, devendo assegurar-se o estrito e rigoroso cumprimento da legislação aplicável em vigor, com vista a garantir uma alimentação completa, equilibrada e adequada às necessidades de toda a população escolar. - **Lote 2 - Fornecimento de fruta escolar**, tendo por base o Regime Escolar (Fruta e leite), com vista a promover hábitos de consumo de alimentos benéficos para a saúde das populações mais jovens e para a redução dos custos sociais e económicos associados a regimes alimentares menos saudáveis. Assim, e considerando: I. que, para efeitos de determinação do preço base do presente procedimento foi efetuada uma consulta preliminar nos termos do previsto no artigo 35.º-A, do CCP, tendo sido determinado pela unidade orgânica requisitante, a fixação do preço base com base na média dos preços, resultando assim:

<b>Serviço de confeção e fornecimento de refeições</b>	<b>Entidades</b>			<b>Média</b>	<b>QT estimada</b>	<b>Preço global (S/IVA)</b>
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>			
Número (estimado) de refeições transportadas JI+EB - 431 028	2,88€	3,15€	2,60€	<b>2,88€</b>	431028	1 239 923,88€
Número (estimado) de refeições transportadas take away - 46 800	3,60€	3,75€	3,15€	<b>3,50€</b>	46800	163 800,00€
Número (estimado) de refeições normais EBS - 771 264	2,88€	3,15€	2,75€	<b>2,93€</b>	771264	2 257 232,64€
Número (estimado) de reforços da manhã - 1 800	1,60€		2,20€	<b>1,90€</b>	1800	3 420,00€
Número (estimado) de pequenos-almoços - 1 800	1,60€		2,20€	<b>1,90€</b>	1800	3 420,00€
Número (estimado) de jantares - 1 800	6,45€		6,00€	<b>6,23€</b>	1800	11 205,00€
Número (estimado) de reforços da noite - 1 800	0,85€		1,00€	<b>0,93€</b>	1800	1 665,00€
					<b>1256292</b>	<b>3 680 666,52€</b>

<b>Fornecimento de fruta escolar</b>	<b>Entidades</b>				<b>Média</b>	<b>QT estimada</b>	<b>Preço global (S/IVA)</b>
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>			

Número (estimado) de peças de fruta a entregar JI e EB - 494 032	0,40€	0,50€	0,30€	0,20€	0,35€	494032	172 911,20€
--	-------	-------	-------	-------	-------	--------	-------------

II. que se prevê a distribuição do referido montante global do seguinte modo:

<i>serviços de confeção e distribuição/entrega de refeições</i>							
	<i>Ano letivo</i>	<i>regime fornecimento</i>	<i>N.º refeições</i>	<i>Preço unitário (s/ IVA)</i>	<i>Valor (s/ IVA)</i>	<i>Total (s/ IVA)</i>	
<i>pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico</i>	<i>2023-2024</i>	<i>2023</i>	<i>“normal”</i>	<i>73680</i>	<i>2,88€</i>	<i>211 952,80€</i>	<i>239 952,80€</i>
			<i>“take-away”</i>	<i>8000</i>	<i>3,50€</i>	<i>28 000,00€</i>	
		<i>2024</i>	<i>“normal”</i>	<i>139071</i>	<i>2,88€</i>	<i>400 060,91€</i>	<i>452 910,91€</i>
			<i>“take-away”</i>	<i>15100</i>	<i>3,50€</i>	<i>52 850,00€</i>	
	<i>2024-2025</i>	<i>2024</i>	<i>“normal”</i>	<i>78285</i>	<i>2,88€</i>	<i>225 199,85€</i>	<i>254 949,85€</i>
			<i>“take-away”</i>	<i>8500</i>	<i>3,50€</i>	<i>29 750,00€</i>	
		<i>2025</i>	<i>“normal”</i>	<i>139992</i>	<i>2,88€</i>	<i>402 710,32€</i>	<i>455 910,32€</i>
			<i>“take-away”</i>	<i>15200</i>	<i>3,50€</i>	<i>53 200,00€</i>	
<i>2º, 3º ciclos e secundária</i>	<i>2023-2024</i>	<i>2023</i>	<i>“normal”</i>	<i>131840</i>	<i>2,93€</i>	<i>385 851,73€</i>	<i>389 136,73€</i>
			<i>Reforço da manhã</i>	<i>300</i>	<i>1,90€</i>	<i>570,00€</i>	
			<i>Pequeno-almoço</i>	<i>300</i>	<i>1,90€</i>	<i>570,00€</i>	
			<i>Jantar</i>	<i>300</i>	<i>6,23€</i>	<i>1 867,50€</i>	
			<i>Reforço da noite</i>	<i>300</i>	<i>0,93€</i>	<i>277,50€</i>	
		<i>2024</i>	<i>“normal”</i>	<i>248848</i>	<i>2,93€</i>	<i>728 295,15€</i>	<i>734 865,15€</i>
			<i>Reforço da manhã</i>	<i>600</i>	<i>1,90€</i>	<i>1 140,00€</i>	
			<i>Pequeno-almoço</i>	<i>600</i>	<i>1,90€</i>	<i>1 140,00€</i>	
			<i>Jantar</i>	<i>600</i>	<i>6,23€</i>	<i>3 735,00€</i>	
			<i>Reforço da noite</i>	<i>600</i>	<i>0,93€</i>	<i>555,00€</i>	
	<i>2024-2025</i>	<i>2024</i>	<i>“normal”</i>	<i>140080</i>	<i>2,93€</i>	<i>409 967,47€</i>	<i>413 252,47€</i>
<i>Reforço da manhã</i>	<i>300</i>	<i>1,90€</i>	<i>570,00€</i>				

			Pequeno-almoço	300	1,90€	570,00€	
			Jantar	300	6,23€	1 867,50€	
			Reforço da noite	300	0,93€	277,50€	
		2025	“normal”	250496	2,93€	733 118,29€	739 688,29€
			Reforço da manhã	600	1,90€	1 140,00€	
			Pequeno-almoço	600	1,90€	1 140,00€	
			Jantar	600	6,23€	3 735,00€	
			Reforço da noite	600	0,93€	555,00€	
				1256292			3.680.666,52€

**fornecimento de fruta escolar**

		Ano letivo	N.º peças de fruta	Preço unitário (s/ IVA)	Valor(s/ IVA)
pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico	2023-	2023	89 824	0,35€	31 438,40€
	2024	2024	157 192	0,35€	55 017,20€
	2024-	2024	89 824	0,35€	31 438,40€
	2025	2025	157 192	0,35€	55 017,20€
			494 032		172 911,20€

III. que, nos termos do estabelecido no n.º 3 do artigo 39.º, da Lei n.º 24-D/2022, 30 dezembro (LOE 2023), foi aprovado o Plano de Atividades e Orçamento da Câmara Municipal relativo ao ano 2023, na Sessão Ordinária da Assembleia Municipal, de 07 de dezembro de 2022, não sendo aplicável a verificação do disposto no artigo 64º da Lei n.º 2/2020 de 31 de março (LOE 2020) V. que o valor referente ao ano 2023 encontra-se cabimentado na rubrica 020105, pela Proposta de Cabimento n.º 435. VI. que se trata de um encargo orçamental em mais de um ano económico, que não resulta, nos termos da alínea a), do n.º 1, do artigo 22º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho, de planos ou programas plurianuais aprovados, que não ultrapassa o prazo de execução de três anos, mas cujo valor excede o limite previsto na alínea b), do n.º 1, do artigo 22º, do referido diploma legal, de 99.759,58€ (noventa e nove mil, setecentos e cinquenta e nove euros e cinquenta e oito cêntimos), no ano seguinte ao da sua contratação. VII. que nos termos da regra geral de escolha do procedimento (prevista no artigo 18.º do CCP) e do valor máximo do benefício económico que pode ser obtido pelo adjudicatário com a execução do contrato a celebrar, de acordo com os limites ao valor do contrato constantes na alínea b), do número 1, do artigo 20.º do CCP, propõe-se a adoção de um concurso público com publicidade internacional. **Submete-se**

ao Órgão Executivo: **1)** Que aprove o pedido de aquisição - RQI n.º 404 (I/6418/2023), em anexo, para as quantidades e valores estimados apresentados pelo serviço requisitante; **2)** Que, para efeitos do n.º 2, do artigo 46º-A, do CCP, autorize a não subdivisão em lotes, dado que, apesar do valor estimado para o lote 1 - serviço de refeições ser de montante superior a 135.000,00€ (cento e trinta e cinco mil euros), a sua separação causaria graves inconvenientes para a entidade adjudicante pelas razões abaixo descritas, e ainda porque se poderão perder os efeitos da economia de escala. - grande probabilidade de gerar descontentamento entre a comunidade escolar, nomeadamente entre os encarregados de educação, que inevitavelmente procederiam a juízos comparativos, podendo alegar até eventuais desigualdades entre as refeições fornecidas aos alunos decorrente dos diferentes modos de preparação e confeção. - necessidade de afetação de um maior número de recursos para efeitos de gestão de mais do que um contrato, ou seja, em termos operacionais, de controlo e fiscalização, a necessidade de coordenar diferentes adjudicatários, exigiria um maior número de recursos no terreno para acompanhar e supervisionar a execução dos serviços, tornando-se, por isso, mais oneroso para o Município; **3)** Que, em cumprimento do estipulado no n.º 1, do art.º 67.º do C.C.P., sejam nomeados os elementos constitutivos do júri, sendo proposto, para o efeito, as seguintes pessoas: Presidente - Técnico Superior, NUNO MIGUEL SILVA TAVARES; 1ª Vogal - Técnica Superior, TELMA CASTRO ALVES RIBEIRO; 2ª Vogal - Técnica Superior, ELSA SUSANA DA COSTA FÉLIX; 1ª Suplente - Técnica Superior, IRINA MARIA GOMES ALMEIDA; 2º Suplente - Técnico Superior, SÉRGIO HENRIQUE OLIVEIRA BASTOS; 3ª Suplente - Assistente Técnica, SANDRA RAQUEL GONÇALVES FERNANDES. **4)** - Que autorize a delegação de competências para a realização de todas as formalidades procedimentais, no júri do concurso, em respeito pelo estipulado no art.º 109.º do CCP, com exceção, de acordo com o previsto no n.º 2 do art.º 69.º do C.C.P, da competência para a retificação das peças do procedimento, a decisão sobre erros ou omissões identificados pelos interessados e a decisão de adjudicação. **5)** - Que seja designado, nos termos previstos no n.º 1, do artigo 290.º-A do C.C.P., como gestora do contrato a Técnica Superior - Telma Ribeiro e, nas suas ausências, assumirá as funções de gestor do contrato o Técnico Superior - Nuno Tavares. **6)** - Que determine que se proceda à dispensa da realização do leilão eletrónico; **7)** - Que aprove o Programa do Concurso e Caderno de Encargos (documento esse que fica arquivado em pasta anexa ao livro de atas). **Propõe-se ainda que o Órgão Executivo submeta à autorização do Órgão Deliberativo: 1. os compromissos plurianuais, de acordo com os valores estimados acima indicados, nos termos e para os efeitos estatuídos no artigo 12º, do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho e posteriores alterações. 2. a repartição de encargos orçamentais em mais do que um ano económico, de acordo com os valores estimados acima indicados, nos termos do previsto no n.º 1, conjugado com o seu n.º 6, do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de junho.**” =====

=====O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar esclarecimentos. =====

===== A aquisição de serviços de confeção e fornecimento de refeições e fornecimento de fruta escolar, aos alunos do concelho de Oliveira de Azeméis, para os anos de 2023/2024 e 2024/2025. É importante termos a noção do que estamos a falar. Estamos a falar de 1251000 refeições. Estamos a falar de cerca 3.660 milhões de euros. Estamos a falar de um preço médio por refeição de cerca de 3 euros. =====

===== Aberto o período de inscrições, registou-se os pedidos de Ana Rita Costa e Helga Correia. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à deputada **Ana Rita Costa**, do PSD. =====

===== Caro Senhor Presidente e Senhores secretários da mesa da Assembleia. Caro Senhor Presidente da Câmara e restantes membros do executivo. Caros Deputados desta Assembleia. Comunicação social e demais presentes. A bancada do PSD vem mais uma vez demonstrar a sua preocupação, pela qualidade de refeições nas cantinas escolares. Encarregados de educação, pais, alunos e restante comunidade oliveirense continuam a manifestar o profundo descontentamento, pelo serviço prestado na confeção e distribuição das refeições escolares, em algumas escolas do concelho. Neste ponto, a bancada do PSD votará favoravelmente, uma vez que procura dar resposta ao serviço de distribuição das refeições escolares. No entanto, a proposta surge no seguimento das políticas de prestação de serviços, que têm sido desenvolvidas até aos dias de hoje. Ou seja, as refeições continuarão a ser asseguradas por IPSS do nosso concelho e por empresas privadas. O que nos leva a questionar sobre as medidas, que foram tomadas, para assegurar a melhoria do serviço prestado. Para além disso, a proposta que hoje vem a votação diz respeito ao ano escolar 2023/ 2024. O que nos leva a questionar também, sobre as medidas, que têm vindo a ser tomadas para colmatar as fragilidades do serviço de refeições, nas escolas do concelho no presente ano letivo. Na Assembleia Municipal de 27 de julho de 2022, a bancada do PSD não só alertou para a insatisfação manifestada pelos oliveirenses, sobre a qualidade das refeições prestadas, em algumas escolas do nosso concelho. Como apresentou uma proposta, que poderia constituir uma solução para este problema e que levaria a que saíssem beneficiados os alunos e entidades prestadoras deste serviço. Na referida Assembleia, a bancada do PSD sugeriu, que fosse aproveitada a capacidade instalada nas IPSS do nosso concelho. Um modelo de prestação de serviços, que tem assegurado a qualidade das refeições, em muitas das nossas escolas e que poderia ser alargado a todas. Ou a um maior número de escolas, garantido a qualidade das refeições e promovendo o desenvolvimento das próprias IPSS, que numa ação



concertada e apoiada pela Câmara Municipal, poderiam desenvolver esta resposta social. Em resposta à proposta do PSD, o Senhor Presidente assumiu o compromisso de analisar a viabilidade desta proposta afirmando e passo a citá-lo: “Que é um caminho que se pode analisar, que se pode perceber se existem condições. Parece-me que é tremendamente complexo, mas fica a sugestão e procuraremos estudá-la.” Assim, gostaríamos de questionar o Senhor Presidente da Câmara, se foram encetados esforços, junto das instituições do setor social do nosso concelho. Se houve alguma reunião, para analisar a disponibilidade destas instituições. Para saber, se existe ou não a capacidade instalada, assim como se estão disponíveis, para alargar o fornecimento a outras escolas. Ou se pelo contrário existem entraves ou constrangimentos a este alargamento. Gostaríamos de saber, se as IPSS e demais entidades foram envolvidas neste processo, foram ouvidas nesta matéria, para se poder pensar num plano de ação, que assegure a qualidade das refeições das crianças do nosso concelho. Muito obrigada. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====

===== Eu quero dar uns esclarecimentos mais afinados. Só para dizer, que as coisas existem é assim mesmo. Sempre que existem nós procuramos resolvê-las. Agora é evidente, que o ideal seria uniformizar a realidade daquilo que são os estabelecimentos de ensino. A questão das refeições, como disse são servidas por empresas, outras por IPSS e outras até são confeccionadas nos próprios estabelecimentos. Desejavelmente, o que nós gostaríamos era que as refeições fossem confeccionadas em todos os estabelecimentos. Que todos os espaços tivessem uma cozinha, que os produtos fossem produtos frescos comprados de preferência localmente. E que as refeições tivessem uma qualidade nutricional elevada. Aquilo que nós fazemos é um acompanhamento regular da qualidade das refeições, que são fornecidas pelas empresas, não só pelas IPSS. É um problema muito complicado, porque nós estamos a falar conforme eu disse, de 1251000 refeições. Transferir essa responsabilidade para as IPSS, que muitas vezes têm dificuldade com o pessoal que cozinha. É muito difícil, nem sei se as IPSS têm capacidade para aumentar exponencialmente as refeições que confeccionam. Depois há as questões ligadas aos transportes. Há várias questões.

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao **Senhor Vice-presidente da Câmara Municipal - Rui Luzes Cabral**, para prestar mais esclarecimentos. =====

===== Boa noite, mais uma vez. Sobre este assunto, que é um assunto muito correto em todos os ângulos. Eu gostaria também de saber quais são esses oliveirenses, que mostram esse descontentamento. Qual é a dimensão desse descontentamento. Se é generalizado e em que escolas. E se, da parte desse descontentamento há um acompanhamento dessas refeições, que são mal servidas, dessa qualidade para nós podermos comparar. E eu também gostaria obviamente,

*que em todas as nossas escolas pudéssemos, à maneira antiga termos 2 ou 3 senhoras, ou 7 ou 8, de acordo com a dimensão da escola, que pudessem cozinhar todos os dias. Ir ao saco das batatas, descascar as batatas para a sopa, essas coisas todas. Também gostaria, se não fosse possível isso, que todas as nossas escolas, não sendo possível as cozinheiras, estivessem entregues a uma IPSS local. E isso permitiria, se calhar também num senso geral poder-se-á dizer, que teríamos uma melhor qualidade nas refeições e iríamos ajudar também as IPSS que estivessem afetadas. E seriam precisas todas e mais algumas, neste concelho para a dimensão de todas estas refeições. Mas não é possível regressar às cozinheiras, porque isso não depende do concelho de Oliveira de Azeméis. Isso implicaria uma mudança estrutural da Educação, a nível do país, obviamente tinha que haver financiamentos, enquadramentos legais. Nós temos feito um caminho que, acho que tem sido interessante, que consigo introduzir algumas Juntas de Freguesia. A Junta de Freguesia de Loureiro é responsável pelas refeições do pré-escolar e dos alunos do 1º ciclo, que estão na Escola de Alumieira. Não daqueles, que estão no 1º ciclo, que estão na Escola EB 2, 3. Eu posso dizer que há um conjunto já significativo de refeições, que são cedidas por IPSS e pelas Juntas de Freguesia. Elas próprias muitas vezes têm dificuldade em assegurar essas refeições, com as pessoas que têm e também com as verbas que estão disponíveis. E por isso é que muitas dessas instituições nós negociamos. Recentemente, algumas das Juntas de Freguesia, alertaram para o facto de termos que rever os preços. O preço cobrado pelas refeições é insuficiente, perante as subidas de preços dos últimos anos. A todas essas questões que aqui enumerou é não. Nós não estamos em condições de propor a todas as IPSS do concelho este nível, desta dimensão. Não sei como vai ser daqui a uns anos, mas neste momento com o conhecimento que nós temos do território, partir para reuniões com as IPSS a questionar-lhes isso era um erro. Porque era criar uma expectativa, que é impossível nós neste momento, nos próximos anos letivos conseguirmos corresponder. Era de uma dimensão tal, que podia pôr em risco, isso sim, a qualidade e o serviço que estamos a prestar nas nossas cantinas. Posto isto, o que nós fazemos é um acompanhamento, tanto da Divisão de Educação, como a nível das escolas, com relatórios de todas as refeições que são servidas diariamente. E nós, quando temos algum problema tentamos resolvê-lo. Foi público, que há pouco tempo houve um problema na Soares de Basto de algumas refeições. São poucas, relativamente ao número de alunos que tem a Soares de Basto, que tem cerca de 1700 alunos e só 200, 300, 400 alunos é que diariamente se alimentam na cantina. Geralmente, quando se diz na generalidade que as refeições não são boas, é porque ocorreu uma má experiência durante alguns dias numa determinada escola. E quando as Associações de Pais reúnem comigo e dizem-me isso, muitas vezes numa reunião seguinte dizem assim: “Senhor Vereador, afinal nós fomos experimentar, fomos comer a algumas das cantinas, em que pensávamos que a refeição não era muito boa, porque os nossos filhos não gostavam disto, não gostavam daquilo. E afinal a refeição até é boa.” Geralmente vão de surpresa, qualquer encarregado de educação pode ir de surpresa a uma escola, num dia e pode comer. Não é feita uma refeição especial, para esse encarregado de educação comer. Eu posso lhe garantir, que as refeições servidas no nosso Município,*

*obviamente que há casos que não dignificam o que deve ser uma refeição. São casos esporádicos. E há alguns casos que se pode limitar a uma determinada escola, numa determinada semana. Não digo que não, mas nós prontamente tentamos resolver, posso lhe garantir que as refeições são na generalidade boas. Agora, se tem uma opinião também relativamente às refeições, que são servidas pelas empresas, que têm não sei quantos nutricionistas, que têm os índices todos. Obviamente, que eu prefiro comer uma refeição em minha casa, uma sopa feita por mim, que não tenha esses índices todos, que não tenha nutricionistas, mas que moralmente não é possível. Não sei se me estou a fazer entender. Nós temos que cumprir a legislação, mesmo que a refeição legalmente cumpra todos os requisitos, mas que pode não nos agradar no sabor ou na forma. Mas cumpre e que bases é que nós temos, para melhorar esse tipo de refeição. Há uma luta e haverá sempre uma luta, que nós temos de estar atentos, para que diretamente esta qualidade, que exista um equilíbrio, que possa de facto agradar. E queria deixar outra recomendação. Nós preocupamo-nos e bem com as refeições escolares. Mas eu faço um pedido aos encarregados de educação, às Associações de Pais, a toda a comunidade, que sensibilize e esteja atenta e alerta, para as refeições escolares, mas que estejam também atentos aos lanches que os pais colocam nas lancheiras e que os filhos levam para a escola. Que estejam atentos também às refeições que dão aos seus filhos, quando não estão em período escolar. Se nós estamos a proceder de uma forma nas escolas, gostaríamos que a comunidade nos ajudasse. E que a comunidade pudesse de forma estrutural e encarasse estas questões da alimentação, da vida saudável como algo integrado. Para que não se peça só à Escola, que eduque a este nível. E peço que, todos os agentes que estão na comunidade nos possam ajudar na escola, a criar toda esta dinâmica de boas refeições e equilíbrio saudável e psicológico para todos nós. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

*===== Muito obrigada Senhor Presidente. Só queria deixar aqui um registo ao Senhor Vereador, que é o seguinte. Registamos que, aquilo que foi a resposta na última assembleia, que discutimos este ponto, que ficaram de fazer o trabalho de casa e falar com as instituições, com as IPSS deste concelho. A pergunta que foi feita a resposta redonda foi não. Quer-se dizer que, aquela recomendação que foi feita pelos Vereadores do PSD e pela Assembleia Municipal do PSD, pelo Grupo Municipal do PSD, a autarquia limitou-se a nem ouvir, nem questionar as IPSS do concelho. Dizer Senhor Vereador, que muitas das vezes nós entendemos que os filhos e os pais podem. Nós temos em casa uma refeição que nos agrada mais. É como eu ir comer à cantina no Parlamento, ou ir comer a um restaurante que habitualmente não vou. Pedir aos pais, que obriguem os filhos a comer na cantina. Entendo que seja importante, que os pais alertem os filhos, para que temos de comer fora de casa. Mas é importante também perceber, se essa refeição, e deu-me a entender na intervenção do Senhor Vereador, que aquilo que os pais falam ou que vão*

*fazendo chegar aos Grupos Municipais. E também já fizeram chegar ao Senhor Vereador, que acabou por desvalorizar na sua intervenção, as reclamações de alguns pais, em detrimento daquilo, que neste caso esta a ser as refeições ou por IPSS ou pelas empresas. Deu a entender, é esta a minha perceção da sua intervenção. Dizer que acho que é importante isso, mas também é importante, que para além daquilo que é possível eles irem e verem as refeições. É também a autarquia fazer esse trabalho de casa e acompanhar. E relativamente às IPSS dizer, que era importante e elas têm uma sobrecarga e muitas das vezes têm as questões que falou aqui. De não terem as cozinheiras sempre disponíveis, mas acho que era importante, aquilo que fica como compromisso da autarquia, de fazer e de falar naquilo que são as Assembleias Municipais. Que realmente sejam encetados os esforços, no sentido de dar cumprimento e não simplesmente vir aqui dizer não. Não foi feito. Não falámos com essas entidades. Muito obrigada. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Vice-presidente da Câmara Municipal - Rui Luzes Cabral**, para prestar mais esclarecimentos.*

*===== A Helga Correia interpretou mal. Nós, responsabilmente comprometemo-nos a estudar a situação e foi isso que fizemos. Se esteve atenta à minha intervenção eu disse isso. Nós já não partimos para essas reuniões com as IPSS. Porque o estudo que fizemos internamente, o conhecimento que temos, não nos permitiu criar essas expectativas nas IPSS. Foi isso que eu disse e, portanto, nada mais do que isso. E penso que a minha intervenção foi clara. Não escondi, que possa existir algum problema nas refeições. O que eu disse é que, não se pode tomar um caso particular, ou alguns casos particulares pelo todo. Há problemas que na generalidade estamos a cumprir e a acompanhar piamente, aquilo que são as refeições nas nossas IPSS. Eu ainda na última reunião de Câmara elenquei um conjunto de IPSS e Juntas de Freguesia, que estão neste momento a prestar. Não vou estar novamente a enumerar, para não vou prolongar esta Assembleia. Posso lhe fazer chegar essa informação, se quiser. Da quantidade, já há uma dimensão considerável, entre IPSS e Juntas de Freguesia, que todos os dias estão com este serviço de confeção de refeições, para as nossas crianças. Acho que fui claro e objetivo. Não estando aqui com segundas intenções, é simplesmente a referir aquilo que acontece. E a pedir, para que nos ajudem nesta sensibilização também, para uma alimentação saudável. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para prestar mais esclarecimentos. =====*

*===== Posso dar uma informação, que eu acho que é interessante. Nós estamos a desenvolver um projeto que é muito interessante. Eu espero que venha a produzir resultados importantes, em termos de ganhos de saúde, de objetivos para a população oliveirense. É um*

*projeto segmentado, onde nós vamos procurar chegar a todas as camadas, a todas as faixas etárias da nossa população. E aquilo que nós pretendemos é para além, obviamente de intervirmos na comunidade escolar, nas questões ligadas ao tabagismo, ao alcoolismo. Olhar também para essas questões dos hábitos alimentares saudáveis, combate ao sedentarismo, à obesidade, seja ela juvenil seja obesidade adulta. Combatermos também as causas das doenças cardiovasculares, que são particularmente graves no nosso território e no nosso país. Aquilo que nós queremos é com a autoridade local de saúde criar um programa, semelhante àquele que nós fizemos com uma prescrição de caminhos. Caminhos urbanos e que daqui para a frente, se consiga monitorizar os ganhos de saúde da nossa população. Aquilo que nós fazemos hoje é que, quando confrontados com os problemas, nós receitamos fármacos, receitamos químicos. Aquilo que nós queremos fazer é, evitar a necessidade de fazer esse tipo de prescrição. E termos a possibilidade de combater coisas como a diabetes, através de um programa de incentivo à atividade física. Nós podemos ter refeições muito ricas nas nossas escolas, se depois os pais não tiverem essa preocupação nas suas casas, esse trabalho acaba por não ter o efeito que todos nós desejaríamos. E, portanto, também vamos fazer uma intervenção profunda dos hábitos alimentares das famílias. Vamos disponibilizar nutricionistas, para que sejam prestadas consultas nos nossos centros de saúde, aos agregados familiares, de maneira a termos famílias mais saudáveis. E poderemos daqui por 20 ou 30 anos percebermos, que tivemos em função da missão que tivemos nestes programas, ganhos efetivos de saúde na nossa população. E poderemos dizer daqui a 20 ou 30 anos dizermos, que efetivamente temos muito menos pessoas com problemas de diabetes, com problemas de obesidade, com problemas cardiovasculares, etc. Resultado de sedentarismo, obesidade, hábitos alimentares errados, dietas erradas. É um projeto inovador, que poderá produzir resultados muito interessantes, se tivermos capacidade para implementar o processo. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezoito à votação tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada. =====*

*===== **Ponto dezanove: - Moção - apresentada pelo PSD - Requalificação da Linha do Vouga - Um investimento para 100 anos (I/5147/2023) - Aprovação;** =====*

*===== Moção sobre a requalificação da Linha do Vouga - Um investimento para 100 anos. Os Vereadores do Partido Social Democrata propõem à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis que: - Seja deliberado recomendar ao Governo a reconversão da linha sem necessidade de mudança de comboio em Espinho; - Seja remetida a presente moção à Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis para aprovarem e também deliberar no mesmo sentido; - Seja remetida a presente moção às Câmaras Municipais e Assembleias Municipais de São João da Madeira, Santa Maria da Feira, Vale de Cambra, Arouca e Espinho, para que aprovem também deliberar no mesmo sentido, reforçando assim a luta pelo projeto de requalificação e modernização da Linha*

*do Vouga e conseqüente inclusão na Linha do Norte; - Seja igualmente remetida a Suas Excelências, o Senhor Presidente da República, o Senhor Presidente da Assembleia da República, ao Governo e aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República.*” =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD.* =====

===== *Muito obrigada Senhor Presidente. Nós, não somos os autores da proposta, somos o partido autor. Os autores foram os Vereadores Municipais. No âmbito da moção apresentada, pelos Vereadores do PSD dizer em primeiro lugar que, a bancada do Partido Social Democrata acompanha as preocupações demonstradas pelos Vereadores do PSD na Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis na moção apresentada a esta Assembleia Municipal, nomeadamente as preocupações em defesa da reabilitação da Linha do Vouga. E de uma linha que sirva os interesses das populações e que funcione como elemento de coesão da Área Metropolitana do Porto. Dizer que, ao longo desta década têm sido feitos vários estudos de procura e estudos de viabilidade económica da Linha do Vouga. As autarquias têm vindo a ser ouvidas, tendo os autarcas nalguns momentos defendido posições ligeiramente diferentes das que defendem hoje, mas é natural que as posições evoluam face aos momentos. Aqui saúdo essa mudança de posição que vai de encontro aos anseios da maior parte da população dos municípios envolvidos no sentido de termos uma linha moderna, rápida e que faça um serviço de proximidade com a ligação direta o Porto. Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, termina amanhã, dia 28 de fevereiro, a discussão pública do plano ferroviário nacional 2050. Oliveira de Azeméis faz parte, assim como São João da Madeira, Santa Maria da Feira - da Área Metropolitana do Porto. Como municípios integrantes da mesma área estes concelhos situados a sul da Área Metropolitana precisam de estar integrados no sistema de mobilidade metropolitano. Para tal seria necessário estarmos em pé de igualdade em termos da mobilidade urbana entre todos os municípios da mesma área metropolitana. O que não acontece e já deveria estar a acontecer. Manter a bitola métrica no distrito de Aveiro pode vir a representar um retrocesso, na medida em que torna a Linha do Vouga numa ilha ferroviária, sem possibilidade de integração de uma grande parte dos concelhos a sul desta Área Metropolitana do Porto no sistema de mobilidade metropolitano. A não ser que se crie uma solução, como aquela que existe na estação de Aveiro com a Linha do Vouga a parar lado a lado com a Linha do Norte. Ademais, pergunto se nesta solução apresentada no Plano Ferroviário Nacional foi tido em conta a construção da linha para o TGV? Com esta construção vão surgir novas oportunidades na Linha do Norte. Isto é, vai haver um espaço na Linha do Norte para a circulação de outras composições. Foi tida em conta esta questão? Não sabemos. Importa referir que, não podemos continuar a perder a competitividade ao nível da mobilidade como temos perdido até aqui. Fazemos parte da Área Metropolitana do Porto, mas não estamos a usufruir dos mesmos benefícios de mobilidade dos concelhos dessa mesma grande área. Para concluir,*

*algumas notas que nós entendemos importantes. Uma primeira nota para reafirmar que, precisamos de uma solução rápida, com horários adaptados e cadenciados à procura da região, de uma solução que nos ligue diretamente ao Porto e que sirva o interesse das populações. A solução existente na Linha do Vouga tal e qual está não serve a população do concelho de Oliveira de Azeméis. Mais do que planos necessitamos de soluções que liguem diretamente a Linha do Vouga à Linha do Norte, por forma a servir os cidadãos e as populações dos concelhos a sul da Área Metropolitana, por forma a aumentar a competitividade desta nossa região. A solução passa apenas pela alteração da bitola métrica para bitola ibérica? Pode não passar, mas parece aos Vereadores do PSD de Oliveira de Azeméis que esta será a solução que melhor defende os interesses dos oliveirenses. Poderá, como referi anteriormente, passar por uma solução idêntica à que acontece na estação de Aveiro? Poderá passar, também não sabemos. Importa é que a solução encontrada não nos coloque numa ilha ferroviária sem uma solução rápida, cómoda, direta, com horários cadenciados, com tarifário igual aos restantes concelhos da Área Metropolitana e que finalmente os oliveirenses possam estar integrados no sistema Andante existente nos restantes concelhos da Área Metropolitana de que também fazemos parte e continuamos a não ter essa acessibilidade. Não somos obtusos nas nossas tomadas de posição e estamos disponíveis para acompanhar uma solução que defenda os interesses e a aproximação dos oliveirenses à Área Metropolitana do Porto. Esta é uma matéria que nos deve convocar a todos. A decisão governativa para a Linha do Vouga vai impactar as futuras gerações. Esperamos, que o Governo, seja capaz de olhar para os concelhos a sul da Área Metropolitana do Porto com a atenção que eles merecem. E esperamos que os autarcas e em especial a Autarquia de Oliveira de Azeméis, tenham pulso firme em defesa do interesse das suas populações e em interesse da nossa linha. Muito obrigada. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao deputado **Bruno Aragão**, do PS. =====*

*===== Muito obrigado Senhor Presidente. Apesar de estarmos praticamente no último ponto, cumprimento-o com o mesmo calor. E cumprimento o Senhor Presidente da Junta de Loureiro agradecendo-lhe porque, se não fosse o lanche inicial, certamente hoje estávamos um pouco mais irritados pela fome. Queria também agradecer ao PSD a oportunidade de discutir esta moção e à intervenção da Senhora Deputada Helga Correia, sobretudo pela forma como procuramos refletir sobre uma questão que é bastante complexa. E a abertura que também demonstrou, e muito bem, para que possamos chegar a uma solução que seja aquela que serve o Município de Oliveira de Azeméis e o conjunto dos municípios. Aproveitando essa oportunidade, eu propunha, havendo essa disponibilidade, que nós pudéssemos fazer algumas alterações à moção que aqui apresentam. E apresentarei essas soluções: Indo ao encontro das preocupações, que muito bem aqui demonstrou, sobre alguma indefinição das melhores soluções que nós*

*podemos encontrar para esta linha. Uns, poderão optar mais ou preferir mais uma coisa e, outros, mais outra. No fundo, temos todos alguma dificuldade nesta dimensão técnica. Acho que não devemos fechar nenhuma possibilidade. E por isso a proposta que eu fazia era que pudéssemos ter essas alterações. Sobretudo, porque uma das preocupações que o PSD, e bem, elencava era a preocupação de nós podermos ter uma posição conjunta também com os outros municípios. Por isso, a moção tinha uma alínea deliberativa, que propõe que os municípios contíguos a norte possam tomar uma posição idêntica. Acontece que, as Assembleias Municipais nesses municípios já aconteceram, em Santa Maria da Feira no dia 17, em São João da Madeira no dia 23. Eles próprios já aprovaram moções sobre a mesma linha. O que eu procurei ver foi em que tons ou em que termos essas deliberações foram aprovadas para que, no âmbito da região e dos concelhos, nós possamos ter também essa voz unânime mais forte que, na verdade, nos protege a todos sobre uma linha que nós consideramos essencial. Se estiverem disponíveis para essa proposta e se o Senhor Presidente permitir, eu fazia essa apresentação, mas distribuindo um exemplar para cada um para facilitar. O que eu procurei fazer foi manter a proposta que o PSD tinha. Fui aproveitando o texto e, depois, fui introduzindo algumas questões mais, densifiquei um pouco e a parte deliberativa é que é um pouco diferente procurando ir ao encontro que os outros municípios também aprovaram. Eu coloquei em itálico aquilo que nós acrescentámos. O primeiro parágrafo, está igual. Não coloquei o vosso segundo parágrafo. Depois voltei a colocar o que estava. Aquele primeiro ponto coloquei-o num ponto, onde diz: “Trata-se de uma linha que serve a norte.” E introduzi um segundo ponto, sobre uma realidade, que eu acho que para nós é absolutamente fundamental. É a possibilidade desta linha na sua parte mais central fazer a conexão entre zonas industriais, que tem já uma forte relação entre si. E que pode ficar ainda mais potenciada, se nós considerarmos a Zona Industrial da Corujeira, a Zona Industrial de Rio Meão, ambas em Santa Maria da Feira. A Zona Industrial do Orreiro, em São João da Madeira. A própria Zona Industrial de Oliveira de Azeméis e de Santiago de Riba-Ul ou a nova Zona Industrial de Travanca, porque a linha passa muito perto de lá. A Zona Industrial de Albergaria-a-Velha. Todas estas zonas industriais estão conectadas por esta linha, ainda que os apeadeiros não tenham sido feitos e criados nesta lógica. Mas é para nós e para o conjunto destes municípios um eixo absolutamente fundamental, que eu acho que nós devemos de considerar. Depois, continuei com o texto e acrescentei na parte final desse parágrafo apenas uma especificidade em relação a Oliveira de Azeméis. Onde diz: “particularmente Oliveira de Azeméis, que sendo um concelho fronteira da Área Metropolitana do Porto”. Porque na verdade nós temos um concelho que, é o último da Área Metropolitana do Porto, está numa zona de fronteira do que serão um dia, caso venham a ser criadas as regiões-quadro, a zona norte e zona centro. E esta ligação à parte norte do que é hoje a comunidade intermunicipal da região de Aveiro, onde nós temos a sede do Pólo Universitário que nós entendemos que devemos expandir para um número de alunos que o torne no maior a seguir à sede. É para nós também uma realidade muito importante. Depois continuei com o texto e acrescentei só aquele ponto. Acrescentei-lhe o texto que já vinha e na última parte onde diz:*



*“não investir na Linha do Vouga é ignorar uma enorme importância”. Isto já está, acrescentei só o eixo Albergaria / Oliveira de Azeméis / São João da Madeira / Santa Maria da Feira, por ser o eixo industrial que caracteriza esta zona. Vale de Cambra não tem ligação a esta linha, terá depois outro tipo de ligação que um dia venha a ser pensada. Depois continua com o texto que já vinha. Depois novamente também com o texto que já vinha. E depois na parte deliberativa, que é aquela que começa assim: “a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre imperiosa necessidade de requalificação integral da Linha do Vouga delibera:”. E aqui baseei-me no que aprovou São João da Madeira e no que aprovou Santa Maria da Feira, sobretudo São João da Madeira que o texto inicial também era do CDS e do PSD e depois acabou por ser aprovado por unanimidade, quer em São João da Madeira, quer também em Santa Maria da Feira. O de Santa Maria da Feira é muito reduzido. Deliberativamente, eles dizem apenas: “delibero apresentar a moção que recomenda ao governo a modernização e requalificação da linha ferroviária ao centro da Área Metropolitana do Porto de maneira eficaz, eficiente e sustentável”. Não dizem mais do que isso. Em São João da Madeira, têm uma redação semelhante à que eu optei aqui. No primeiro ponto, exigir a definição e execução de um plano que, no imediato e garantindo o pleno aproveitamento da execução dos fundos inscritos no quadro comunitário de apoio PT30 e sendo necessário o seu reforço financeiro, assegura redução de tempos de viagem, a modernização da bilhética, a inclusão no sistema Andante, a reabilitação dos apeadeiros, a substituição de material circulante, a eletrificação da linha, a realocação de apeadeiros em função da procura atual e as necessárias correções ao traçado. No segundo ponto, exigir que seja assegurado um modo de acesso ao Porto mais rápido e mais confortável. Este texto está baseado na deliberação ou na moção que a Associação de Municípios Terras de Santa Maria aprovou, menos esta parte que eu acrescentei: “preferencialmente direto, que resulte de um estudo técnico, detalhado e minucioso a realizar no imediato. Compreenda todas as soluções técnicas em cima da mesa, sem excluir a conectividade com a nova linha de alta velocidade prevista no Plano Ferroviário Nacional. E a avaliação dos impactos ambientais e sociais inerentes às alternativas possíveis”. E acrescentei este específico nosso, exigir que nas soluções que venham a ser adotadas, se tenha em forte consideração os seguintes aspetos. Aspetos que são particularmente relevantes para a situação geográfica de Oliveira de Azeméis como um concelho de fronteira com o que é a Área Metropolitana e o seu centro nevrálgico. E com o que é uma parte do que será uma futura região centro com a ligação a Aveiro, onde nós temos uma fortíssima relação com a universidade. E, portanto, acrescentei: “que essas soluções tenham em consideração os seguintes aspetos: A condição especial da Linha do Vouga como ligação à Área Metropolitana do Porto e à região de Aveiro. A sua condição de ligação entre estas duas NUTS e a relação entre os diferentes territórios abrangidos. O eixo conectado pela Linha do Vouga que gera uma profunda relação económica nos municípios da região a sul da Área Metropolitana e a norte da região de Aveiro gerando um dos maiores clusters industriais do país. E, por fim, a existência de um relevante Pólo da Universidade de Aveiro cuja expansão é fundamental para o potencial industrial dos municípios*

*de Oliveira de Azeméis, São João da Madeira, Santa Maria da Feira e Vale de Cambra também, ainda que não seja servido diretamente pela linha. E a importância da sua conexão com o Pólo-Sede da Universidade de Aveiro.” Depois, faltou, por lapso, as entidades para quem nós devíamos enviar isto. Concordo com todas as que tinham. Acrescentaria também a Área Metropolitana, a CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro e os municípios que ficam a sul, sobretudo Albergaria, porque é aquele que mais impacta aqui, mas também Aveiro e Águeda porque de alguma forma entram dentro desta reflexão. Esta era a proposta que eu fazia, se vos parecer bem, se vos parecer sensata? Procuraria, no fundo, também, ir ao encontro do que a Senhora Deputada tinha dito: “às vezes nós não sabemos se a melhor solução é em Aveiro fazer uma ligação deste tipo ou no Porto fazer uma ligação daquele.” Temos alguma convicção daquilo que pode ser mais interessante. E há uma coisa que sabemos e temos a certeza. A linha tem um potencial enorme que hoje já ninguém duvida. Temos toda a capacidade para aumentar o número de passageiros para mais do dobro do que a linha hoje tem. E, sobretudo temos muita capacidade de podermos criar novas sinergias, sobretudo se pensarmos também neste eixo industrial que eu acho que é, se calhar, a grande marca desta linha. Mas, na verdade, esta é uma linha que toca nos seus vários pontos em concelhos que representam talvez 8% do PIB nacional. É uma linha que tem um potencial muito relevante e era a proposta que eu fazia e que deixava à consideração das Senhoras e dos Senhores Deputados. Muito obrigado Senhor Presidente. =====*

*===== Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

*===== Aqui chegados, tinha duas questões: Se os subscritores da proposta PSD se sentem confortáveis nesta proposta mais abrangente, tendo em conta que a proposta está vertida nesta proposta mais ampla. E pergunto depois aos outros Grupos Municipais, se estariam em condições de aprovarmos, eventualmente, por unanimidade, esta proposta. Seria uma proposta abrangente de todos os Grupos Municipais de Oliveira de Azeméis. Queria ouvir os subscritores da primeira proposta e depois, se os outros Grupos nada dissessem vai à votação. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD. =====*

*===== Senhor Presidente. Eu ia pedir uma interrupção de 5, 10 minutos, porque estamos a conhecer a Proposta do Partido Socialista. Queríamos analisar com a devida ponderação porque isto é uma matéria, como eu disse na minha intervenção, que nos convoca a todos. E para não estarmos a tomar decisões precipitadas, interrompíamos os trabalhos, fazíamos uma pausa, para tomarmos uma decisão, no sentido de chegarmos a um consenso para deliberarmos por unanimidade. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia interrompeu os trabalhos pelo período de 10 minutos, para conferência de líderes.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia retomou os trabalhos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra à deputada **Helga Correia**, do PSD.* =====

===== *Muito obrigada Senhor Presidente. Apenas dizer, que o Grupo Municipal do PSD de Oliveira de Azeméis, acolhe as propostas sugeridas pelo Partido Socialista. Apenas dizer que, na resolução e já tive oportunidade de conversar com o líder de bancada do PS. Na primeira deliberação: “Exigir a definição, execução de um plano que no imediato e garantindo pleno aproveitamento de execução dos fundos inscritos no quadro comunitário do apoio PT2030. E se necessário o seu reforço financeiro assegure nomeadamente”. Acrescentaríamos nomeadamente. “A redução de tempos de viagem, maior cadênciã horária, a modernização da bilhética”. E por aí fora. Tínhamos esta sugestão, para incluir e assim podermos ter um documento único desta Assembleia. Muito obrigada.* =====

===== *Deste modo, a proposta ficou com a seguinte redação: **Ponto dezanove: - Requalificação da Linha do Vouga - Um investimento para 100 anos - Aprovação:** “A Linha do Vouga apresenta um historial digno de registo: assegurava, nos tempos áureos da ferrovia, a ligação à Linha do Norte, em Espinho, e à Linha do Dão, em Viseu, numa extensão de 140 km. Atualmente a exploração da linha faz-se em 97 km, em dois ramais distintos - Aveiro/Águeda e Espinho/Santa Maria da Feira/São João da Madeira/Oliveira de Azeméis/Albergaria-a-Velha, assumindo-se como uma referência estratégica para o desenvolvimento da região. Atualmente, há o entendimento unânime, quer no Entre Douro e Vouga, quer na Área Metropolitana do Porto, de que a Linha do Vouga continua a ser um recurso estruturante para a região, mas um recurso que está subaproveitado: Trata-se de uma linha que serve, a norte, um eixo urbano, compreendido entre os concelhos de Oliveira de Azeméis e Espinho, passando por São João da Madeira e Santa Maria da Feira, com mais de trezentos mil habitantes, num dos eixos mais industrializados do país; Trata-se de uma linha que, na sua parte mais central, faz a conexão entre importantes zonas industriais, como a Zona Industrial da Corujeira e a Zona Industrial de Rio Meão, em Santa Maria da Feira, a Zona Industrial do Orreiro, em São João da Madeira, a Zona Industrial de Oliveira de Azeméis e Santiago-de-Riba-Ul e a Zona Industrial de Travanca, em Oliveira de Azeméis, e a Zona Industrial de Albergaria-a-Velha. Estas zonas industriais têm hoje uma relação entre si, cujo potencial económico pode ser ainda mais potenciado e consolidado. A modernização e requalificação da Linha do Vouga é um desejo antigo e legítimo das populações por ela servidas já que, revalorizada, será um elemento de coesão da Área Metropolitana do Porto (AMP). De*

*facto, neste momento, verifica-se um desequilíbrio entre o norte e o sul da AMP, uma vez que os concelhos de Oliveira de Azeméis, São João da Madeira e Santa Maria da Feira se veem privados de uma ligação eficaz ao Porto, o coração da Área Metropolitana. Particularmente Oliveira de Azeméis que, sendo o concelho de fronteira da AMP, sente notadamente esta realidade. A requalificação deste percurso permitirá encurtar tempos de acesso e trará, à AMP, maior sentido de coesão e integração. Tal como consta do Plano Ferroviário Nacional, a Linha do Vouga será a única do país a manter a bitola métrica, de difícil compatibilização, se não mesmo incompatível, com toda a restante rede ferroviária nacional. A manter-se esta opção, a ligação direta ao Porto pode afigurar-se como uma solução tecnicamente difícil, ainda que existam soluções tecnológicas, em termos de material circulante, que o permitam. Não investir na Linha do Vouga é ignorar a enorme importância de uma vasta região, com grande peso na economia do nosso país, pois o eixo Albergaria-a-Velha/Oliveira de Azeméis/São João da Madeira/Santa Maria da Feira é fortemente industrializado e essencialmente exportador, pelo que é, efetivamente, do ponto de vista económico, um dos mais significativos e de maior peso de Portugal. O exemplo da operação de reabilitação na ligação ferroviária a Guimarães deve ser considerado na solução a encontrar para a Linha do Vouga, pois o investimento naquela ligação permitiu que, em oito anos, o serviço passasse de trezentos mil para dois milhões de passageiros, ainda que o tempo de serviço não se tenha reduzido significativamente. Uma vez apresentado o projeto do Plano Ferroviário Nacional pelo Governo, encontrando-se em discussão pública, torna-se urgente o Município de Oliveira de Azeméis, através dos seus órgãos autárquicos, pronunciar-se. Assim, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a imperiosa necessidade de requalificação integral da Linha do Vouga, delibera: Exigir a definição e execução de um plano que, no imediato, e garantindo o pleno aproveitamento e execução dos fundos inscritos no quadro comunitário de apoio PT 2030 e, se necessário, o seu reforço financeiro, assegure, nomeadamente, a redução de tempos de viagem, maior cadência horária, a modernização da bilhética, a inclusão no sistema Andante, a reabilitação dos apeadeiros, a substituição do material circulante, a eletrificação da linha, a realocação de apeadeiros em função da procura atual e as necessárias correções do traçado. Exigir que seja assegurado o modo de acesso ao Porto mais rápido e confortável, preferencialmente direto, que resulte de um estudo técnico detalhado e minucioso, a realizar no imediato, compreendendo todas as soluções técnicas em cima da mesa, sem excluir a conectividade com a nova linha de alta velocidade, prevista no PFN, e a avaliação dos impactos ambientais e sociais inerentes às alternativas possíveis. Exigir que nas soluções que venham a ser adotadas, se tenha em forte consideração os seguintes aspetos: A condição especial da Linha do Vouga, como ligação à Área Metropolitana do Porto e à Região de Aveiro, a sua condição de ligação entre estas NUT e a relação entre os diferentes territórios abrangidos; O eixo industrial conectado pela Linha do Vouga que gera uma profunda relação económica nos municípios da região a sul da Área Metropolitana e a norte da Região de Aveiro, gerando um dos maiores clusters industriais do país; A existência de um relevante polo da Universidade de Aveiro, cuja expansão é*

*fundamental para o potencial industrial dos municípios de Oliveira de Azeméis, São João da Madeira, Santa Maria da Feira e Vale de Cambra, e a importância da sua conexão com o polo-sede da Universidade, em Aveiro. Remeter a presente moção a S. Exa. o Sr. Presidente da República, S. Exa. o Sr. Presidente da Assembleia da República, ao Governo, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, à Área Metropolitana do Porto, à Comunicada Intermunicipal da Região de Aveiro, aos Municípios de Águeda, Albergaria-a-Velha, Aveiro, Espinho, Santa Maria da Feira e São João da Madeira. Oliveira de Azeméis, 27 de fevereiro de 2023. A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis.”* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número dezanove à votação, tendo sido aprovado por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto vinte: - Designação de membro da Assembleia de cada partido para o Júri do Prémio Cidadania (artigo 6º, nº 1, do Regulamento Prémio Municipal de Cidadania).** =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal colocou o ponto número vinte à votação, tendo sido designado por unanimidade os seguintes Membros da Assembleia para a constituição do júri do Prémio Cidadania: António Pinto Moreira, do CDS-PP; Rudolfo Ventura Rodrigues, do CH; Francisco José Gomes da Silva, do PSD; Daniela Patrícia Oliveira da Silva, do PS; Alcino da Silva Martins, do B.E..* =====

== **2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 23º DO REGIMENTO)** ==

===== *Aberto o período de inscrições, registou-se o pedido de inscrição dos munícipes Nuno Correia e Óscar Oliveira.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Nuno Correia, residente em Macieira de Sarnes.* =====

===== *Boa noite a todos e a todas. Chamo-me Nuno Correia e não Nuno Pereira e resido em Macieira de Sarnes. Venho aqui falar de um problema, que me parece merecer a vossa atenção. Em Macieira de Sarnes é preciso valorizar os espaços verdes existentes, de modo a contribuir para bem-estar dos habitantes e a criar condições, de até atrair outras pessoas à freguesia. Certamente ajudaria no desenvolvimento do comércio local. A exemplo desta necessidade o Parque da Vessada, que continua sem qualquer intervenção. Apesar de promessas, de o tornar num espaço de lazer com parque de merendas, que proporcionasse o convívio de famílias, podendo ainda permitir, a instalação de equipamentos para a atividade das crianças. Percebe-se que cada executivo escolhe as suas prioridades, mas não se compreende, que não haja*

*empenho e iniciativa, para aproveitar o que está mesmo ao pé de nós, quase a reclamar que se intervenha. Temos verificado que a ausência dos parques infantis, não há preocupação, por parte de algumas Juntas de Freguesia, mas isso é certamente um contributo para substituir as brincadeiras ao ar livre e com as famílias pelos jogos de computador. Entendemos ainda que, para a fixação de pessoas na terra, ordenar um lugar de convívio é uma boa forma de mostrar, que se está a pensar na qualidade de vida dos residentes. Sendo ainda, um meio de pormenor à localidade, muitas vezes elogiada pela paisagem ribeirinha, também a precisar que olhem para ela. E pelos caminhos a necessitarem de ser melhorados, para atividades ao ar livre. Espera-se, que haja então a ação que falta e talvez vontade, já que promessas não têm faltado. Obrigado Senhor Presidente. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Oscar Fernando Soares Oliveira**, residente em Oliveira de Azeméis. =====*

*===== Cordiais cumprimentos à Mesa da Assembleia. Ao respetivo Executivo. Aos Senhores Membros da Assembleia Municipal. Estimado público e à comunicação social. Como deve ser do conhecimento de alguns membros desta assembleia na altura, entre os quais alguns membros do Executivo. Onde estava representado o PCP, através do seu eleito na Assembleia Municipal no primeiro semestre de 2008, na presidência do Senhor Ápio Assunção. Gestão do PSD, já lá vão 15 anos. Apresentou à discussão e votação de uma moção, referente à grande necessidade de investimento, para a requalificação e revitalização da Linha do Vale do Vouga, mais conhecida pelo Vouguinha. Hoje não é assim, entre Sernada e Oliveira de Azeméis, no quadro das suas necessidades. Esta petição, em pouco tempo recolheu mais de 4200 assinaturas necessárias, para a discussão e avaliação na Assembleia da República. Este processo foi entregue à Comissão de Trabalhos da Assembleia da República da área dos transportes. Em simultâneo, o Grupo Parlamentar do PCP, apresentou uma Resolução sobre este problema. Neste processo, passados poucos meses a comissão de Trabalho solicitou, que uma delegação do PCP desta região fosse à Assembleia da República reunir com a comissão. Nesta delegação estiveram presentes os primeiros subscritores dos três concelhos. Do Grupo Parlamentar da Assembleia da República, para além de uma resolução apresentada pelo seu deputado José Junqueira do PS. Só esteve presente Bruno Dias, deputado do PCP e um deputado do Bloco de Esquerda. Na nossa ótica, pela sua importância e na nossa opinião, não sabendo quais as razões, mas considerando como aspeto negativo, a não presença de deputados do círculo de Aveiro. Mais particularmente deputados deste concelho, do PSD e do Partido Socialista. De registar que nesta altura estávamos perante um Governo do PS, em que o Primeiro Ministro era José Sócrates. Entre 2020 e 2021, se não me falha a memória e por isso, desde já peço desculpa. O Grupo Parlamentar do PCP, uma vez mais apresentou uma resolução, para se avançar com medidas. Já que tinha sido aprovado, no âmbito do Plano Nacional de Investimento 100 milhões de euros, para revitalizar até 2030, o*

*Vouguinha. O PCP não pode deixar de responsabilizar os governos do PS e o PSD, pelo estado em que se encontra a Linha do Vale do Vouga, independentemente de algumas medidas que se estão a efetuar neste ramal. A realidade pura e crua é que há dezenas de anos, que esperamos por uma oportunidade para modernizar uma infraestrutura, que temos na nossa região que todos vemos que está subaproveitada. E com o investimento que agora foi aprovado, podemos ter um sistema de transportes de boa qualidade para os seus utilizadores. Neste processo vê-se que tem havido muito show-off, muita parra e pouca uva, já dizia a minha avó. De gente com responsabilidade política, que na altura nada fizeram e nunca tiveram uma atitude proactiva, na defesa da Linha do Vouguinha. Muito pelo contrário, durante todos estes anos deixaram que a Linha do Vouga se degradasse. Agora muitos desses responsáveis políticos andam de pantufas, numa de exigir da tutela medidas, para melhorar esta importante e fundamental linha de transporte ferroviário. Mas que assenta a sua preocupação em defender outras soluções, que não interessam às populações, ou seja a linha ibérica. Não sabemos quem está por detrás disto, mas cada um tira a sua ilação. Neste processo tem-se efetuado alguns debates, num ou noutra concelho com autarcas, técnicos, pensadores de outras soluções. Mas a verdade, na ótica do PCP é que é preciso descer do céu à terra, para ver a realidade. Realidade que tem de assentar na área das prioridades possíveis de executar, no âmbito do que está previsto. A posição do PCP, ao longo dos anos, e sempre com a mesma coerência é que, o comboio da Linha do Vale do Vouga tem de circular entre Espinho, Sernada, Águeda, Aveiro, Aveiro-Sernada e Viseu. Aqui as medidas estruturantes poderão ser mais complexas, mas têm que ser avaliadas. Quanto às restantes, com este investimento de 100 milhões de euros, se possível com mais outros investimentos, é possível reabilitar urgentemente o que existe. E que passa por efetuar pequenas alterações de melhoramento, nas estações e apeadeiros. O aproveitamento pós-reabilitação destes edifícios, que pudesse ter espaços comerciais concessionados e o implementar de mais alguns apeadeiros, que até já foram aqui referidos pelo Senhor Deputado Bruno Aragão. Naturalmente junto a grandes zonas industriais, que desse acesso a transporte para trabalhadores e população. Valorizar a utilização deste meio de transporte no atual contexto, em que se discute hoje os impactos ambientais, em termos de poluição dos transportes, é da máxima atualidade e importância. A construção de uma linha intermodal à estação de Espinho, com acesso à Linha do Norte e se possível, como existe noutras localidades, a automatização de bilhética com inclusão ao sistema Andante. Temos lido opiniões de vários técnicos, quanto às medidas a serem adotadas, para melhorar esta circulação em todas as suas vertentes. Há quem defenda a Linha Ibérica, mas ouvindo alguns técnicos, estes afirmam que construir uma linha ibérica, não é viável do ponto de vista técnico e financeiro. E não é viável, porque exige profundas alterações na atual linha, o que obriga, a que grande percentagem do traçado, de uma eventual via ibérica, pressuponha expropriar terrenos, passar por linhas de casas ou fábricas e até levar à abertura de túneis e viadutos, etc. Isto quer dizer, que a serem concretizadas obras desta natureza, qual seria o investimento e para quando estariam efetivamente executadas. Perguntamos nós. Para concluir,*

*na posição do PCP é imperiosa e imperativa, a necessidade de atualização dos meios financeiros, para onde foram concebidos antes que sejam utilizados em projetos e mais projetos, que não sirvam as populações. Para o PCP o mais importante é a aposta em projetos, que respondam às necessidades das populações e dos trabalhadores, que residem nos concelhos onde circula a Linha do Vale do Vouga. O PCP na sua posição, defende o projeto apresentado na Assembleia da República, que assenta na efetiva concretização da revitalização da atual linha métrica. Com melhoria na qualidade dos comboios; com circulação mais frequente; horários compatíveis; estações e apeadeiros com melhores condições; com a automatização da bilhética em determinados locais, tornando desta forma o Vouguinha mais modernizado e ao serviço das populações. Muito obrigado. =====*

*===== Pelo Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** foi dito: =====*

*===== Eu queria chamar a atenção e dizer ao Óscar Oliveira, aquilo que disse ao Senhor António Vitorino dos Santos Coelho. Nós só sabemos o que as pessoas vão dizer, depois de terem dito. Nós não vamos cortar a palavra a ninguém, só que desvirtua o nosso artigo 23º do período de intervenção do público, que diz realmente que o máximo são 5 minutos para cada um, que nós podemos tolerar. Este não é o momento dos partidos políticos, é da intervenção do público, para nós darmos nota das dificuldades, que temos nas nossas terras. Coisas que têm a ver com as dificuldades do dia-a-dia dos munícipes. Convinha que fizéssemos um bocado de pedagogia, porque, este realmente não é o momento dos partidos. Dissemos isto ao Senhor António Vitorino Coelho, que quis falar em nome do CHEGA. Não é o momento para o CHEGA. Não é o momento para o PCP. Por muito que gostemos de vos ouvir. Muito obrigado pela sua intervenção. A intervenção é oportuna, mas não é o lugar certo. Peço desculpa por este aparte, mas tinha de o dizer, porque convém que nós tenhamos noção, de como utilizar os tempos certos nos momentos certos. =====*

*===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor **Presidente da Câmara Municipal**, para dar resposta às intervenções anteriores. =====*

*===== A intervenção do Senhor Nuno Correia, em relação à freguesia de Macieira de Sarnes, que é a valorização dos espaços verdes. A Junta de Freguesia, precisamente está a apontar para duas soluções, que visam criar duas respostas, uma delas para o Parque da Vessada, criando ali um conjunto de respostas para a população. E também na zona da Pedra Branca temos uma proposta, que vamos tentar candidatar agora. Em relação à intervenção do Senhor Óscar Oliveira, não tenho rigorosamente nada a dizer. Teve uma determinada posição. Teve um determinado ponto de vista. É respeitável como qualquer outra. Não se trata de aproveitar o dinheiro que existe, trata-se de investir bem o dinheiro que existe. Estamos a falar de uma*



*infraestrutura, que vai perdurar seguramente durante mais um século. Portanto as decisões têm de ser decisões acertadas. As questões do dinheiro são sempre importantes. E particularmente para mim, quando estamos a falar de edifícios públicos, eles adquirem ainda mais importância. Mas o que é facto, é que nós temos investimento, onde a obra que estava inicialmente prevista resvalou mais de 220 milhões de euros. Só a revisão de preços são mais de 60 milhões de euros. Como compreende, mas estamos a falar de uma estrutura de mobilidade tão importante, para esta região, como a requalificação da Linha do Vale do Vouga. Uma resposta rápida, eficiente, que sirva os interesses desta parte da região e da sua população. Nós temos de pensar, se pesar todas as possibilidades, para tomarmos a decisão mais correta. Se nós não reduzirmos substancialmente o tempo de viagem, podemos falar-vos de exemplos de Guimarães, onde passamos de 3 para 2 milhões, mantendo mais ou menos os tempos. São linhas de características diferentes, têm respostas diferentes. Nós temos de reduzir os tempos de viagem, porque senão as pessoas não vão utilizar, vão continuar a usar o transporte individual. É importante termos em consideração os recursos financeiros que estão disponíveis, mas nós não podemos simplesmente por isso tomar uma decisão. Bitola métrica, bitola europeia, bitola ibérica, DRT'S, seja o que for, são tudo soluções. A mim o que me interessa é que se tome a melhor decisão. A decisão que sirva os interesses da região. Todos os interesses da região e eles são muitos. E que sirva esta população. Todos nós sabemos, que para as famílias de Oliveira de Azeméis é muito mais caro estudar, do que para uma família no Porto, se as pessoas tiverem como resposta, as respostas que existem na academia na cidade do Porto. É muito mais caro para nós aceder a cuidados de saúde nos hospitais centrais, do que aos residentes no Porto. É muito mais caro para nós aceder a serviços públicos descentrados, desconcentrados do estado, do que para habitantes do Porto, ou de Vila Nova de Gaia. Nós já pagámos a nossa fatura é bom, que também tenhamos algum retorno, pela riqueza que produzimos nesta região, por aquilo que ajudamos à coesão nacional. É isso que está na base da necessidade de nós sermos muito rigorosos, na posição firme que temos que tomar, na defesa da melhor solução para esta infraestrutura que é única. Mas também digo uma coisa, se a solução for construir uma nova linha, que se construa uma nova linha. Acho que é uma hipótese que se pode equacionar. Custa 300 milhões, custa 320 milhões. custa 330 milhões. Não tenho dúvidas nenhuma sobre isso, este é um investimento que se paga por si. Não me atrevo sequer a comentar, a discordar, seja que posição for. Espero que resulte na melhor solução. =====*

*===== Antes de terminar, o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal**, propôs a aprovação por minuta da ata relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====*

*===== Para terminar a Sessão o Senhor **Presidente da Assembleia Municipal** disse: =====*

*===== Podemos concluir os trabalhos e concludo agradecendo a todos a forma elevada como esta assembleia foi participada. Agradeço mais uma vez aos funcionários da Câmara o*

*esforço que fizeram para estar aqui connosco. Agradeço, particularmente aos funcionários da Junta de Freguesia de Loureiro, aos autarcas, sobretudo ao Senhor Presidente José Queirós muito obrigado pelo acolhimento e pelo miminho com que nos recebeu. Estamos todos muito reconhecidos. Aproveito para justificar as faltas. Uma palavra de conforto, especialmente à Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa que esteve hospitalizada e está tudo a correr bem. Uma palavra de conforto à D. Odete Roma, que foi intervencionada cirurgicamente. A todas as pessoas que fizeram um esforço. É saudável, porque tivemos muito público e foi uma Assembleia mesmo muito participada. Vale a pena fazer a descentralização. Nos últimos tempos temos notado que há muita participação, mesmo quando as assembleias são centralizadas na biblioteca. Dá muito prazer fazê-las descentralizadas. Muito obrigado. =====*

*===== E não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a Sessão, eram 22 horas e 30 minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelos elementos da Mesa.==*

*Presidente*

*Primeiro Secretário*

*Segundo Secretário*